



**VIVA**  
PREVIDÊNCIA

# UM ANO DE INOVAÇÃO, CRESCIMENTO E RESULTADOS

Relatório Anual de  
Informações 2022

# Sumário

<b>RAI 2022</b> .....	<b>1</b>
<b>FUNDAÇÃO VIVA DE PREVIDÊNCIA</b> .....	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO I – Os principais fatos do ano</b> .....	<b>5</b>
<b>A FUNDAÇÃO VIVA DE PREVIDÊNCIA</b> .....	<b>6</b>
Viva Previdência. A vida é feita de planos .....	6
Missão, Visão, Valores, Propósito .....	7
<b>MENSAGEM DOS PRESIDENTES</b> .....	<b>8</b>
Mensagem do diretor-presidente .....	8
Mensagem do presidente do Conselho Deliberativo .....	10
Mensagem do presidente do Conselho Fiscal .....	12
<b>O ANO DA INOVAÇÃO</b> .....	<b>13</b>
Uma conquista inédita .....	13
Modernidade aos participantes .....	14
Adesão rápida e de forma simplificada .....	15
Modernidade também para os colaboradores .....	15
<b>NOSSOS PLANOS</b> .....	<b>16</b>
Mais planos na carteira .....	16
Benefícios concedidos .....	16

# Sumário

<b>VIVA NA VITRINE .....</b>	<b>18</b>
Presença junto aos entes federativos .....	18
Perto do seu público .....	19
Apoio e gestão .....	20
Inovação na Abrapp .....	20
Ações presenciais com patrocinadores e instituidores .....	20
 <b>GOVERNANÇA .....</b>	 <b>24</b>
Aprimoramento constante .....	24
Aderente à Governança Corporativa .....	25
Prevenção à lavagem de dinheiro .....	26
Lei Geral de Proteção de Dados .....	27
 <b>COMUNICAÇÃO .....</b>	 <b>28</b>
De volta ao YouTube .....	28
Impacto no Instagram .....	28
Da Viva para você .....	29
 <b>ATENDIMENTO E RELACIONAMENTO .....</b>	 <b>30</b>
Excelência com seu público .....	30
De olho no futuro: Chatbot .....	32
Qualificação no atendimento .....	33
 <b>CAPÍTULO II – Os resultados do ano .....</b>	 <b>34</b>
 <b>INVESTIMENTOS DE FUTURO.....</b>	 <b>35</b>
Retrospectiva 2021 .....	35
Distribuição de superavit ao Pecúlio – BEV 2 .....	39
Resultados do ano: todos os planos atingem metas .....	40

# Sumário

Arrecadação nos planos .....	41
Investimentos e aplicações - Conceitos essenciais .....	42
Recursos Garantidores do Plano Viva Pecúlio .....	46
Recursos Garantidores do Plano Viva Empresarial .....	58
Recursos Garantidores do Plano Viva Futuro .....	70
Recursos Garantidores do Plano ANAPARprev .....	81
Recursos Garantidores do Plano IBAPrev .....	93
Recursos Garantidores do Plano Viva Federativo .....	102
Recursos Garantidores do PGA .....	110



**CAPÍTULO I**

# Os principais fatos do ano

## Viva Previdência. A vida é feita de planos

O slogan que nos acompanha é mais do que uma peça de marketing. Traduz o que é a Fundação Viva de Previdência. Mais do que planos de benefícios, ofertamos e construímos planos de vida, planejamos sonhos, projetamos futuro.

Prestes a completar 50 anos, a Fundação conta com mais de 40 mil participantes em todo o território nacional, oferecendo seis planos: Viva Pecúlio, Viva Empresarial, Viva Futuro, ANAPARprev, IBAPrev e Viva Federativo.

Somos uma Entidade de Previdência Complementar Fechada multipatrocinada e multi-instituída, sem fins lucrativos e com autonomia patrimonial, administrativa e financeira .

A nossa administração é conduzida pela Diretoria Executiva e pelos Conselhos Deliberativo e Fiscal. Os conselheiros são representantes dos participantes e assistidos, escolhidos por meio de eleição.

**A Viva vai além da gestão de planos de previdência, desenvolvendo parcerias e soluções que apoiam a jornada do participante, antes e depois da aposentadoria**





## Missão

Ofertar plano de previdência complementar, estimulando a educação financeira, a formação de poupança, com maior rentabilidade e menor custo aos participantes, e contribuindo para a estratégia financeira e fiscal das Patrocinadoras e Instituidoras, com transparência.

## Visão

Ser reconhecida como entidade inovadora com excelência e confiabilidade na gestão e planos de previdência complementar.

## Valores

Integridade; Eficiência; Resolubilidade; Comprometimento; e Inovação.

## Propósito

Viabilizar projetos de vida.

## Mensagem do diretor-presidente

### Silas Devai Jr.

Chegamos ao final de um período contábil registrando conquistas importantes, compiladas nesse Relatório. Em todo o conteúdo, vamos falar dos processos inovadores que empreendemos e do sólido crescimento alcançado por meio dos resultados que agora apresentamos.

Há 49 anos no mercado de previdência complementar, a Fundação Viva registrou em 2022 o seu momento mais inovador: empreendemos uma série de ações voltadas à inovação, engajando colaboradores e trazendo resultados aos participantes.

O ponto alto foi o programa InovaOn, iniciativa interna de estímulo a novas ideias. Uma nova solução, nascida desse projeto, estará em breve no mercado de previdência.

Crescendo de forma sustentável, a Fundação chegou ao final do ano com seis planos. IBAPrev e Viva Federativo completam o portfólio da Viva, junto com os planos Empresarial, Pecúlio, Futuro e ANAPARprev.

No caso do IBAPrev, plano do Instituto Brasileiro de Atuária (IBA), assumimos um patrimônio adicional de cerca de R\$ 22 milhões, distribuídos entre cerca de 300 participantes.

2022 também foi o ano em que a Viva passou a acolher entes federativos em seu portfólio, no plano Viva Federativo. Já estão conosco Manaus (AM) e Presidente Prudente (SP) e, no final do ano, vencemos mais uma concorrência, desta vez do município de Hortolândia (SP), localizado a 110 km da capital.

Além disso, quando falamos em resultados, comprovamos nesse Relatório o retorno da carteira da Viva a desempenhos históricos. Nossos planos encerraram o ano de 2022





superando todas as metas. Nosso plano família, o Viva Futuro, registrou no ano 12,17%. Já o ANAPARprev alcançou 11,93%, e o Viva Empresarial chegou a 11,76%. O Pecúlio, plano mais maduro da fundação, 10,44%.

O Plano IBAPrev, recebido via transferência de gerenciamento em agosto de 2022, e o Plano Viva Federativo, iniciado em setembro de 2022, também tiveram desempenho positivo de 5,50% e 3,29%, respectivamente, acima do índice de referência dos planos.

Há muito mais no nosso Relatório Anual de Informações. Entendo que é uma boa tradução do que fizemos neste desafiador ano de 2022. Tenho a certeza que **inovamos**, **crecemos** e entregamos **resultados** sólidos e consistentes.

Esperamos que gostem do conteúdo. Boa leitura.

## DIRETORIA EXECUTIVA

Silas Devai Jr. | Diretor-presidente

Nizam Ghazale | Diretor de Clientes e Inovação

Marcello Furlanetto | Diretor de Administração e Finanças



# Mensagem do presidente do Conselho Deliberativo

**Valmir Braz de Souza**

Como já prevíamos, 2022 foi um ano desafiador, face às muitas incertezas trazidas pela pandemia, cenário econômico mundial, momento político brasileiro e tantas outras questões que demandavam a nossa atenção. Mas seguimos firmes, readequamos estratégias e trabalhamos arduamente com foco na sustentabilidade dos planos, crescimento da nossa entidade e na perenidade de nossos investimentos.

Nesse sentido, enquanto órgão máximo da entidade, o Conselho Deliberativo trabalhou ativamente em pautas que contribuíram para os resultados da Fundação. Além de debater e definir o custeio dos planos, a escolha da consultoria atuarial e auditoria independente, as políticas de investimentos e o planejamento estratégico, é válido destacar a operacionalização da distribuição da Reserva Especial do Plano Viva de Previdência e Pecúlio – BEV 2, a implantação do Plano de Benefícios Viva Federativo, as alterações de regulamentos que promoveram melhorias aos participantes, a aprovação da implantação de carteira de empréstimo, a efetiva transferência e administração do Plano IBAprev, a seleção de instituição gestores de investimentos e novos convênios de adesão.

Como resultado de um trabalho realizado em equipe, fechamos o exercício superando todas as metas dos planos administrados pela Fundação e apresentando nossos resultados como exemplo de dedicação e empenho. Uma vitória de todos. Unidos por um só propósito, temos construído uma entidade cada vez mais sólida e comprometida com sua missão.



Agradecemos aos participantes e assistidos pela confiança, e a todos que uniram esforços para superar os desafios de 2022: Conselho Fiscal, Diretoria Executiva, colaboradores, parceiros, patrocinadoras e instituidores.

Entramos o ano de 2023 com um olhar renovado para o futuro, cientes da nossa função de se adaptar, inovar e se transformar, para que possamos identificar desafios e oportunidades, bem como caminhar lado a lado dos nossos participantes, assistidos, patrocinadores e instituidores.

## CONSELHO DELIBERATIVO

Valmir Braz de Souza | Presidente  
Alba Cristina Nogueira Lopes | Suplente  
Ana Maria Morais da Silva | Suplente  
Charles Everson da Nóbrega | Suplente  
Deise Lúcia do Nascimento | Suplente  
Fábio Almeida Rabelo | Titular  
Leonardo Alexandre Silveira Barbosa | Titular  
Márcio Freitas de Paiva | Titular  
Maria Helena Claudino | Suplente  
Ronald Acioli da Silveira | Titular  
Sibele Machado de Souza | Titular



# Mensagem do presidente do Conselho Fiscal

## Djalter Rodrigues

O ano de 2022 nos trouxe um cenário econômico muito adverso, com inúmeros sobressaltos e circunstâncias incomuns. Tivemos que aprender uns com os outros, inclusive sobre novas formas de atuar. Ainda assim, foi possível realizar importantes ações.

O desempenho conjunto foi conquistado por meio de rígidos controles de risco, com total aderência às metas e aos limites estabelecidos nas Políticas de Investimento de cada plano da Fundação Viva.

Depois de um ano difícil, os resultados nos impulsionam para os inúmeros desafios e, como registrado até aqui, continuaremos oferecendo o nosso melhor, aprimorando as conquistas dia após dia, de modo incessante, rumo a um futuro promissor.

Promovemos uma liderança horizontal, a partir do aperfeiçoamento e do aprimoramento de todos, sempre pensando no coletivo, com comprometimento e resiliência.

Nós, do Conselho Fiscal, somos gratos a todo o time, que nos incentiva a seguir em frente, acelerando nossa habilidade de aperfeiçoamento, com foco absoluto no desenvolvimento contínuo.

## CONSELHO FISCAL

Djalter Rodrigues Felismino | Presidente

Antonio da Paz Carneiro | Titular

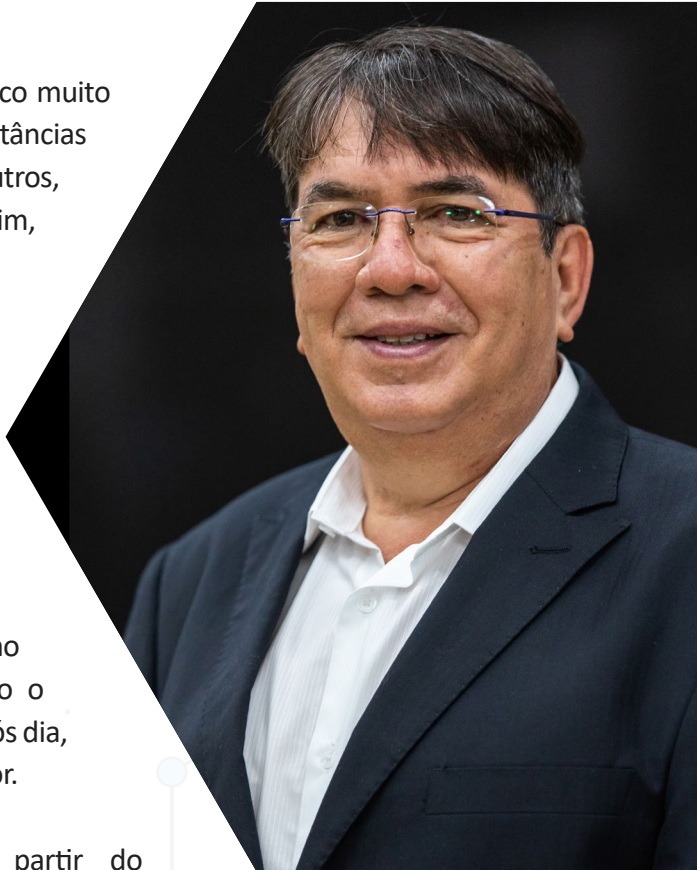
Ivanilda Sasso | Suplente

Julio de Sousa Eugênio Junior | Titular

Mirian Rosa Rodrigues | Suplente

Samir Hatum de Almeida | Titular

Valderi do Nascimento Pereira | Suplente



## Uma conquista inédita

A Viva foi pioneira no segmento previdenciário no Brasil e no mundo ao conquistar a ISO 56.002. A Norma Internacional do Sistema de Gestão da Inovação foi aferida à fundação após a implantação de processos, objetivos e indicadores de inovação, envolvendo todos os colaboradores.

Baseada em oito princípios – abordagem por processos, realização de valor, direção estratégica, liderança com foco no futuro, adaptabilidade e resiliência, gestão de insights, gestão de incertezas e cultura colaborativa -, o objetivo da norma é desenvolver a cultura de inovação nas empresas, com gestão e engajamento, de forma periódica, sistemática e focada na geração de valor.

Com o mote “Transformação, com inovação”, o projeto ganhou o nome InovaVIVA e cumpriu o objetivo de envolver todo o time da Fundação, por meio de campanhas de endomarketing, com informativos sobre a norma, eventos, quiz e gamificação. Todas as etapas foram avaliadas por uma auditoria, que encaminhou a carta de recomendação da Viva, para a tramitação internacional, que gera a certificação ISO 56.002.

O projeto de gamificação foi chamado de InovaOn, uma iniciativa interna de estímulo a novas ideias e soluções para a Viva Previdência. O InovaOn ocorreu de fevereiro a julho, período que envolveu desde o lançamento, a apresentação das ideias até o *pitch* final, quando as equipes apresentaram seus projetos para uma bancada formada por diretores, gestores e conselheiros da Fundação.

Em todo o processo, participaram nove colaboradores, que inscreveram seis *insights*. Destes, três seguiram no game. A ideia vencedora propôs uma nova forma de recepção de processos, e está em fase de implantação. Além disso, os três finalistas realizaram uma viagem para São Paulo para conhecer o ecossistema de inovação e trazer para a Fundação novas percepções.



Para fechar o ano inovador, a Fundação realizou uma semana de atividades, em que os colaboradores foram divididos em “reinos”, batalhando pela conquista do Trono da Inovação – em referência à série Game of Thrones. A Semana de Inovação fez com que a cultura inovativa chegasse a todos os funcionários.

## Modernidade aos participantes

O acesso dos participantes às informações dos seus planos ganhou dois importantes reforços. A área do participante foi totalmente reformulada e foi criado o aplicativo da Viva.

Na nova área exclusiva no portal da Fundação é possível ter acesso ao saldo de conta, emitir boletos, consultar Informe de Rendimentos e extratos, entre outros serviços. A mudança no sistema proporcionou um ambiente mais amigável e de fácil navegação.

Já o APP Viva, disponibilizado para as versões Android e IOS, migra para o celular todas as funções que o participante encontrava no seu espaço no site, como consulta de saldo, emissão de contracheque, atualização cadastrais, contribuição esporádica, entre outras possibilidades.

O lançamento do aplicativo está baseado em uma estratégia maior, iniciada com a migração, em janeiro, de todos os sistemas para um ainda mais robusto e seguro.



## Adesão rápida e de forma simplificada

A Fundação lançou outra facilidade aos seus participantes: a adesão online para os planos Viva Empresarial, Viva Futuro, IBAPrev e ANAPARprev. O pioneiro a oferecer a facilidade foi o plano família da Fundação, o Viva Futuro. Cada vez mais, a Viva atualiza seus processos e moderniza suas soluções. A adesão online é feita no próprio site da Viva.

## Modernidade também para os colaboradores

Com seu regime de trabalho modificado após a pandemia do Covid 19, passando a trabalhar de forma remota, a Fundação desenvolveu um projeto de migração do DataCenter para a nuvem, que permitiu a autonomia e praticidade do colaborador, que passou a trabalhar em um ambiente seguro e 100% virtual e de qualquer lugar. Ao final de 2022, as áreas internas foram migradas para a nuvem (Sharepoint) e houve o desligamento de acessos da VPN.



## Mais planos na carteira

O plano IBAPrev passou a ser gerenciado pela Viva Previdência neste ano. O processo de transferência de gerenciamento foi aprovado pela Previc em março de 2022, sendo a efetiva transferência concluída em julho do mesmo ano. O plano do Instituto Brasileiro de Atuária (IBA), que reúne parte da categoria de atuários no Brasil, estava sob a gestão da Petros. Com a transferência, a Viva assumiu um patrimônio adicional de cerca de R\$ 22 milhões, distribuídos entre cerca de 300 participantes. Essa é a segunda transferência de gerenciamento de um plano – o primeiro foi do ANAPARprev, em novembro de 2020.

## *O ano também marcou o início do plano Viva Federativo*

Este é mais um plano patrocinado da Viva e foi criado especialmente para atender entes federativos de todo o Brasil que, após a reforma da Previdência, tiveram que escolher entidades para criar seus planos de previdência complementar.

Em março de 2022, a Fundação Viva figurou como vencedora do Processo de Seleção EFPC conduzido pelo município de Presidente Prudente/SP, conforme publicado no Diário Oficial do Município, de 21 de março de 2022. O prefeito do município recebeu os representantes da Viva na prefeitura para realizar a assinatura do Convênio de Adesão, documento que formaliza a condição do município como Patrocinador do Plano Viva Federativo.

Já no final do ano foi a vez de Hortolândia/SP escolher a Viva como gestora do plano de previdência complementar dos servidores municipais. A decisão foi publicada no Diário Oficial do município em 14 de dezembro de 2022. Em 22 de dezembro, ocorreu a primeira reunião institucional com o município de Hortolândia (SP).

Além disso, realizamos campanhas de esclarecimentos e treinamentos no patrocinador Manaus/AM, cuja carteira de participantes se desenvolveu ao longo de 2022.





## Benefícios concedidos

A Fundação operacionalizou em 2022 mais de 163 mil pagamentos. Cerca de 13 mil pessoas foram assistidas por meio do recebimento de renda na Viva, e a folha dos assistidos em 2022 somou mais de R\$ 127 milhões. Isso tem feito a diferença com a complementação de renda desses assistidos e reflete o compromisso da Viva em transformar as pessoas em protagonistas do seu futuro.

No plano Pecúlio, 10.282 novos benefícios foram concedidos em 2022, somando mais de R\$ 90 milhões em pagamentos. Destes, aproximadamente R\$ 50 milhões foram em concessões do Benefício Especial em Vida.

Foram concedidos 1.024 pecúlios em função do óbito do titular, somando cerca de R\$ 33 milhões, e ainda 215 pecúlios proporcional em vida (PPV), aos participantes que optaram pelo recebimento do recurso em vida, somando mais de R\$ 9 milhões, dentre outros benefícios concedidos.

Em relação aos institutos, no plano Pecúlio foram concedidos 349 resgates, somando o valor R\$ 2,5 milhões.



## Presença junto aos entes federativos

A presença institucional da Viva foi marcante em 2022. A Fundação foi uma das patrocinadoras em três eventos da Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais (ABIPEM).

O primeiro evento foi realizado em março, em Florianópolis/SC. No 4º Congresso Brasileiro de Investimentos em Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), a Viva pôde apresentar sua nova solução, o Viva Federativo, voltada justamente a esse público.

Em junho, a Fundação esteve no 55º Congresso Nacional da Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais (ABIPEM) e no 4º Congresso Estadual da Associação Cearense dos Regimes Próprios de Previdência do Estado e dos Municípios (ACEPREM). O diretor-presidente, Silas Devai Jr., participou de plenária no evento sobre o tema Implantação do Regime de Previdência Complementar para Entes Federativos. Para fechar o ano, a Viva também esteve no 10.º Congresso Brasileiro de Conselheiros.





VIVA NA VITRINE

## Perto do seu público

Dentro da proposta de estar perto de seu público, a Viva participou em maio do XXIII Congresso Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão e de Beneficiários de Planos de Saúde de Autogestão, promovido pela ANAPAR. No encontro, consultores da fundação atenderam os participantes para tirar dúvidas sobre o plano em um espaço virtual.

- Já no início de dezembro, a Viva participou do Seminário ANAPAR Regional Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. A Viva tem em sua carteira o plano ANAPARprev e aproveitou a oportunidade para apresentar os diferenciais, tanto da Fundação quanto do plano.

## Apoio e gestão

A Viva Previdência participou como apoiadora do 13.º Congresso Brasileiro de Atuária, em São Paulo (SP). O evento promovido pelo IBA - Instituto Brasileiro de Atuária reúne os atuários do setor de seguros, previdência, saúde e capitalização do mercado brasileiro, reunindo 500 participantes. A Viva é responsável pela gestão do IBAprev, o plano do Instituto Brasileiro de Atuária (IBA), que reúne parte da categoria de atuários no Brasil.

## Inovação na Abrapp

O programa de inovação da Viva Previdência foi apresentado no 43º Congresso Brasileiro de Previdência Privada, realizado pela Abrapp - Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar de 19 a 21 de outubro. O InovaOn, iniciativa interna de estímulo a novas ideias e soluções para o mercado de previdência, foi apresentado por Nizam Ghazale, diretor de Clientes e Inovação da Viva.

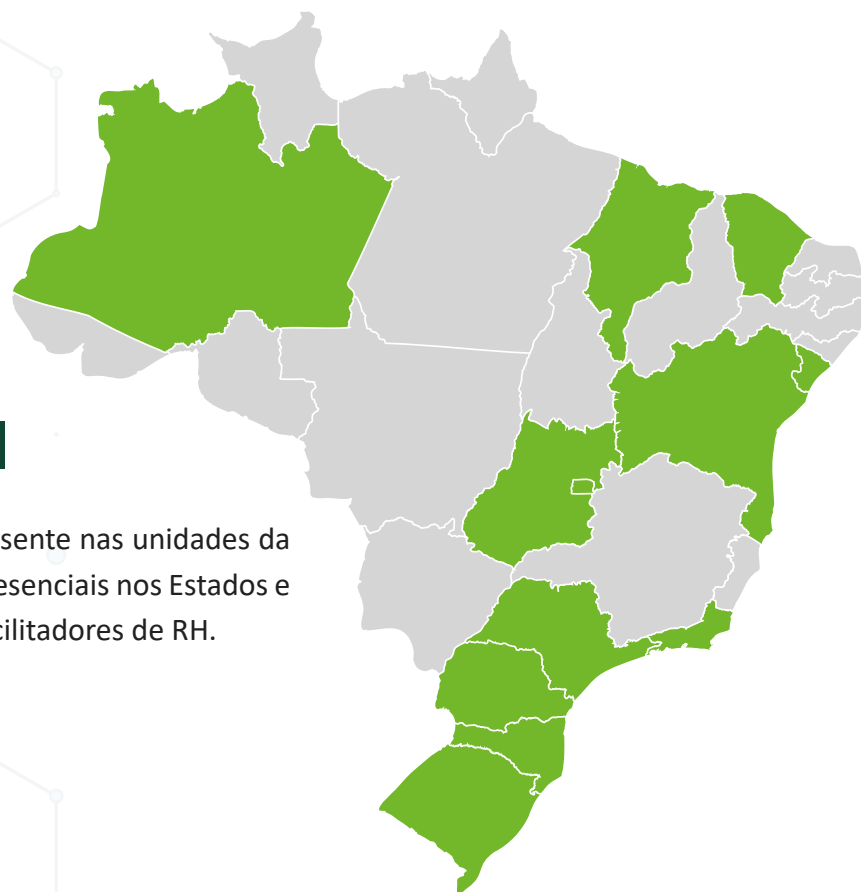
## Ações presenciais com patrocinadores e instituidores

A partir de 2022, a Viva passou a ter participação fixa nos eventos *online* quinzenais de Integração de novos colaboradores da GEAP, patrocinadora do Plano Viva Empresarial. Espaço importante que possibilita apresentar aos colaboradores os planos Viva Empresarial e Viva Futuro logo na admissão. Foram 20 participações nos eventos *online* de integração de novos colaboradores.



## Viva por todo Brasil

A Viva também esteve presente nas unidades da GEAP, em quinze visitas presenciais nos Estados e dois treinamentos para facilitadores de RH.



Ação	Data
GETEL   DF	16/fev
GERES   GO	18/fev
GERES   PR	18/abr
GERES   BA	13/mai
GETEL   DF	07/jun
GERES   CE	08/jun
GERES   MA	14/jun
GERES   SE	07/jul
GETEL   DF	02/ago
AÇÃO FACILITADORES	18/ago
DIREX	23/set
AÇÃO NOVOS MULTIPLICADORES	03/out
GERES   SC	04/nov
GERES   RJ	11/nov
GERES   POA	30/nov

As ações presenciais também apresentaram os Planos Instituídos Viva Futuro e ANAPARprev como opções previdenciárias que possibilitam o planejamento previdenciário de trabalhadores.



- \* Curitiba/PR: abril/2022
- \* São Luís/MA: julho/2022
- \* Manaus/AM: julho/2022

Em setembro/2022, a Viva participou da XXIX Assembleia Nacional da Anesg, instituidora do plano Viva Futuro, em Salvador/BA.

Outra ação com seus participantes foi a primeira edição do Treinamentos de Multiplicadores com profissionais de RH em Presidente Prudente/SP e Manaus/AM, para tratar do plano Viva Federativo.

Durante os eventos, foram apresentadas as principais informações do plano e realizados atendimentos individuais de novos servidores/participantes

- \* Presidente Prudente/SP: setembro/2022
- \* Manaus/AM: setembro/2022.





VIVA NA VITRINE



## Aprimoramento constante

A VIVA Previdência entende a importância da capacitação do seu quadro deliberativo, diretivo e de pessoal para a prestação de serviços de alta qualidade. Desta forma mantém todo o quadro capacitado e com certificação aceita pela Previc.

As certificações foram obtidas por meio de prova, sendo concedida pelo ICSS – Instituto de Certificação Institucional e dos Profissionais de Seguridade Social.

O ICSS é associação civil de direito privado, sem finalidade lucrativa, de fins não econômicos, de caráter social e cultural, voltada à pesquisa, fomento e difusão da cultura de qualificação e certificação institucional e dos profissionais da seguridade nas suas diferentes áreas. Foi fundado em 1992 pela Abrapp – Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, inicialmente como Instituto Cultural e, em março de 2010, transformou-se para atender às demandas de certificação no mercado de seguridade social.

Atualmente, o ICSS é a principal instituição certificadora voltada especificamente para o mercado de seguridade social.

Ressalta-se ainda que os profissionais de investimentos possuem certificações específicas para o mercado financeiro e de investimentos.

A Viva se preocupa com o desenvolvimento profissional de seus colaboradores e tem em sua cultura organizacional a busca pela qualificação contínua como forma de atingir seu propósito de viabilizar projetos de vida aos seus clientes pautados.





## Aderente à Governança Corporativa

Com a visão estratégica de “ser reconhecida como entidade inovadora com excelência e confiabilidade na gestão de planos de previdência complementar” e pautada nos valores institucionais da integridade, eficiência, resolubilidade, comprometimento e inovação, a Fundação Viva reconhece e incorpora as diretrizes da governança corporativa com o propósito de alcançar os melhores resultados e a geração de valor para seus participantes, beneficiários e parceiros.

Nesse sentido, em novembro, aderiu ao Código de Autorregulação em Governança Corporativa, promovido pela Abrapp/Sindapp/ICSS. A iniciativa representa um compromisso voluntário e público para adoção de boas práticas de governança corporativa e o primeiro passo em busca do Selo de Autorregulação em Governança Corporativa, que proporcionará à Fundação um sólido referencial sobre o tema, contribuindo para o aumento da reputação e do legado da Fundação, agregando credibilidade à Viva perante o mercado.

A partir da adesão ao Código, a Viva trabalha no aprimoramento contínuo dos processos internos para buscar o Selo, proporcionando sólido referencial de boas práticas. A palavra governança, para a Viva Previdência, vai além de um simples termo: ela é praticada e está presente no dia a dia dos colaboradores, gerando segurança e transparência nas decisões tomadas em todas as instâncias e no intuito de atuar da melhor maneira para honrar nosso propósito: Viabilizar projetos de vida.





## Prevenção à lavagem de dinheiro

A Fundação Viva de Previdência, em observância as diretrizes da Instrução Normativa Previc nº 04/2020 e aprovação da política interna, fortaleceu os procedimentos e controles, na prevenção das possíveis práticas de crimes de lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo, como forma de prevenir, identificar e notificar aos órgãos competentes as situações plausíveis de monitoramento e comunicação ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras – Coaf, conforme previsto na legislação vigente.

Em conformidade com a IN Previc nº 34, a Fundação Viva de Previdência avaliou a efetividade da política, dos procedimentos e dos controles adotados, consolidando os resultados no Relatório de Efetividade PLDFT.

Realizou-se, ainda, a Avaliação Interna de Risco - AIR, com o objetivo de identificar e mensurar o risco de utilização de seus produtos e serviços na prática da lavagem de dinheiro e do financiamento do terrorismo, sendo a AIR utilizada como instrumento para prevenção de LD-FT e parte integrante da gestão baseada em riscos.



## Lei Geral de Proteção de Dados

Trata-se de uma mudança de cultura organizacional contínua, revisão de processos, promoção de uma comunicação interna, enfim, ações que incentivem o fortalecimento da cultura e dos controles de proteção de dados pessoais entre todos os colaboradores e parceiros da Fundação, sobre os cuidados e os hábitos do dia a dia, pautados na prática de boa-fé, ética e nos princípios norteadores da Lei 13.709, 2018 – LGPD: Lei Geral de Proteção de Dados.

Com o objetivo de apoiar e aprimorar com a adequação dos processos com a Lei Geral de Proteção de Dados, a Fundação contratou uma consultoria especializada com foco em segurança e privacidade de informações, baseada nas melhores práticas de Segurança da Informação e Cibersecurity, Privacidade de Informações, Processamento de Informações em nuvem para Proteção de Dados etc., que nos apoiará na revisão e implementação de novos controles, fortalecendo os processos.



## De volta ao YouTube

Para receber e amparar os novos participantes, além de todo o suporte que a Fundação oferta em suas plataformas de atendimento, a Viva aproveitou as comemorações pelos 49 anos para relançar seu canal no Youtube ([www.youtube.com/VivaPrevidencia](http://www.youtube.com/VivaPrevidencia)). O perfil traz conteúdos para esse público e, também, para todos aqueles que, por alguma razão, ainda não estão inseridos em nenhum plano de previdência complementar, de maneira a esclarecer dúvidas pertinentes ao tema e, até mesmo, ensinar a fazer esse tipo de planejamento.



## Impacto no Instagram

Presente de forma ativa nas redes sociais, a Viva conquistou 10% mais seguidores no Instagram no ano de 2022. Para engajar mais pessoas e conquistar mais seguidores nesse canal, a Fundação usou algumas estratégias.

A primeira delas foi o impulsionamento, uma forma de alavancar os conteúdos por meio de mídia paga, atingindo participantes em todo o Brasil. Outra estratégia foi o uso de dark posts, publicações feitas para públicos segmentados de uma determinada campanha.



Além disso, os posts da Viva usaram memes e temas sazonais, a fim de levar conteúdos relevantes, como temas de educação financeira ou mesmo detalhes de seus planos, por meio de brincadeiras e de forma leve. O post com maior engajamento foi um meme que tratava sobre a compra por impulso. Ou seja, um tema sério tratado de forma divertida engajou o perfil e alcançou resultados por meio da leveza no tratamento de uma questão tão pertinente.

Com tudo isso, ao final do ano, a fundação chegou a 3.308 seguidores no Instagram e seguimos contando!

## Da Viva para você

Comunicação direta, de qualidade e voltada ao perfil do seu público. Focando nestes quesitos, a Viva reposicionou sua newsletters e passou a segregar os temas conforme seus clientes.

Ao público B2B, mensalmente é direcionada a news Insights Viva, com temas voltados à economia, finanças, resultados financeiros da instituição e perspectivas e cenários.

Já a Viva News tem como público os entes federativos. Iniciada a partir da implementação do plano Viva Federativo, o boletim eletrônico apresenta o know how da Fundação, suas conquistas e estratégias.

Por fim, a news Viva Educa aborda conteúdos de educação financeira e previdenciária, especialmente os temas tratados na página que a Fundação mantém em seu portal.



COMUNICAÇÃO

**Insights Viva**  
Um clique para o mundo corporativo

**VIVA DIVERSIFICA CARTEIRAS DE INVESTIMENTOS**

**A** frente à volatilidade do mercado, a partir de 2021 a Viva Previdência iniciou o processo de diversificação das carteiras de Benefícios, com a adoção dos recursos nos segmentos estruturados (Fundos Multimercado que aplicam em diversas classes de ativos) e no Exterior. Em 2022, esse processo foi aprimorado com a criação da diversificação na alocação em diferentes fundos de investimentos, de diferentes gestores, bem como, no aperfeiçoamento metodológico dos limites de riscos para as carteiras de investimentos dos Planos de Benefícios.

No fechamento do 1º semestre de 2022, os portfólios dos Planos de Benefícios da Viva Previdência alocaram em mais de 60 fundos de investimentos dos segmentos de renda fixa, renda variável, estruturados e exterior, com mais de 30 gestores diferentes. Desta forma, por meio da fundação, o participante tem acesso aos melhores gestores e fundos de investimento disponíveis no mercado.

Os princípios norteadores da gestão dos fundos são:

- Maximização da **rentabilidade** dos investimentos, busca as melhores oportunidades de mercado;
- Preservação da **segurança**, por meio da exposição aos níveis de risco qualificados e compatíveis às carteiras de investimentos;
- Otimização da **liquidez**, para honrar os compromissos financeiros e pagamento de benefícios aos participantes;
- Adoção do princípio da **diversificação e transparência** na gestão dos recursos de tesouro;
- Tudo a **custos** mais baixos, pela condição de sermos uma fundação e não sujeito a lucro.

Portanto, a Viva entende que soluções financeiras devem estar baseadas em um balanceamento adequado de retorno e risco, e esta "regua" é definida para buscar o conforto e o bem-estar dos participantes. São eles que orientam cada passo deste gesto e a tomada de decisão.

**VIVA DIVERSIFICA CARTEIRAS DE INVESTIMENTOS**

O time de gestão das carteiras de investimentos dos Planos de Benefícios da Viva Previdência conta com profissionais experientes do mercado financeiro, em conformidade com a gestão da Fundação, em conformidade com a legislação aplicável e a documentação interna. Ao final da auditoria, foi constatado o apoio e comprometimento da Diretoria e de diferentes instâncias no processo decisório.

**Viva News**

**EDITORIAL**

São destaques nessa edição a nossa Certificação ISO e o Código de Autorregulação em Governança Corporativa. Dois temas que tocam diretamente no tema governança, pilar relevante da gestão da Fundação Viva.

Não por acaso, dedicamos parte de nossa jornada no aperfeiçoamento de nossos controles e processos. São eles que garantem que entregamos o futuro desejado por nossos participantes. Eles confiaram em nós e nos elegeram para tratar de suas preocupações complementares. Lentes dessa grande responsabilidade, trabalhamos arduamente para trazer sempre os melhores resultados.

Boa leitura.

**VIVA MANTÉM CERTIFICAÇÃO DE INOVAÇÃO**

Após auditoria externa realizada em fevereiro, a Fundação Viva de Previdência conquistou a manutenção do seu selo ISO, a certificação da gestão da inovação. A auditoria foi realizada pela LUVI Certification, organismo de certificação que verifica os itens necessários para que empresas e entidades conquistem a ISO.

Foram avaliados itens como a conformidade dos requisitos implementados, baseados nas normas ISO 5042, a legislação aplicável e a documentação interna. Ao final da auditoria, foi constatado o apoio e comprometimento da Diretoria e de diferentes instâncias no processo decisório.

de desempenho, semana de inovação e gerifitecção.

"Entregamos os resultados, de forma concreta, no dia a dia da entidade. Levamos um ano de muito aperfeiçoamento, refinando as métricas e os objetivos, qualificando as ferramentas que nos ajudam a gerar insights", destaca o diretor de Clientes e Inovação da Viva, Nizam Ghazale.

A Viva conquistou o Selo pela primeira vez em fevereiro de 2022, consagrando-se como pioneira no desenvolvimento da inovação.

**VIVA EDUCA**  
Dezembro de 2022

**Presenteie no Natal protegendo seu orçamento**

Organizar para conquistar. Esta é a regra essencial para não perder o controle financeiro na semana mais concorrida do ano.

**CONTÍNDOS USADO**

Viva também

**Conteúdo 2022 com saldo positivo no orçamento**

**2023**

**Um o álbum da Copa para ensinar planejamento financeiro às crianças**

Apresentamos o álbum da Copa para ensinar planejamento financeiro para as suas crianças e garantir que elas sempre prosperem para o futuro.

**FIFA WORLD CUP Qatar 2022**

**Vai comprar no fim de ano? Aprenda a fazer o bem**

## Excelência com seu público

Atender com excelência o seu participante é fundamental para a Viva, e a aproximação com seu público é um diferencial da entidade. A Central de atendimento preza pelo acolhimento dos participantes na condução dos atendimentos, realizando de forma transparente.

Ao adaptar, no início da pandemia, as operações para o regime de *home office*, a Viva passou a ter os seguintes canais para manter o relacionamento com seu público:

-  **0800 telefônico**
-  **WhatsApp**
-  **Fale Conosco**
-  **Contatos ativos**
-  **Área do participante**
-  **Aplicativo Meu Futuro**

***Durante todo o ano de 2022, 189 mil demandas foram tratadas pela Central de Atendimento.***

Ao final de cada atendimento telefônico no canal do 08007205600, a Viva convida os usuários a responderem à pesquisa de satisfação. A avaliação dos participantes é muito importante e, por meio desse feedback, a Fundação busca continuamente implementar melhorias no processo de atendimento.



Foram recebidas, no período, 23.108 avaliações no canal telefônico. Destas, 84,45% (o equivalente a 19.665 avaliações) classificaram o atendimento como “excelente”, 12% consideraram como “bom” e, 3,15%, “ruim”.



84,45%



12%

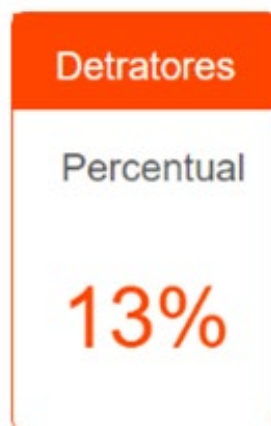


3,15%

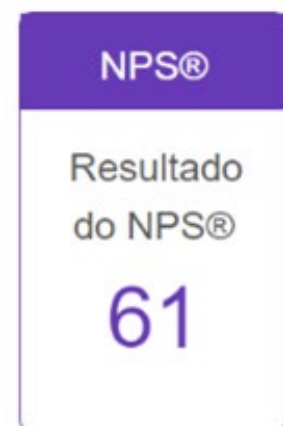
A Viva também recebeu 1.521 avaliações do canal WhatsApp, por meio da metodologia Net Promoter Score – NPS. A média anual ficou em 61%, ou seja, “Muito bom”, conforme metodologia aplicada, que considera este parâmetro para as avaliações entre 50% e 74%.



-



=



## De olho no futuro: Chatbot

Os participantes contam com mais uma novidade no atendimento. O atendimento via Whatsapp foi remodelado por meio de chatbot, para esclarecer dúvidas mais simples e também para envio de documentação.

Ao enviar uma mensagem para o WhatsApp da Fundação, o usuário tem à disposição algumas opções, o que garante maior rapidez e eficiência no atendimento à demanda.





## Qualificação no atendimento

Realizada em setembro/2022, a capacitação busca o desenvolvimento do time de atendimento. Essa capacitação foi voltada para a comunicação e trabalhados temas como argumentação no atendimento ao cliente, retenção de participantes e novas adesões ao plano.





**VIVA**  
PREVIDÊNCIA

**CAPÍTULO II**

**Os resultados  
do ano**

## Retrospectiva 2022

O ano de 2022 mostrou-se ainda mais desafiador do que o esperado para os mercados, tanto no Brasil, quanto no exterior. Acontecimentos como a tensão geopolítica devido à guerra entre a Rússia e a Ucrânia, a inflação resiliente no Brasil e nas principais economias mundiais e o aperto monetário dos bancos centrais do Brasil, EUA e Europeu geraram aversão a risco nos mercados.

No cenário internacional, para conter os avanços da inflação, os bancos centrais dos EUA e Europa iniciaram o ciclo de alta de juros global, que junto com o impacto da pandemia da Covid-19 na China, contribuíram para o aumento da volatilidade dos ativos de risco, impactando o comportamento do mercado financeiro ao longo do ano.

No Brasil, além dos impactos negativos dos fatores externos, o ano também foi marcado pela continuação do aumento da taxa de juros pelo Banco Central, que começou em março de 2021, e atingiu o patamar de 13,75% a.a., em agosto de 2022. Desde então, o Banco Central vem sinalizando que vai manter a taxa de juros nesse patamar. Além disso, o processo eleitoral e as preocupações com a política fiscal contribuíram para o aumento da volatilidade.

Com todas essas incertezas decorrentes do cenário macroeconômico, a Viva Previdência adotou medidas para minimizar o impacto do cenário de bastante volatilidade nos preços dos ativos de risco.

### ***A estratégia implementada ao longo do ano foi não assumir riscos, buscando oportunidades mais conservadoras e de proteção do capital investido.***

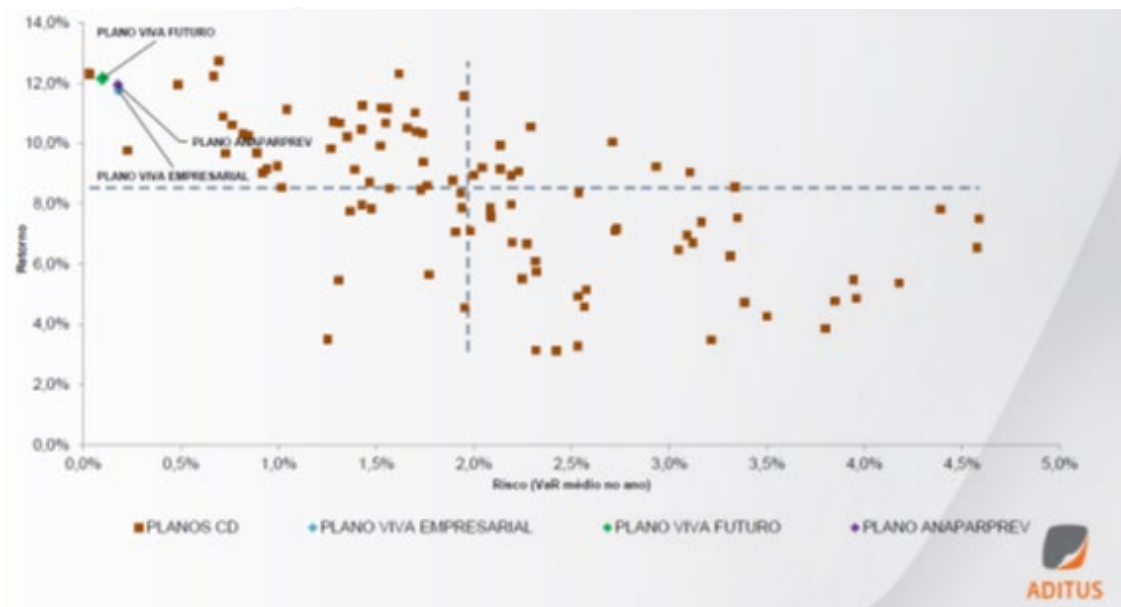
A tese sobre alocação defensiva começou a ser desenhada em meados de 2021, no momento que o Banco Central iniciou o aperto monetário sinalizando uma política monetária contracionista. A partir do acompanhamento do cenário macroeconômico e a análise dos possíveis impactos nos ativos financeiros, principalmente de renda variável, que já indicava um movimento errático, sem tendência clara definida, optou-se pela alocação em fundos de investimentos multimercados e, em especial, renda fixa. Com essa estratégia, a Viva de Previdência conseguiu que todos os planos de benefícios



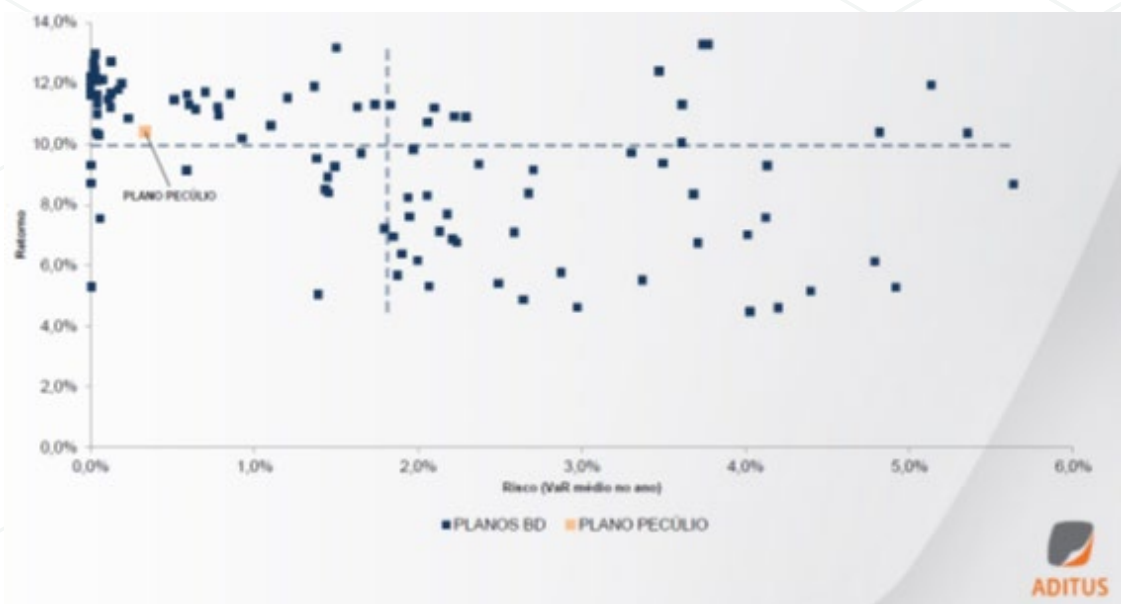
e o PGA encerrassem o ano de 2022 superando as metas de retorno previstas nas Políticas de Investimentos para o ano.

Os planos de benefícios da modalidade CD (Contribuição Definida) administrados pela Viva Previdência obtiveram desempenho superior à média de retorno dos Planos CD das demais EFPC, quando comparado com o estudo realizado pela consultoria Aditus.

Entre todos os planos analisados pela consultoria, os três planos de Contribuição Definida (CD) da Viva Previdência – Viva Empresarial, Viva Futuro e ANAPARprev – com 12 meses de histórico mínimo, estão entre as quatro melhores posições, quando se divide o retorno obtido pelo risco incorrido.



Já o plano Viva Pecúlio, o maior em número de participantes, situa-se entre os 25% melhores planos do segmento acompanhado pela consultoria.



A base do levantamento da Aditus analisou o desempenho de uma média de 140 planos de contribuição definida (CD) com um patrimônio de R\$ 71 bilhões sob gestão, características próximas dos planos e do porte da Fundação.

A Viva Previdência administra seis planos de benefícios previdenciários, o Viva de Previdência e Pecúlio, o Viva Empresarial, o Viva Futuro, o ANAPARprev, o IBAprev e o Viva Federativo, além do Plano de Gestão Administrativa (PGA).

Os recursos da Viva são administrados, seguindo os critérios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência, sendo:

CRITÉRIOS	OBJETIVO DOS RECURSOS
<b>Segurança</b>	Os investimentos são feitos de forma extremamente cuidadosa, levando em consideração a exposição ao risco.
<b>Rentabilidade</b>	Busca otimizar o retorno financeiro compatível com o risco incorrido.
<b>Solvência</b>	Suficientes para que sejam utilizados no pagamento de obrigações como aposentadorias, pecúlios, despesas administrativas e outros.
<b>Liquidez</b>	Disponibilidade para efetuar os pagamentos.
<b>Transparência</b>	Clareza quanto às medidas a serem adotadas para a administração do plano.

A Política de Investimentos é o principal norteador da gestão dos recursos financeiros dos planos de benefícios, sempre seguindo a legislação pertinente das EFPC – Entidades Fechadas de Previdência Complementar, conforme a Resolução do CMN Nº 4.994/2022, as legislações da Previc, bem como as legislações para o mercado financeiro e de capitais, editadas pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Além das Políticas de Investimentos de cada plano de benefício, a Viva adota, em sua estrutura legal, para a gestão dos recursos, Normas Institucionais e Gerenciais de Investimentos, de Controle e Risco dos Investimentos, abordando as diretrizes e estratégias.

Todos os investimentos da Viva Previdência são regidos por análises criteriosas dos mercados financeiros nacional e internacional, bem como os cenários político e econômico. Em seus negócios, a fundação preza principalmente pela boa fé, lealdade e zelo, sempre executando com a atenção pertinente a execução desses investimentos.



Também são adotadas práticas em consonância com manuais de boas práticas de mercado (PREVIC, ABRAPP, outros) seguidos de forma atenta pela administração. Dentre os procedimentos são realizadas análises das melhores alternativas e, depois de embasamento técnico e fundamentação, são escolhidas as que se adequam mais à realidade e aos interesses dos participantes dos planos de benefícios.

Cabe destacar, dentro da governança de investimentos o Comitê de Investimentos – COMIN. O COMIN é o órgão de assessoramento à Diretoria Executiva nas decisões relacionadas a gestão dos investimentos dos planos de benefícios administrados pela Fundação, observando sempre os princípios de segurança, rentabilidade, solvência e liquidez dos investimentos. As reuniões ordinárias são mensais e, quando necessário, são realizadas reuniões extraordinárias.

Por fim, a Viva Previdência é detentora do Selo de Autorregulação em Governança de Investimentos, emitido pela ABRAPP/ICSS/SINDAPP, que atesta o processo criterioso de análise da governança dos investimentos da Fundação, evidenciando assim o rigoroso tratamento na gestão dos investimentos dos planos administrados pela Viva Previdência.



## Distribuição de superavit ao Pecúlio – BEV 2

O superavit alcançado no plano Viva Pecúlio garantiu aos participantes mais um Benefício Especial em Vida (BEV). Em função disto, a Viva permanece com a isenção de contribuições para os participantes do plano Viva Pecúlio até o mês de janeiro de 2026.

Este é o segundo BEV pago pela fundação aos participantes do Pecúlio – o triênio de superávit é referente aos anos de 2019, 2020 e 2021. Já ao final do ano, mais uma novidade: a liberação de pagamento do BEV de forma digital e sem a necessidade de envios de documentos, com exceção para as situações de isenção de Imposto de Renda.

Uma campanha especial de comunicação foi empreendida para que os beneficiários fossem informados. Foram vídeos, posts em redes sociais, envio de e-mail marketing e de SMS, além de texto no portal da Fundação.



## Resultados do ano: todos os planos atingem metas

Os planos administrados pela Viva encerraram o ano de 2022 superando todas as metas. O desempenho surpreende também quando comparado à média calculada para o segmento pela Consultoria Aditus. O plano família da entidade, o Viva Futuro, registrou no ano 12,17%, correspondendo a 142,67% dos planos CD apurados pela consultoria Aditus. Já o plano ANAPARprev alcançou 11,93%, o que corresponde a 139,86% no estudo da Aditus. O plano Viva Empresarial chegou a 11,76%, ou 137,87% no ranking da consultoria.

Entre todos os planos analisados pela consultoria, os três planos de Contribuição Definida (CD) da Fundação – Viva Empresarial, Viva Futuro e ANAPARprev –, com 12 meses de histórico mínimo, estão entre as quatro melhores posições, quando se divide o retorno obtido pelo risco incorrido. Já o plano Viva Pecúlio, o maior em número de participantes, situa-se entre os 25% melhores planos do segmento acompanhado pela consultoria. Vale ressaltar que, nos doze meses do ano, o plano Viva Pecúlio alcançou rentabilidade de 114% da meta.

O Plano IBAprev, recebido via transferência de gerenciamento em agosto de 2022, e o Plano Viva Federativo, iniciado em setembro de 2022, também tiveram desempenho positivo de 5,50% e 3,29%, respectivamente, acima do índice de referência dos planos.





## Arrecadação nos planos

Mais de R\$ 62 milhões foram movimentados por meio da arrecadação dos planos ANAPARprev, Viva Pecúlio, Viva Federativo, Viva Empresarial, IBAprev e Viva Futuro em 2022. Este montante se refere às contribuições do participante, patrocinadores e instituidores. O processamento, acompanhamento e monitoramento foram contínuos.



## Investimentos e aplicações – Conceitos essenciais

Para o melhor entendimento dos termos utilizados neste relatório, sugerimos a leitura do significado de cada um deles, neste glossário:

### Recursos garantidores

Cada plano de benefício previdenciário possui seus recursos garantidores. Por sua vez, como o próprio nome diz, recursos garantidores são os valores que o plano possui alocados em aplicações financeiras, tendo como objetivo principal honrar com os pagamentos aos participantes e beneficiários.

### Segmentos de aplicação

Seguindo o que estabelece a Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022, do Conselho Monetário Nacional, as aplicações financeiras dos planos administrados pela entidade são distribuídas nos seguintes segmentos:

- **Renda fixa:** investimento em títulos emitidos pelo governo (títulos públicos) e/ou em títulos emitidos por empresa privada (títulos privados).
- **Renda variável:** investimento em ações de empresas listadas em bolsa de valores do Brasil.
- **Estruturado:** fundos de investimentos em participações e fundos de investimentos multimercado.
- **Investimento no exterior:** fundos de investimentos que possuem alocação em ativos (ações e títulos) fora do Brasil.
- **Operações com participantes:** concessão de empréstimo consignado aos participantes e assistidos.

Além dos segmentos acima relacionados e com base na referida legislação, os planos de benefícios podem aplicar ainda seus recursos financeiros no segmento imobiliário. Registramos que não há qualquer aplicação no referido segmento, nos planos administrados pela Viva.



## Enquadramento das aplicações

Para efeito de verificação das aplicações, os investimentos de cada plano precisam ser enquadrados, de acordo com as suas características:

- **Títulos públicos federais:** Títulos de renda fixa emitidos pelo Governo Federal. Proporciona rentabilidade ao investidor e conta com a garantia do governo federal.
- **Títulos privados:** Títulos de renda fixa emitidos por empresas privadas. Proporciona rentabilidade e garantia de acordo com as características da emissão.
- **Ações:** Títulos que representam, para o investidor, uma fração do capital social de uma empresa. A rentabilidade está vinculada a variação do preço da ação em bolsa de valores.
- **Fundos de investimentos:** os fundos de investimentos dos segmentos de renda fixa, renda variável, exterior e estruturado, sendo este último especificamente os Fundos de Investimentos em Participações (FIP), que alocam em empresas de capital fechado, e os Fundos de Investimentos Multimercado (FIM), que alocam os recursos em carteiras diversificadas de ativos, sem compromisso de concentração em nenhum fator de risco em especial.
- **Operações com participantes:** Trata-se de empréstimos consignado aos participantes e assistidos.

## Monitoramento do desempenho

Para verificação do desempenho dos investimentos dos planos, são utilizados os seguintes referenciais do mercado financeiro:

- **CDI:** É a sigla de Certificado de Depósito Interbancário. A taxa média diária do CDI é utilizada como referencial para o custo do dinheiro (ou seja, os juros). Serve para avaliar a rentabilidade das aplicações, por exemplo, do segmento de renda fixa.
- **Ibovespa:** É a sigla de Índice da Bolsa de Valores de São Paulo. Apura o desempenho médio das ações negociadas na bolsa integrantes do referido indicador. A variação pode ser positiva ou negativa em determinado período. Serve para avaliar a rentabilidade das aplicações do segmento de renda variável.
- **IHFA:** É a sigla de Índice de Hedge Funds ANBIMA. Este índice representativo da indústria de fundos de investimentos multimercado de gestão ativa, que possuem aplicação em diversos segmentos do mercado. Serve para avaliar a rentabilidade das aplicações do segmento estruturado.



- **MSCI World:** é a sigla de Morgan Stanley Capital International. Este é o índice mundial que mede o desempenho do mercado de empresas de grande e médio porte com presença global e em países desenvolvidos. É frequentemente usado para descrever como está o mercado de ações em escala mundial, excluindo ações de países emergentes. Serve para avaliar a rentabilidade das aplicações do segmento de investimento no exterior.

## Meta atuarial/Índice de Referência

É exigência normativa que todo plano de benefícios previdenciários, na modalidade Benefício Definido (BD) tenha uma taxa mínima atuarial, mais conhecida como meta atuarial.

O que vem a ser essa meta atuarial? Nas EFPC é a rentabilidade mínima que deve ser obtida na aplicação dos investimentos, com vistas a garantir o cumprimento integral dos seus compromissos futuros, ou seja, o pagamento dos benefícios a todos os participantes e beneficiários do plano.

Para os planos de benefícios na modalidade Contribuição Definida (CD) é definido Índice de Referência.

## O estilo de gestão dos recursos

Na Viva Previdência, a gestão dos recursos dos planos é realizada da seguinte forma: internamente (carteira própria) e terceirizada (fundos de investimentos), conforme detalhado a seguir:

- **Gestão interna (carteira própria):** Aplicação direta através da aquisição de títulos de renda fixa (ex. títulos públicos federais ou títulos privados) e operações com participantes.
- **Gestão terceirizada (fundos de investimentos):** Aplicação de cotas de fundos de investimentos dos diversos segmentos de investimentos.

Conforme consta na política de investimentos dos planos, a administração adota a gestão mista dos recursos, com as seguintes condições:

- **Carteira própria (gestão interna):** Manutenção de títulos públicos federais, que são integrantes do segmento de renda fixa e empréstimo consignado a participantes e assistidos, no segmento de operações com participantes. Nos demais segmentos não há carteira própria.
- **Fundos de investimentos (gestão terceirizada):** Aplicação de cotas de fundos de investimentos devidamente fundamentada, com monitoramento periódico de avaliação e performance.



## O tipo e a forma de gestão dos recursos

Conforme já citado anteriormente, a carteira própria está vinculada à gestão interna, e os fundos de investimentos à gestão terceirizada. Nos planos administrados pela entidade prevalece, majoritariamente, a gestão terceirizada, sendo os segmentos de renda fixa e operações com participantes sob a forma de gestão interna (carteira própria).

SEGMENTO	TIPO DE GESTÃO	FORMATO
RENDA FIXA	Gestão Interna Gestão terceirizada	Carteira Própria Fundos de Investimentos (Exclusivos) Fundos de Investimentos Cotas
RENDA VARIÁVEL	Gestão terceirizada	Fundos de Investimentos (Exclusivos) Fundos de Investimentos Cotas
ESTRUTURADO	Gestão terceirizada	Fundos de Investimentos Cotas Fundos de Investimentos (Fechado)
EXTERIOR	Gestão terceirizada	Fundos de Investimentos Cotas
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	Gestão Interna	Carteira Própria

## Critério de registro e avaliação contábil

A Resolução CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021, estabelece critérios para registro e avaliação contábil de títulos e valores mobiliários. Todos os títulos e valores mobiliários dos planos administrados pela Viva Previdência estão, em 31 de dezembro de 2022, classificados na categoria de “títulos para negociação”, portanto, precificados a valor de mercado.

## Custodiante

Os investimentos dos planos de benefícios previdenciários administrados pela Viva de Previdência estão custodiados no BTG Pactual S/A, instituição financeira responsável pela custódia, que tem também como atribuição centralizar o controle do patrimônio da fundação.

## Administrador dos fundos exclusivos

A administração dos fundos exclusivos de investimentos é realizada pelo BTG Pactual Serviços Financeiros S/A.



## Recursos Garantidores do Plano Viva Pecúlio

Os recursos garantidores do Plano Viva Pecúlio são administrados seguindo o que determina a legislação e as normas da previdência complementar, bem como os critérios estabelecidos na Política de Investimento aprovada para o ano de 2022.

Em 31 de dezembro de 2022 os recursos garantidores do Viva Pecúlio totalizam o valor de R\$ 2.173.005, assim composto:



VIVA  
PECÚLIO

DESCRIÇÃO	2021 (R\$ mil)	2022 (R\$ mil)
A) Saldo dos Investimentos	2.200.153	2.174.018
Títulos Públicos	246.619	246.081
Fundos de Investimentos	1.953.534	1.927.937
B) Disponível	47	271
C) Exigível Operacional e Contingencial	(32.877)	(32.781)
D) Depósitos Judiciais	31.496	31.497
<b>E) Recursos Garantidores</b>	<b>2.198.819</b>	<b>2.173.005</b>



## DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

DESCRIÇÃO	2021 (R\$ mil)	2022 (R\$ mil)
A) Carteira Própria	246.619	246.081
Títulos Públicos Federais	246.619	246.081
B) Carteira Terceirizada	1.953.534	1.927.937
Títulos Públicos Federais	1.294.988	1.652.266
Ativos Financeiros de Crédito Privado	68.650	115.237
Renda Variável	242.996	36.353
Fundos de Investimentos	340.946	123.632
Derivativos	92	541
Outros (Caixa, Contas a Receber/Pagar)	5.862	(92)
C) Saldo dos Investimentos	<b>2.200.153</b>	<b>2.174.018</b>

### META ATUARIAL:

A meta atuarial do Plano Viva Pecúlio ficou em 9,17% (INPC + 3,06 %), conforme parâmetros estabelecidos por estudo atuarial.

### RENTABILIDADE:

- **Rentabilidade (consolidada):** De forma sintética, a rentabilidade nominal consolidada do Plano Viva Pecúlio, em 2022, foi de 10,44%.
- **Rentabilidade (por segmento):** A rentabilidade nominal consolidada é composta pela rentabilidade de cada segmento de aplicação. O quadro a seguir demonstra a rentabilidade por segmento com os respectivos indicadores referenciais.

SEGMENTO	RENTABILIDADE	REFERENCIAL	INDICADOR REFERENCIAL
Renda Fixa	10,27%	12,39%	CDI
Renda Variável	-2,06%	4,69%	IBOVESPA
Investimentos Estruturados	10,74%	13,66%	I.H.F.A.
Investimentos no Exterior	1,04%	-18,70%	MSCI World
Carteira Total	10,44%	9,17%	Meta Atuarial (INPC + 3,06%aa)



- **Renda fixa:** Apesar do desempenho de 10,27% no ano de 2022, a rentabilidade ficou abaixo do CDI, índice referencial do segmento, que acumulou 12,39% no ano. Os ativos do segmento foram impactados negativamente em virtude da maior aversão a risco, devido ao cenário de inflação alta no mundo, que levou ao aumento da taxa de juros pelo Banco Central do Brasil e dos Bancos Centrais das principais economias mundiais. A alta inflação teve origem, dentre outros fatores, da guerra entre a Rússia e a Ucrânia, iniciada em fevereiro de 2022 e das medidas de restrição provocadas pela pandemia da Covid-19 na China. No Brasil, ainda tivemos o evento das eleições presidenciais e às incertezas com relação ao arcabouço fiscal.
- **Renda variável:** A rentabilidade do segmento ficou em -2,06%, enquanto o Ibovespa fechou o ano com variação positiva de 4,69%. A alocação no segmento de renda variável foi reduzida ao longo do ano, encerrando 2022 com alocação abaixo de 2% do patrimônio do plano.
- **Estruturado:** O desempenho do segmento ficou em 10,74%, ficando abaixo do benchmark de mercado (IHFA), que foi 13,66% no ano. O destaque positivo ficaram para os fundos multimercados, alocados nos fundos exclusivos FIC FIM. Os Fundos de Investimentos em Participações (FIP) obtiveram desempenho negativo no ano devido às reavaliações das empresas investidas pertencentes aos FIP Pátria Infraestrutura e Brasil Energia Renovável.
- **Exterior:** A alocação no segmento foi encerrada no mês de agosto e apresentou rentabilidade acumulada de 1,04% no ano, acima do referencial do segmento, o MSCI World, que foi de -18,70%.





## COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

O quadro a seguir demonstra a carteira de investimentos do Plano Viva Pecúlio por tipo de aplicação, o respectivo gestor e em qual segmento está alocado o investimento, bem como o percentual de cada aplicação em relação ao total dos recursos garantidores:

SEGMENTO/APLICAÇÃO	VEÍCULO/GESTOR	2021 (R\$ mil)	Aloc. %	2021 (R\$ mil)	Aloc. %
A) Renda Fixa		557.026	25,33%	844.933	38,88%
Carteira Própria	Títulos Públicos (Gestão Interna)	246.619	11,21%	246.081	11,32%
Fundos de Investimentos	Malibu Institucional FIRF (Safrá Asset Management)	110.370	5,02%	511.122	23,52%
	Florença Institucional FIRF (BNP Paribas Asset)	1.685	0,08%	1.790	0,08%
	Mirante Institucional FIRF (BB DTVM)	198.352	9,02%	85.940	3,95%
B) Renda Variável		74.417	3,38%	36.778	1,69%
Fundos de Investimentos	Modena Institucional FIA (ARX Investimentos)	74.417	3,38%	36.778	1,69%
C) Multimercado		1.539.342	70,01%	1.274.109	58,63%
Fundos de Investimentos	Genova Institucional FC FIM (SulAmérica Investimentos)	509.906	23,18%	366.767	16,88%
	Vivaprev Brasília FIM (XP Advisory Gestão de Recursos)	-	0,00%	232.834	10,71%
	Vivaprev Capital FIM (XP Advisory Gestão de Recursos)	-	0,00%	243.532	11,21%
	Biarritz Institucional FC FIM (BNP Paribas Asset)	530.225	24,10%	430.976	19,83%
D) Estruturados		29.367	1,34%	18.198	0,84%
Fundos de Investimentos	Patria Infraestrutura FIC FIP (Pátria Infra. Gestão)	13.947	0,63%	12.106	0,56%
	Brasil Energia Renovável FIP (Brasil Plural Gestão)	2.716	0,12%	912	0,04%
	FIP Multiestratégica Kinea (Kinea Private Equity Invest)	12.435	0,57%	5.029	0,23%
	Patria Special Opportunities FIC FIP (Pátria Infra. Gestão)	269	0,01%	151	0,01%
E) Saldo dos Investimentos (A+B+C+D)		2.200.152	100,06%	2.174.018	100,05%
F) Disponível		47	0,00%	271	0,01%
G) Exigível Operacional e Contingencial		(32.877)	-1,50%	(32.781)	-1,51%
H) Depósitos Judiciais		31.496	1,43%	31.497	1,45%
I) Recursos Garantidores (E+F+G+H)		2.198.819	100,00%	2.173.005	100,00%



## ENQUADRAMENTO DOS INVESTIMENTOS

O Plano Viva Pecúlio está enquadrado em relação aos limites estabelecidos na Política de Investimento do plano e limites de alocação dos recursos garantidores, estabelecidos na Resolução CMN nº 4.994/2022.

## COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS GARANTIDORES (2021 e 2022)

O demonstrativo abaixo apresenta as alocações dos recursos garantidores do Plano Viva Pecúlio, por segmento e por tipo de gestão, no final dos exercícios de 2021 e 2022.

SEGMENTO/APLICAÇÃO	2021 (R\$ mil)	Aloc. %	2022 (R\$ mil)	Aloc. %
A) Renda Fixa	557.026	25,33%	844.933	38,89%
Fundos de Investimentos em Renda Fixa (FIRF)	557.026	25,33%	844.933	38,89%
B) Renda Variável	74.417	3,38%	36.778	1,69%
Fundos de Investimentos	74.417	3,38%	36.778	1,69%
C) Multimercado	1.539.342	70,01%	1.274.109	58,64%
Fundos de Investimentos Multimercado	1.539.342	70,01%	1.274.109	58,64%
D) Estruturados	29.367	1,34%	18.198	0,84%
Fundos de Investimentos em participações (FIP)	29.367	1,34%	18.198	0,84%
E) Saldo dos Investimentos (A+B+C+D)	2.200.152	100,06%	2.174.018	100,06%
F) Disponível	47	0,00%	(1.285)	-0,06%
G) Exigível Operacional e Contingencial	(32.877)	-1,50%	(31.496)	-1,45%
H) Depósitos Judiciais	31.496	1,43%	31.496	1,45%
I) Recursos Garantidores (E+F+G+H)	2.198.819	100,00%	2.172.733	100,00%

A estratégia de investimento adotada pela Viva Previdência ao longo do ano de 2022 foi responsável por absorver os impactos negativos dos principais indicadores econômico-financeiros, decorrente do cenário financeiro adverso. Os principais fatores que influenciaram os mercados financeiros e de capitais no ano de 2022 foram: a guerra entre a Rússia e a Ucrânia; a elevação da pressão inflacionária global; o aumento de taxa de juros nos países desenvolvidos; a desaceleração da China e a crise energética na Europa que afetou o crescimento econômico.



No Brasil, além do cenário externo adverso, o processo eleitoral aumentou a volatilidade dos mercados. Com todas as incertezas da conjuntura econômica e geopolítica, o mercado atravessou um período de elevadas oscilações nos preços dos ativos financeiros.

Nesse contexto, a estratégia implementada pela Viva Previdência ao longo do ano foi não assumir riscos, buscando oportunidades mais conservadoras e de proteção do capital investido, privilegiando aplicações no segmento de renda fixa.

Com relação à estrutura de gestão dos investimentos buscou-se avaliar novas estratégias complementares aos fundos de investimentos – FIC FI (Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimentos), de forma a aliar o conceito de “proteção de capital”, via uso de derivativos, ao processo de gestão dos investimentos.

Dessa forma, foi ampliada a estrutura de fundos de investimentos com a constituição de 2 (dois) FIM (Fundos de Investimentos Multimercados), de forma a implementar ainda mais a diversificação dos recursos sob gestão de Fundos Exclusivos da Viva Previdência.

## CUSTOS DA GESTÃO TERCEIRIZADA

Os custos com a gestão terceirizada (aplicações efetuadas por meio de fundos de investimentos) estão demonstrados de acordo com o que estabelece o parágrafo único do artigo 17 da Resolução CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004.

DESCRIÇÃO	2021 (R\$ mil)	2022 (R\$ mil)
Despesas de Taxa de Administração e Gestão <sup>1</sup>	3.245	4.249
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	690	1264
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	765	1444
Outras Despesas Administrativas	13	3
<b>Despesas Totais</b>	<b>4.713</b>	<b>6.960</b>

1. A taxa de administração e gestão estão líquidas de outras receitas adicionais, nos valores de R\$ 232 mil em 2021 e R\$ 826 mil em 2022.

## DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas do Plano Viva Pecúlio são apuradas de acordo com o regulamento e os critérios constantes no Plano de Gestão Administrativa (PGA) aprovadas pelo Conselho Deliberativo.



DESCRIÇÃO	2021 (R\$ mil)	2022 (R\$ mil)
Pessoal e Encargos	10.142	11.275
Treinamentos, Congressos e Seminários	210	365
Viagens e Estadias	155	340
Serviços de Terceiros	2.575	3.123
Despesas Gerais	1.570	1.008
Depreciações e Amortizações	254	183
Tributos	245	278
<b>Despesas Totais</b>	<b>15.150</b>	<b>16.572</b>

A despesa administrativa per capita (por participante) dos planos administrados pela Viva Previdência está abaixo da média das entidades de mesmo porte.

## POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2023

Resumo – em atendimento a Resolução nº 32, de 4 de dezembro de 2019

Responsáveis Junto a PREVIC		
Função	Nome	Cargo
AETQ	Marcello Furlanetto Gomes	Diretor de Administração e Finanças
ARGR	Silas Devai Junior	Diretor Presidente
ARPB	Nizam Ghazale	Diretor de Clientes e Inovação

Objetivo da Gestão: Administrar os recursos financeiros do Plano Viva de Previdência e Pecúlio de forma eficiente, visando a manutenção de uma carteira de investimentos que proporcione retornos compatíveis com a meta atuarial, minimizando a probabilidade de descasamento de fluxos entre ativos e passivos. Para tanto, foi utilizado o modelo ALM (Asset Liability Management) para realizar a macroalocação dos ativos, que também considerou a modalidade e maturidade do plano, os riscos de liquidez e solvência e o cumprimento das obrigações do fluxo previdenciário.

### PLANO VIVA DE PREVIDÊNCIA E PECÚLIO

Taxa Mínima Atuarial		
Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
2023 a 2027	IPCA	3,72% a. a.

Retorno Esperado para o ano 2023		
Segmento	Benchmarks	Retorno Esperado
Renda Fixa	IPCA + taxa	10,43%
Renda Variável	% IBOV	18,46%
Estruturados	% IHFA	13,25%
Imobiliário	% IFIX	13,58%
Operações com Participantes	Índice de Referência + spread (taxa mínima)	17,49%
Exterior	% MSCI World	19,72%

Fonte e elaboração: i9Advisory Consultoria Financeira



Alocação de Recursos				
Segmento	Limite legal	Alvo	Mínimo	Máximo
Renda Fixa	100%	85%	50%	100%
Renda Variável	70%	0%	0%	15%
Estruturados	20%	9%	0%	15%
Imobiliário	20%	0%	0%	5%
Operações com Participantes	15%	5%	0%	10%
Exterior	10%	1%	0%	5%

Fonte e elaboração: i9Advisory Consultoria Financeira

Alocação por Emissor				
Art.	Inciso	Emissor	Limite Legal	Limite PI
27	I	Tesouro Nacional	100%	100%
	II	Instituição Financeira bancária autorizada a funcionar pelo Bacen	20%	20%
	III	Demais emissores	10%	10%

Concentração por Emissor					
Art.	Inciso	Alínea	Limites de concentração por emissor	Limite legal	Limite PI
28	I	a	% Instituição financeira (bancária, não bancárias e cooperativas de crédito autorizada pelo BACEN)	25%	25%
		b	% do FIDC e FIC-FIDC <sup>1</sup>	25%	25%
		c	% ETF, negociado em bolsa, referenciado em índices de Renda Fixa ou Renda Variável	25%	25%
		d	% FI classificado no segmento estruturado, FICFI classificado no segmento estruturado e FIP <sup>2</sup>	25%	25%
		e	% FII e FIC-FII <sup>3</sup>	25%	25%
		f	% FI constituídos no Brasil de que tratam os incisos II, IV e VI do art. 26 e FIC-FI constituídos no Brasil de que tratam os incisos II, IV e VI do art. 26*	25%	25%
	II	-	% Patrimônio separado constituído nas emissões de certificado de recebíveis com a adoção de regime fiduciário <sup>3</sup>	25%	25%
	III	a	Fundo de investimento constituído no exterior de que trata o inciso III do art. 26	15%	15%
		b	Do emissor listado na alínea "d" do inciso III do art. 21	15%	15%
		§1º	De uma mesma classe ou série de títulos ou valores mobiliários de renda fixa.	25%	25%
		§2º	Mesma classe e de cotas de FIDC	25%	25%
		§6º	Da quantidade de ações que representam o capital total e o capital votante, incluindo os bônus de subscrição e os recibos de subscrição, de uma mesma sociedade por ações de capital aberto admitida ou não à negociação em bolsa de valores	25%	25%

<sup>1</sup> Em relação ao limite estabelecido nas alíneas "b", "d", "e" e "f" do inciso I, não se aplica o limite de 25% nos FIC-FI se as suas aplicações observarem os limites do art. 28.

<sup>2</sup> Não se aplica o limite de 25% nos FIP que invistam pelo menos 90% do PL em cotas de outros FIP, desde que suas aplicações observem os limites do art. 28.

<sup>3</sup> Emissões de certificados de recebíveis com a adoção de regime fiduciário, consideram-se como emissor cada patrimônio separado constituído com a adoção do referido regime.

## CONTROLE DE RISCO

**Risco de Mercado** – Para fins de gerenciamento do risco mercado, a Viva Previdência empregará as seguintes ferramentas estatísticas, em linha com a Norma Institucional nº 05/2021 – Controle dos Investimentos – Gestão de Risco de Investimentos, aprovada



pelo Conselho Deliberativo, conforme Resolução nº 208/2021, de 2 de setembro de 2021 e a Norma Gerencial nº 06/2021 – Controle dos Investimentos, aprovada pela Diretoria Executiva, conforme Ata 21/2021, de 27 de setembro de 2021: 1. Value at Risk (VaR) – estima, com base em um intervalo de confiança e em dados históricos de volatilidade dos ativos presentes na carteira analisada, qual a perda máxima esperada (ou perda relativa) nas condições atuais de mercado. A utilização de cada modelo dependerá do tipo de mandato e de seus objetivos. Os parâmetros utilizados são: modelo paramétrico, intervalo de confiança de 95%, cenário B3 e horizonte de 21 dias úteis; EWMA de 0,94. O limite estabelecido para o Plano foi o VaR de 1,65%; e 2. Stress Test – avalia, considerando um cenário em que há forte depreciação dos ativos e valores mobiliários (sendo respeitadas as correlações entre os ativos), qual seria a extensão das perdas na hipótese de ocorrência desse cenário. A partir do ano de 2023 será implementada a métrica do Limite Prudencial de VaR, que consiste em definir um limite em que o gestor de recursos deverá ser avisado de que o risco de mercado do portfólio encontra-se próximo do patamar máximo de VaR permitido pela Política de Investimentos de cada Plano e do PGA, estabelecendo assim controle mais apurado no monitoramento do risco das operações financeiras. Para tanto, o limite estabelecido foi de 70% do limite definido para o VaR, para cada Plano e PGA.

**Risco de Crédito** – O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuado junto ao Plano. A aplicação no segmento de renda fixa, notadamente quanto à exposição ao risco de crédito privado, deverá ser avaliada, dentre outros instrumentos, por meio de rating de títulos de emissões bancárias ou corporativas, sem prejuízos de outros critérios de análise, quando necessário a análise da estrutura do ativo.

Nas aplicações realizadas pelos Planos através de gestores terceirizados, estes, devem monitorar continuamente o risco de crédito dos ativos em suas carteiras, estando aptos a informar à Viva Previdência de forma tempestiva, qualquer alteração no grau de risco de crédito dos ativos. A aplicação no segmento de renda fixa, poderá ter alocação em ativos de risco de crédito privado por meio da carteira terceirizada (fundos de investimentos), tendo por base classificação efetuada por agência de rating habilitada e regulada pela CVM. A classificação de rating mínima aceita para quaisquer ativos de crédito privado será a de baixo risco de crédito, emitida pelas seguintes agências: (i) Fitch Ratings Brasil, (ii) Standard & Poor's Ratings do Brasil e (iii) Moody's Local BR Agência de Classificação de Risco. Exclusivamente para os Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) também serão aceitos scores (nota de rating) de baixo risco de crédito emitidos pelas seguintes agências: (i) Fitch Ratings Brasil, (ii) Standard & Poor's Ratings do Brasil e (iii) Moody's Local BR Agência de Classificação de Risco. (iv) Austin Rating Serviços Financeiros, (v) Liberuim Ratings Serviços Financeiros, e (vi) SR



Rating Prestação de Serviços. Cabe ressaltar que se o ativo de crédito privado (título ou fundo) tiver mais de uma classificação de risco por duas ou mais agências de rating, deverá ser considerada a pior classificação para critério de elegibilidade do ativo. O enquadramento dos ativos ou emissores será feito com base na classificação de risco vigente na data da verificação da aderência das aplicações às Políticas de Investimento. Por fim, o investimento em FIDCs, caso ocorra, será destinado exclusivamente para a categoria de cotas seniores, desde que estas sejam classificadas com rating mínimo de “A”, levando em consideração não apenas os ratings emitidos pelas agências classificadoras de risco de crédito, como também, a avaliação dos gestores dos fundos de investimentos exclusivos da Viva Previdência.

**Risco de Liquidez** – O risco de liquidez envolve a avaliação de potenciais perdas financeiras decorrentes da realização de ativos a preços abaixo daqueles praticados no mercado, efetuados para cumprir obrigações de pagamentos de benefícios aos participantes. Para fins de mensuração e análise deste risco, serão utilizados os indicadores com objetivo de evidenciação da capacidade do plano para honrar as obrigações com os participantes no curto e médio prazo, considerando ativos de maior e menor liquidez e a posição em determinados ativos que estejam sujeitos a variações abruptas de preço por liquidez baixa ou inexistente. Assim, e de extrema relevância que as carteiras de investimentos dos Planos e do PGA espelhem a necessidade de liquidez do passivo, de acordo com a expectativa de pagamento das obrigações previdenciárias de cada plano. Com o objetivo de analisar a liquidez dos planos de benefícios administrados pela Viva Previdência foi desenvolvido uma metodologia, com base no estudo realizado pela Previc e apresentado no Relatório de Estabilidade da Previdência Complementar (REP), de junho de 2021, para identificar o nível de liquidez mínima para cada Plano de Benefício, a partir das premissas e especificidades destes. Especificamente para o Plano Viva de Previdência e Pecúlio foi adotado o percentual mínimo de liquidez correspondente a 8% (oito por cento) sobre os benefícios a conceder, fazendo frente a uma saída de recursos estimada para os próximos 12 (doze) meses.

**Risco Legal** – O risco legal está relacionado a não conformidade com normativos internos e externos, podendo gerar perdas financeiras procedentes de autuações, processos judiciais ou eventuais questionamentos. O controle dos riscos dessa natureza, que incidem sobre atividades de investimentos, será feito por meio de: 1. Monitoramento do nível de compliance, através de relatórios que permitam verificar a aderência dos investimentos às diretrizes da legislação em vigor e às políticas de investimentos, realizados e analisados pelo Conselho Fiscal; 2. Contratação de serviços para o monitoramento do risco jurídico da carteira de investimentos.

**Risco Operacional** – O risco operacional caracteriza-se como “a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos



internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos”. A gestão será decorrente de ações que garantam a adoção de normas e procedimentos de controles internos, alinhados com a legislação aplicável. Dentre os procedimentos de controle podem ser destacados: a) Conhecimento e mapeamento dos procedimentos operacionais; b) Avaliação dos pontos sujeitos a falhas de qualquer tipo; c) Avaliação dos impactos das possíveis falhas; d) Avaliação da criticidade de cada processo, em termos dos erros observados e dos impactos causados; e) Definição de rotinas de acompanhamento e análise dos relatórios de monitoramento dos riscos descritos nos tópicos anteriores; f) Estabelecimento de procedimentos formais para tomada de decisão de investimentos; g) Acompanhamento da formação, desenvolvimento e certificação dos participantes do processo decisório de investimento; e h) Formalização e acompanhamento das atribuições e responsabilidade de todos os envolvidos no processo de planejamento, execução e controle de investimento. As atividades críticas são revistas de forma prioritária, e as demais são revistas conforme a necessidade. Esse processo é realizado rotineiramente, de forma a prover a segurança necessária.

**Risco Sistêmico** – O monitoramento do risco sistêmico é realizado através de relatórios periódicos acerca de dados e indicadores da economia nacional e global, visando a identificação de fatores que possam resultar em quebra da estabilidade do sistema financeiro. Além deste, utiliza-se o monitoramento da volatilidade do mercado calculado, o VaR e Stress Test da carteira consolidada conforme parâmetros já estabelecidos anteriormente. Como mecanismo para se tentar reduzir a suscetibilidade dos investimentos a esse risco, bem como para tentar suavizar a intensidade de seus efeitos, a alocação dos recursos é realizada sob o princípio da diversificação. Como mecanismo adicional, a Viva Previdência poderá contratar gestores externos de investimento, visando mitigar a possibilidade de inoperância desses prestadores de serviço em um evento de crise.

**Risco de Imagem** – É decorrente de práticas internas, eventos de riscos e fatores externos que possam, potencial ou efetivamente gerar uma percepção negativa da instituição por parte dos participantes, parceiros, prestadores de serviços, entre outros, acarretando impactos indesejáveis na percepção da marca ou perdas financeiras, além de afetar de maneira adversa a capacidade da instituição de manter suas relações. A aquisição de ativos financeiros pode resultar em risco de imagem para a Viva Previdência. Portanto, o Comitê de Investimentos deverá fazer menção ao mesmo, sempre que detectá-lo, quando da elaboração das propostas de investimento e sobre a negociação de um ativo.

**Risco Atuarial** – O risco atuarial é proveniente da não aderência das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras utilizadas na estimativa do cálculo do passivo e, conseqüentemente, dos recursos necessários para a Viva Previdência honrar com os benefícios a serem pagos aos participantes do Plano. Esses compromissos variam de





acordo com a modalidade do Plano de Benefícios e com as especificidades definidas em seus regulamentos. Como regra geral, porém, cabe às EFPC manter o nível de reservas adequado para fazer frente às obrigações previdenciárias. De acordo com a Resolução nº 18, de 28 de março de 2006, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar, alterada pela Resolução nº 15, de 19 de novembro de 2014, do Conselho Nacional de Previdência Complementar, a Entidade deve realizar a confrontação entre as probabilidades de ocorrência de morte ou invalidez constantes da tábua biométrica utilizada em relação àquelas constatadas junto à massa de participantes ativos e assistidos considerando, no mínimo, o período histórico dos últimos três exercícios, e confrontar a convergência entre a taxa real de juros estabelecida nas projeções atuariais e a taxa de retorno real projetada para as aplicações dos recursos garantidores. A mesma Resolução determina ainda que compete ao Conselho Fiscal da Entidade Fechada atestar, mediante fundamentação e documentação comprobatória, a existência de controles internos destinados a garantir o adequado gerenciamento dos riscos atuariais.

**Risco Cibernético** – É inerente a todo e qualquer processo que dependa de recursos cibernéticos, isto é, sistemas ou elementos de sistemas. Se caracteriza pela possibilidade de perda financeira, interrupção das operações, impacto a partir da falha de tecnologias digitais empregadas para funções informacionais e/ou operacionais por vias eletrônicas a partir de acesso não autorizado, uso, divulgação, interrupção, modificação ou destruição do sistema utilizado.

**Risco Relacionado a Fatores Macroeconômicos e à Política Governamental** – Trata-se do risco tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários, situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e de mudanças legislativas, que poderão resultar em perda de liquidez dos ativos que compõem as carteiras de investimentos dos Planos e a inadimplência dos emissores dos ativos.

**Risco de Gestão Terceirizada** – Este risco é devido a gestão das carteiras de investimentos do plano, que em sua grande maioria, é realizada por meio de Fundos de Investimentos geridos por instituições financeiras (“GESTOR”) contratadas pela Viva Previdência. Assim, as performances destas carteiras de Fundos de Investimentos dependerão em larga escala das habilidades e expertise do grupo de profissionais do GESTOR. A perda de um ou mais executivos do GESTOR poderá ter impacto significativo nos negócios e na performance financeira do(s) Fundo(s) de Investimentos. O GESTOR também pode se tornar dependente dos serviços de consultores externos e suas equipes. Se esses serviços se tornarem indisponíveis, o GESTOR pode precisar recrutar profissionais especializados, sendo que poderá enfrentar dificuldades na contratação de tais profissionais.



## Recursos Garantidores do Plano Viva Empresarial

Os recursos garantidores do Plano Viva Empresarial são administrados, conforme o que determina a legislação e as normas da previdência complementar, bem como os critérios estabelecidos na Política de Investimento aprovada para o ano de 2022.

Em 31 de dezembro de 2022, os recursos garantidores do Viva Empresarial totalizam o valor de R\$ 103.295, assim composto:

# VIVA EMPRESARIAL

DESCRIÇÃO	2021 (R\$ mil)	2022 (R\$ mil)
A) Saldo dos Investimentos	86.721	103.284
Fundos de Investimentos	86.721	103.284
B) Disponível	7	72
C) Exigível Operacional e Contingencial	(54)	(61)
D) Recursos Garantidores	86.674	103.295



## DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

DESCRIÇÃO	2021 (R\$ mil)	2022 (R\$ mil)
A) Carteira Terceirizada	86.721	103.284
Títulos Públicos Federais	56.154	89.889
Ativos Financeiros de Crédito Privado	3.753	6.714
Renda Variável	9.057	-
Fundos de Investimentos	17.279	6.635
Derivativos	5	31
Outros (Caixa, Contas a Receber/Pagar)	473	15
<b>B) Saldo dos Investimentos</b>	<b>86.721</b>	<b>103.284</b>

## META REFERENCIAL

A meta referencial do plano ficou em 8,50% (INPC + 2,42%), conforme parâmetros estabelecidos na Política de Investimentos do plano para 2022.

## RENTABILIDADE:

- **Rentabilidade (consolidada):** A rentabilidade nominal consolidada do Plano Viva Empresarial em 2022 foi de 11,75%.
- **Rentabilidade (por segmento):** A rentabilidade nominal consolidada é composta pela rentabilidade de cada segmento de aplicação. No quadro abaixo está demonstrada a rentabilidade por segmento com os respectivos indicadores referenciais e, na sequência, comentários sobre a performance.

SEGMENTO	RENTABILIDADE	REFERENCIAL	INDICADOR REFERENCIAL
Renda Fixa	11,61%	12,39%	CDI
Renda Variável	-0,25%	4,69%	IBOVESPA
Investimentos Estruturados	14,45%	13,66%	I.H.F.A.
Investimentos no Exterior	-0,92%	-18,70%	MSCI World
<b>Carteira Total</b>	<b>11,75%</b>	<b>8,50%</b>	<b>Meta Atuarial (INPC + 3,06%aa)</b>



- **Renda fixa:** Apesar do desempenho de 11,61% no ano de 2022, a rentabilidade ficou abaixo do CDI, índice referencial do segmento, que acumulou 12,39% no ano. Os ativos do segmento foram impactados negativamente em virtude da maior aversão a risco, devido ao cenário de inflação alta no mundo, que levou ao aumento da taxa de juros pelo Banco Central do Brasil e dos Bancos Centrais das principais economias mundiais. A alta inflação teve origem, dentre outros fatores, da guerra entre a Rússia e a Ucrânia, iniciada em fevereiro de 2022 e das medidas de restrição provocadas pela pandemia da Covid-19 na China. No Brasil, ainda tivemos o evento das eleições presidenciais e às incertezas com relação ao arcabouço fiscal.
- **Renda variável:** A rentabilidade do segmento ficou em -0,25%, enquanto o Ibovespa fechou o ano com variação positiva de 4,69%. A alocação no segmento de renda variável foi reduzida ao longo do ano, sendo zerada a exposição no mês de agosto de 2022.
- **Estruturado:** O desempenho do segmento ficou em 14,45%, acima da performance do benchmark de mercado (IHFA), que foi 13,66% no ano. O destaque positivo ficaram para os fundos multimercados, alocados nos fundos exclusivos FIC FIM. Os Fundos de Investimentos em Participações (FIP) obtiveram desempenho negativo no ano devido às reavaliações das empresas investidas pertencentes aos FIP Pátria Infraestrutura e Brasil Energia Renovável.
- **Exterior:** A alocação no segmento foi encerrada no mês de agosto e apresentou rentabilidade acumulada de -0,92% no ano, acima do referencial do segmento, o MSCI World, que foi de -18,70%.



SEGMENTO/ APLICAÇÃO	VEÍCULO/GESTOR	2021 (R\$ mil)	Aloc. %	2022 (R\$ mil)	Aloc. %
A) Renda Fixa		4.267	5%	26.254	25,42%
Fundos de Investimentos	Malibu Institucional FIRF (Safrá Asset Management)	4.267	4,92%	26.254	25,42%
B) Multimercado		81.788	94,36%	76.601	74,16%
Fundos de Investimentos	Genova Institucional FC FIM (SulAmérica Investimentos)	25.634	29,58%	20.648	19,99%
	NIX Institucional FC FIM (Icatu Vanguarda)	26.521	30,60%	-	0,00%
	Vivaprev Brasília FIM ( XP Advisory Gestão de Recursos )	-	0,00%	12.438	12,04%
	Vivaprev Capital FIM ( XP Advisory Gestão de Recursos )	-	0,00%	17.042	16,50%
	Biarritz Institucional FC FIM (BNP Paribas Asset)	29.633	34,19%	26.472	25,63%
C) Estruturados		665	0,77%	429	0,42%
Fundos de Investimentos	Patria Infraestrutura FIC FIP (Pátria Infra. Gestão)	357	0,41%	307	0,30%
	Brasil Energia Renovável FIP (Brasil Plural Gestão)	54	0,06%	18	0,02%
	FIP Multiestratégica Kinea (Kinea Private Equity Invest)	249	0,29%	100	0,10%
	Patria Special Opportunities FIC FIP (Pátria Infra. Gestão)	5	0,01%	3	0,00%
D) Saldo dos Investimentos (A+B+C+D)		86.720	100,05%	103.284	99,99%
E) Disponível		7	0,01%	72	0,07%
F) Exigível Operacional e Contingencial		(54)	-0,06%	(61)	-0,06%
G) Depósitos Judiciais		-	0,00%	-	0,00%
H) Recursos Garantidores (E+F+G+H)		86.674	100,00%	103.295	100,00%

## COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

O quadro a seguir demonstra a carteira de investimentos do Plano Viva Empresarial, por tipo de aplicação, o respectivo gestor e em qual segmento está alocado o investimento, bem como o percentual de cada aplicação em relação ao total dos recursos garantidores:



## ENQUADRAMENTO DOS INVESTIMENTOS

O Plano Viva Empresarial está enquadrado em relação aos limites estabelecidos na Política de Investimento do plano e limites de alocação dos recursos garantidores, estabelecidos na Resolução CMN nº 4.994/2022.

## COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS GARANTIDORES (2021 e 2022)

O demonstrativo abaixo apresenta as alocações dos recursos garantidores do Plano Viva Empresarial, por segmento e por tipo de gestão, no final dos exercícios de 2021 e 2022.

SEGMENTO/APLICAÇÃO	2021 (R\$ mil)	Aloc. %	2022 (R\$ mil)	Aloc. %
A) Renda Fixa	4.267	5%	26.254	25,42%
Fundos de Investimentos em Renda Fixa (FIRF)	4.267	4,92%	26.254	25,42%
B) Multimercado	81.788	94,36%	76.601	74,16%
Fundos de Investimentos Multimercado	81.788	94,36%	76.601	74,16%
C) Estruturados	665	0,77%	429	0,41%
Fundos de Investimentos em participações (FIP)	665	0,77%	429	0,41%
D) Saldo dos Investimentos (A+B+C)	86.720	100,05%	103.284	99,99%
E) Disponível	7	0,01%	72	0,07%
F) Exigível Operacional e Contingencial	(54)	-0,06%	(61)	-0,06%
G) Recursos Garantidores (D+E+F+G)	86.674	100,00%	103.295	100,00%

A estratégia de investimento adotada pela Viva Previdência ao longo do ano de 2022 foi responsável por absorver os impactos negativos dos principais indicadores econômico-financeiros, decorrente do cenário financeiro adverso. Os principais fatores que influenciaram os mercados financeiros e de capitais no ano de 2022 foram: a guerra entre a Rússia e a Ucrânia; a elevação da pressão inflacionária global; o aumento de taxa de juros nos países desenvolvidos; a desaceleração da China e a crise energética na Europa que afetou o crescimento econômico.

No Brasil, além do cenário externo adverso, o processo eleitoral aumentou a volatilidade dos mercados. Com todas as incertezas da conjuntura econômica e geopolítica, o mercado atravessou um período de elevadas oscilações nos preços dos ativos financeiros.



Nesse contexto, a estratégia implementada pela Viva Previdência ao longo do ano foi não assumir riscos, buscando oportunidades mais conservadoras e de proteção do capital investido, privilegiando aplicações no segmento de renda fixa.

Com relação à estrutura de gestão dos investimentos buscou-se avaliar novas estratégias complementares aos fundos de investimentos – FIC FI (Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimentos), de forma a aliar o conceito de “proteção de capital”, via uso de derivativos, ao processo de gestão dos investimentos.

Dessa forma, foi ampliada a estrutura de fundos de investimentos com a constituição de 2 (dois) FIM (Fundos de Investimentos Multimercados), de forma a implementar ainda mais a diversificação dos recursos sob gestão de Fundos Exclusivos da Viva Previdência.

## CUSTOS DA GESTÃO TERCEIRIZADA

Os custos com a gestão terceirizada (aplicações efetuadas por meio de fundos de investimentos) estão demonstrados de acordo com o que estabelece o parágrafo único do artigo 17 da Resolução CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004.

DESCRIÇÃO	2021 (R\$ mil)	2022 (R\$ mil)
Despesas de Taxa de Administração e Gestão <sup>1</sup>	308	539
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	22	45
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	34	110
Outras Despesas Administrativas	1	1
<b>Despesas Totais</b>	<b>365</b>	<b>695</b>

1. A taxa de administração e gestão estão líquidas de outras receitas adicionais, nos valores de R\$ 11 mil em 2021 e R\$ 40 mil em 2022.

## DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas do Plano Viva Empresarial são apuradas de acordo com o regulamento e os critérios constantes no Plano de Gestão Administrativa (PGA).



DESCRIÇÃO	2021 (R\$ mil)	2022 (R\$ mil)
Pessoal e Encargos	365	417
Treinamentos, Congressos e Seminários	8	14
Viagens e Estadias	6	20
Serviços de Terceiros	93	116
Despesas Gerais	56	37
Depreciações e Amortizações	9	8
Tributos	9	10
<b>Despesas Totais</b>	<b>545</b>	<b>621</b>

A despesa administrativa per capita (por participante) dos planos administrados pela Viva Previdência está abaixo da média das entidades de mesmo porte.

## POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2023

Resumo – em atendimento a Resolução nº 32, de 4 de dezembro de 2019

Responsáveis Junto a PREVIC		
Função	Nome	Cargo
AETQ	Marcello Furlanetto Gomes	Diretor de Administração e Finanças
ARGR	Silas Devai Junior	Diretor Presidente
ARPB	Nizam Ghazale	Diretor de Clientes e Inovação

**Objetivo da Gestão:** Administrar os recursos financeiros do Plano Viva Empresarial de forma eficiente, a partir da otimização da relação risco e retorno dos ativos para definição dos limites de investimentos do portfólio do plano. Para tanto, foi utilizado o modelo ARM (Asset Risk Management) para realizar a macroalocação dos ativos. Para a consecução de seu objetivo, a Viva de Previdência levou em consideração as características das obrigações do plano, buscando garantir o pagamento do fluxo de despesas ao longo do tempo.

Índice de Referência		
Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
2023 a 2027	IPCA	3,40% a.a.

Retorno Esperado para o ano 2023		
Segmento	Benchmarks	Retorno Esperado
Renda Fixa	IPCA + taxa	10,58%
Renda Variável	% IBOV	18,46%
Estruturados	% IHFA	13,25%
Imobiliário	% IFIX	13,58%
Operações com Participantes	Índice de Referência + spread (taxa mínima)	17,49%
Exterior	% MSCI World	19,72%

Fonte e elaboração: i9Advisory Consultoria Financeira





Alocação de Recursos				
Segmento	Limite legal	Alvo	Mínimo	Máximo
Renda Fixa	100%	92%	35%	100%
Renda Variável	70%	0%	0%	20%
Estruturados	20%	2%	0%	15%
Imobiliário	20%	0%	0%	10%
Operações com Participantes	15%	5%	0%	10%
Exterior	10%	1%	0%	10%

Fonte e elaboração: i9Advisory Consultoria Financeira

Alocação por Emissor				
Art.	Inciso	Emissor	Limite Legal	Limite PI
27	I	Tesouro Nacional	100%	100%
	II	Instituição Financeira bancária autorizada a funcionar pelo Bacen	20%	20%
	III	Demais emissores	10%	10%

Concentração por Emissor					
Art.	Inciso	Alínea	Limites de concentração por emissor	Limite legal	Limite PI
28	I	a	% Instituição financeira (bancária, não bancárias e cooperativas de crédito autorizada pelo BACEN)	25%	25%
		b	% do FIDC e FIC-FIDC <sup>1</sup>	25%	25%
		c	% ETF, negociado em bolsa, referenciado em índices de Renda Fixa ou Renda Variável	25%	25%
		d	% FI classificado no segmento estruturado, FICFI classificado no segmento estruturado e FIP <sup>2</sup>	25%	25%
		e	% FII e FIC-FII <sup>3</sup>	25%	25%
		f	% FI constituídos no Brasil de que tratam os incisos II, IV e VI do art. 26 e FIC-FI constituídos no Brasil de que tratam os incisos II, IV e VI do art. 26*	25%	25%
	II	-	% Patrimônio separado constituído nas emissões de certificado de recebíveis com a adoção de regime fiduciário <sup>3</sup>	25%	25%
	III	a	Fundo de investimento constituído no exterior de que trata o inciso III do art. 26	15%	15%
		b	Do emissor listado na alínea "d" do inciso III do art. 21	15%	15%
		§1º	De uma mesma classe ou série de títulos ou valores mobiliários de renda fixa.	25%	25%
		§2º	Mesma classe de cotas de FIDC	25%	25%
		§6º	Da quantidade de ações que representam o capital total e o capital votante, incluindo os bônus de subscrição e os recibos de subscrição, de uma mesma sociedade por ações de capital aberto admitida ou não à negociação em bolsa de valores	25%	25%

<sup>1</sup> Em relação ao limite estabelecido nas alíneas "b", "d", "e" e "f" do inciso I, não se aplica o limite de 25% nos FIC-FI se as suas aplicações observarem os limites do art. 28.

<sup>2</sup> Não se aplica o limite de 25% nos FIP que invistam pelo menos 90% do PL em cotas de outros FIP, desde que suas aplicações observarem os limites do art. 28.

<sup>3</sup> Emissões de certificados de recebíveis com a adoção de regime fiduciário, considera-se como emissor cada patrimônio separado constituído com a adoção do referido regime.

## CONTROLE DE RISCO

**Risco de Mercado** – Para fins de gerenciamento do risco mercado, a Viva Previdência empregará as seguintes ferramentas estatísticas, em linha com a Norma Institucional nº 05/2021 – Controle dos Investimentos – Gestão de Risco de Investimentos, aprovada pelo Conselho Deliberativo, conforme Resolução nº 208/2021, de 2 de setembro de



2021 e a Norma Gerencial nº 06/2021 – Controle dos Investimentos, aprovada pela Diretoria Executiva, conforme Ata 21/2021, de 27 de setembro de 2021: 1. Value at Risk (VaR) – estima, com base em um intervalo de confiança e em dados históricos de volatilidade dos ativos presentes na carteira analisada, qual a perda máxima esperada (ou perda relativa) nas condições atuais de mercado. A utilização de cada modelo dependerá do tipo de mandato e de seus objetivos. Os parâmetros utilizados são: modelo paramétrico, intervalo de confiança de 95%, cenário B3 e horizonte de 21 dias úteis; EWMA de 0,94. O limite estabelecido para o Plano foi o VaR de 1,35%; e 2. Stress Test – avalia, considerando um cenário em que há forte depreciação dos ativos e valores mobiliários (sendo respeitadas as correlações entre os ativos), qual seria a extensão das perdas na hipótese de ocorrência desse cenário. A partir do ano de 2023 será implementada a métrica do Limite Prudencial de VaR, que consiste em definir um limite em que o gestor de recursos deverá ser avisado de que o risco de mercado do portfólio encontra-se próximo do patamar máximo de VaR permitido pela Política de Investimentos de cada Plano e do PGA, estabelecendo assim controle mais apurado no monitoramento do risco das operações financeiras. Para tanto, o limite estabelecido foi de 70% do limite definido para o VaR, para cada Plano e PGA.

**Risco de Crédito** – O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuado junto ao Plano. A aplicação no segmento de renda fixa, notadamente quanto à exposição ao risco de crédito privado, deverá ser avaliada, dentre outros instrumentos, por meio de rating de títulos de emissões bancárias ou corporativas, sem prejuízos de outros critérios de análise, quando necessário a análise da estrutura do ativo.

Nas aplicações realizadas pelos Planos através de gestores terceirizados, estes, devem monitorar continuamente o risco de crédito dos ativos em suas carteiras, estando aptos a informar à Viva Previdência de forma tempestiva, qualquer alteração no grau de risco de crédito dos ativos. A aplicação no segmento de renda fixa, poderá ter alocação em ativos de risco de crédito privado por meio da carteira terceirizada (fundos de investimentos), tendo por base classificação efetuada por agência de rating habilitada e regulada pela CVM. A classificação de rating mínima aceita para quaisquer ativos de crédito privado será a de baixo risco de crédito, emitida pelas seguintes agências: (i) Fitch Ratings Brasil, (ii) Standard & Poor's Ratings do Brasil e (iii) Moody's Local BR Agência de Classificação de Risco. Exclusivamente para os Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) também serão aceitos scores (nota de rating) de baixo risco de crédito emitidos pelas seguintes agências: (i) Fitch Ratings Brasil, (ii) Standard & Poor's Ratings do Brasil e (iii) Moody's Local BR Agência de Classificação de Risco. (iv) Austin Rating Serviços Financeiros, (v) Liberuim Ratings Serviços Financeiros, e (vi) SR Rating Prestação de Serviços. Cabe ressaltar que se o ativo de crédito privado (título



ou fundo) tiver mais de uma classificação de risco por duas ou mais agências de rating, deverá ser considerada a pior classificação para critério de elegibilidade do ativo. O enquadramento dos ativos ou emissores será feito com base na classificação de risco vigente na data da verificação da aderência das aplicações às Políticas de Investimento. Por fim, o investimento em FIDCs, caso ocorra, será destinado exclusivamente para a categoria de cotas seniores, desde que estas sejam classificadas com rating mínimo de “A”, levando em consideração não apenas os ratings emitidos pelas agências classificadoras de risco de crédito, como também, a avaliação dos gestores dos fundos de investimentos exclusivos da Viva Previdência.

**Risco de Liquidez** – O risco de liquidez envolve a avaliação de potenciais perdas financeiras decorrentes da realização de ativos a preços abaixo daqueles praticados no mercado, efetuados para cumprir obrigações de pagamentos de benefícios aos participantes. Para fins de mensuração e análise deste risco, serão utilizados os indicadores com objetivo de evidência da capacidade do plano para honrar as obrigações com os participantes no curto e médio prazo, considerando ativos de maior e menor liquidez e a posição em determinados ativos que estejam sujeitos a variações abruptas de preço por liquidez baixa ou inexistente. Assim, e de extrema relevância que as carteiras de investimentos dos Planos e do PGA espelhem a necessidade de liquidez do passivo, de acordo com a expectativa de pagamento das obrigações previdenciárias de cada plano. Com o objetivo de analisar a liquidez dos planos de benefícios administrados pela Viva Previdência foi desenvolvido uma metodologia, com base no estudo realizado pela Previc e apresentado no Relatório de Estabilidade da Previdência Complementar (REP), de junho de 2021, para identificar o nível de liquidez mínima para cada Plano de Benefício, a partir das premissas e especificidades destes. Para o Plano Viva Empresarial, o patamar mínimo de liquidez corresponde a 3 vezes o valor da média mensal das saídas de recursos dos últimos 12 meses do plano.

**Risco Legal** – O risco legal está relacionado a não conformidade com normativos internos e externos, podendo gerar perdas financeiras procedentes de autuações, processos judiciais ou eventuais questionamentos. O controle dos riscos dessa natureza, que incidem sobre atividades de investimentos, será feito por meio de: 1. Monitoramento do nível de compliance, através de relatórios que permitam verificar a aderência dos investimentos às diretrizes da legislação em vigor e às políticas de investimentos, realizados e analisados pelo Conselho Fiscal; 2. Contratação de serviços para o monitoramento do risco jurídico da carteira de investimentos.

**Risco Operacional** – O risco operacional caracteriza-se como “a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos”. A gestão será decorrente de ações que garantam a adoção de normas e procedimentos de controles internos,



alinhados com a legislação aplicável. Dentre os procedimentos de controle podem ser destacados: a) Conhecimento e mapeamento dos procedimentos operacionais; b) Avaliação dos pontos sujeitos a falhas de qualquer tipo; c) Avaliação dos impactos das possíveis falhas; d) Avaliação da criticidade de cada processo, em termos dos erros observados e dos impactos causados; e) Definição de rotinas de acompanhamento e análise dos relatórios de monitoramento dos riscos descritos nos tópicos anteriores; f) Estabelecimento de procedimentos formais para tomada de decisão de investimentos; g) Acompanhamento da formação, desenvolvimento e certificação dos participantes do processo decisório de investimento; e h) Formalização e acompanhamento das atribuições e responsabilidade de todos os envolvidos no processo de planejamento, execução e controle de investimento. As atividades críticas são revistas de forma prioritária, e as demais são revistas conforme a necessidade. Esse processo é realizado rotineiramente, de forma a prover a segurança necessária.

**Risco Sistêmico** – O monitoramento do risco sistêmico é realizado através de relatórios periódicos acerca de dados e indicadores da economia nacional e global, visando a identificação de fatores que possam resultar em quebra da estabilidade do sistema financeiro. Além deste, utiliza-se o monitoramento da volatilidade do mercado calculado, o VaR e Stress Test da carteira consolidada conforme parâmetros já estabelecidos anteriormente. Como mecanismo para se tentar reduzir a suscetibilidade dos investimentos a esse risco, bem como para tentar suavizar a intensidade de seus efeitos, a alocação dos recursos é realizada sob o princípio da diversificação. Como mecanismo adicional, a Viva Previdência poderá contratar gestores externos de investimento, visando mitigar a possibilidade de inoperância desses prestadores de serviço em um evento de crise.

**Risco de Imagem** – É decorrente de práticas internas, eventos de riscos e fatores externos que possam, potencial ou efetivamente gerar uma percepção negativa da instituição por parte dos participantes, parceiros, prestadores de serviços, entre outros, acarretando impactos indesejáveis na percepção da marca ou perdas financeiras, além de afetar de maneira adversa a capacidade da instituição de manter suas relações. A aquisição de ativos financeiros pode resultar em risco de imagem para a Viva Previdência. Portanto, o Comitê de Investimentos deverá fazer menção ao mesmo, sempre que detectá-lo, quando da elaboração das propostas de investimento e sobre a negociação de um ativo.

**Risco de Frustração de Expectativa de Benefícios – CD** – Trata-se do risco do benefício previdenciário ser muito inferior à renda do participante no período laborativo, podendo gerar uma frustração ao planejamento da renda familiar e afetar o bem-estar no período da aposentadoria. O instrumento de mitigação utilizado é ferramenta de renda monitorada, disponibilizada ao participante no portal da Viva Previdência, permitindo a simulação dos benefícios futuros e orientando-o a fazer um planejamento financeiro e previdenciário que poderá ser definido pelo aumento do prazo ou do percentual de contribuição.



**Risco Cibernético** – É inerente a todo e qualquer processo que dependa de recursos cibernéticos, isto é, sistemas ou elementos de sistemas. Se caracteriza pela possibilidade de perda financeira, interrupção das operações, impacto a partir da falha de tecnologias digitais empregadas para funções informacionais e/ou operacionais por vias eletrônicas a partir de acesso não autorizado, uso, divulgação, interrupção, modificação ou destruição do sistema utilizado.

**Risco Relacionado a Fatores Macroeconômicos e à Política Governamental** – Trata-se do risco tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários, situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e de mudanças legislativas, que poderão resultar em perda de liquidez dos ativos que compõem as carteiras de investimentos dos Planos e a inadimplência dos emissores dos ativos.

**Risco de Gestão Terceirizada** – Este risco é devido a gestão das carteiras de investimentos do plano, que em sua grande maioria, é realizada por meio de Fundos de Investimentos geridos por instituições financeiras (“GESTOR”) contratadas pela Viva Previdência. Assim, as performances destas carteiras de Fundos de Investimentos dependerão em larga escala das habilidades e expertise do grupo de profissionais do GESTOR. A perda de um ou mais executivos do GESTOR poderá ter impacto significativo nos negócios e na performance financeira do(s) Fundo(s) de Investimentos. O GESTOR também pode se tornar dependente dos serviços de consultores externos e suas equipes. Se esses serviços se tornarem indisponíveis, o GESTOR pode precisar recrutar profissionais especializados, sendo que poderá enfrentar dificuldades na contratação de tais profissionais.



## Recursos Garantidores do Plano Viva Futuro

Os recursos garantidores do Plano Viva Futuro são administrados, conforme o que determina a legislação e as normas da previdência complementar, bem como os critérios estabelecidos na Política de Investimento aprovada para o ano de 2022.

Em 31 de dezembro de 2022, os recursos garantidores do Viva Futuro totalizam o valor de R\$ 10.116 mil, assim composto:



VIVA  
FUTURO

DESCRIÇÃO	2021 (R\$ mil)	2022 (R\$ mil)
A) Saldo dos Investimentos	4.949	10.086
Fundos de Investimentos	4.949	10.086
B) Disponível	26	36
C) Exigível Operacional e Contingencial	(3)	(6)
D) Recursos Garantidores	4.972	10.116



## DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

DESCRIÇÃO	2021 (R\$ mil)	2022 (R\$ mil)
A) Carteira Terceirizada	4.949	10.086
Títulos Públicos Federais	3.243	9.759
Ativos Financeiros de Crédito Privado	258	179
Renda Variável	508	-
Fundos de Investimentos	949	149
Outros (Caixa, Contas a Receber/Pagar)	(9)	(1)
<b>B) Saldo dos Investimentos</b>	<b>4.949</b>	<b>10.086</b>

## META DE RENTABILIDADE

Com relação à meta de rentabilidade, a taxa estabelecida para 2022 foi 8,50% (INPC + 2,42%).

Em 2022, a meta de rentabilidade do Plano Viva Futuro foi de 12,17%.

## RENTABILIDADE:

- **Rentabilidade (consolidada):** A rentabilidade nominal consolidada do Plano Viva Futuro em 2022 foi de 12,17%.
- **Rentabilidade (por segmento):** A rentabilidade nominal consolidada é composta pela rentabilidade de cada segmento de aplicação. No quadro abaixo está demonstrada a rentabilidade por segmento com os respectivos indicadores referenciais e, na sequência, comentários sobre a performance.

SEGMENTO	RENTABILIDADE	REFERENCIAL	INDICADOR REFERENCIAL
Renda Fixa	11,84%	12,39%	CDI
Renda Variável	2,77%	4,69%	IBOVESPA
Investimentos Estruturados	14,84%	13,66%	I.H.F.A.
Investimentos no Exterior	-6,12%	-18,70%	MSCI World
<b>Carteira Total</b>	<b>12,17%</b>	<b>8,50%</b>	<b>Meta Atuarial (INPC + 3,06%aa)</b>



- **Renda fixa:** Apesar do desempenho de 11,84% no ano de 2022, a rentabilidade ficou abaixo do CDI, índice referencial do segmento, que acumulou 12,39% no ano. Os ativos do segmento foram impactados negativamente em virtude da maior aversão a risco, devido ao cenário de inflação alta no mundo, que levou ao aumento da taxa de juros pelo Banco Central do Brasil e dos Bancos Centrais das principais economias mundiais. A alta inflação teve origem, dentre outros fatores, da guerra entre a Rússia e a Ucrânia, iniciada em fevereiro de 2022 e das medidas de restrição provocadas pela pandemia da Covid-19 na China. No Brasil, ainda tivemos o evento das eleições presidenciais e às incertezas com relação ao arcabouço fiscal.
- **Renda variável:** A rentabilidade do segmento ficou em 2,77%, enquanto o Ibovespa fechou o ano com variação positiva de 4,69%. A alocação no segmento de renda variável foi reduzida ao longo do ano, sendo zerada a exposição no mês de agosto de 2022.
- **Estruturado:** O desempenho do segmento ficou em 14,82%, acima da performance do benchmark de mercado (IHFA), que foi 13,66% no ano. O destaque positivo ficaram para os fundos multimercados, alocados nos fundos exclusivos FIC FIM.
- **Exterior:** A alocação no segmento foi encerrada no mês de agosto e apresentou rentabilidade acumulada de -6,12% no ano, acima do referencial do segmento, o MSCI World, que foi de -18,70%.

## COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

O quadro a seguir demonstra a carteira de investimentos do Plano Viva Futuro, por tipo de aplicação, o respectivo gestor e em qual segmento está alocado o investimento, bem como o percentual de cada aplicação em relação ao total dos recursos garantidores:





SEGMENTO/ APLICAÇÃO	VEÍCULO/GESTOR	2021 (R\$ mil)	Aloc. %	2022 (R\$ mil)	Aloc. %
A) Renda Fixa		264	5,31%	8.593	84,94%
Fundos de Investimentos	Malibu Institucional FIRF (Safrá Asset Management)	264	5,31%	8.593	84,94%
B) Multimercado		4.685	94,23%	1.492	14,75%
Fundos de Investimentos	Genova Institucional FC FIM (SulAmérica Investimentos)	1.494	30,05%	1.291	12,76%
	NIX Institucional FC FIM (Icatu Vanguarda)	1.079	21,70%	-	0,00%
	Vivaprev Brasília FIM ( XP Advisory Gestão de Recursos)	-	0,00%	79	0,78%
	Vivaprev Capital FIM ( XP Advisory Gestão de Recursos)	-	0,00%	121	0,00%
	Biarritz Institucional FC FIM (BNP Paribas Asset)	2.112	42,48%	-	0,00%
C) Saldo dos Investimentos (A+B)		4.949	99,54%	10.085	99,69%
D) Disponível		26	0,52%	36	0,36%
E) Exigível Operacional e Contingencial		-3	-0,06%	-6	-0,06%
F) Recursos Garantidores (E+F+G+H)		4.972	100,00%	10.116	100,00%

## ENQUADRAMENTO DOS INVESTIMENTOS

O Plano Viva Futuro está enquadrado em relação aos limites estabelecidos na Política de Investimento do plano e limites de alocação dos recursos garantidores, estabelecidos na Resolução CMN nº 4.994/2022.

## COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS GARANTIDORES (2021 E 2022)

O demonstrativo abaixo apresenta as alocações dos recursos garantidores do Plano Viva Futuro, por segmento, no final dos exercícios de 2021 e 2022.



SEGMENTO/ESPECIFICAÇÃO	2021 (R\$ mil)	Aloc. %	2022 (R\$ mil)	Aloc. %
A) Renda Fixa	264	5,31%	8.593	84,94%
Fundos de Investimentos em Renda Fixa (FIRF)	264	5,31%	8.593	84,94%
B) Multimercado	4.685	94,23%	1.492	14,75%
Fundos de Investimentos Multimercado	4.685	94,23%	1.492	14,75%
D) Saldo dos Investimentos (A+B)	4.949	99,54%	10.085	99,69%
E) Disponível	26	0,52%	36	0,36%
F) Exigível Operacional e Contingencial	(3)	-0,06%	(6)	-0,06%
G) Recursos Garantidores (C+D+E)	4.972	100,00%	10.116	100,00%

A estratégia de investimento adotada pela Viva Previdência ao longo do ano de 2022 foi responsável por absorver os impactos negativos dos principais indicadores econômico-financeiros, decorrente do cenário financeiro adverso. Os principais fatores que influenciaram os mercados financeiros e de capitais no ano de 2022 foram: a guerra entre a Rússia e a Ucrânia; a elevação da pressão inflacionária global; o aumento de taxa de juros nos países desenvolvidos; a desaceleração da China e a crise energética na Europa que afetou o crescimento econômico.

No Brasil, além do cenário externo adverso, o processo eleitoral aumentou a volatilidade dos mercados. Com todas as incertezas da conjuntura econômica e geopolítica, o mercado atravessou um período de elevadas oscilações nos preços dos ativos financeiros.

Nesse contexto, a estratégia implementada pela Viva Previdência ao longo do ano foi não assumir riscos, buscando oportunidades mais conservadoras e de proteção do capital investido, privilegiando aplicações no segmento de renda fixa.

Com relação à estrutura de gestão dos investimentos buscou-se avaliar novas estratégias complementares aos fundos de investimentos – FIC FI (Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimentos), de forma a aliar o conceito de “proteção de capital”, via uso de derivativos, ao processo de gestão dos investimentos.

Dessa forma, foi ampliada a estrutura de fundos de investimentos com a constituição de 2 (dois) FIM (Fundos de Investimentos Multimercados), de forma a implementar ainda mais a diversificação dos recursos sob gestão de Fundos Exclusivos da Viva Previdência.



## CUSTOS DA GESTÃO TERCEIRIZADA

Os custos com a gestão terceirizada (aplicações efetuadas por meio de fundos de investimentos) estão demonstrados de acordo com o que estabelece o parágrafo único do artigo 17 da Resolução CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004.

DESCRIÇÃO	2021 (R\$ mil)	2022 (R\$ mil)
Despesas de Taxa de Administração e Gestão <sup>1</sup>	1	3
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	1	3
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	1	2
Outras Despesas Administrativas	1	0
<b>Despesas Totais</b>	<b>4</b>	<b>8</b>

1. A taxa de administração e gestão estão líquidas de outras receitas adicionais, nos valores de R\$ 1 mil em 2021 e R\$ 4 mil em 2022.

## DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas do Plano Viva Futuro são apuradas de acordo com o regulamento e os critérios constantes no Plano de Gestão Administrativa (PGA).

DESCRIÇÃO	2021 (R\$ mil)	2022 (R\$ mil)
Pessoal e Encargos	407	488
Treinamentos, Congressos e Seminários	8	16
Viagens e Estadias	6	23
Serviços de Terceiros	103	135
Despesas Gerais	63	44
Depreciações e Amortizações	10	8
Tributos	10	12
<b>Despesas Totais</b>	<b>606</b>	<b>726</b>

## POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2023

Resumo – em atendimento a Resolução nº 32, de 4 de dezembro de 2019



Responsáveis Junto a PREVIC		
Função	Nome	Cargo
AETQ	Marcello Furlanetto Gomes	Diretor de Administração e Finanças
ARGR	Silas Devai Junior	Diretor Presidente
ARPB	Nizam Ghazale	Diretor de Clientes e Inovação

**Objetivo da Gestão:** Administrar os recursos financeiros do Plano Viva Futuro de forma eficiente, a partir da otimização da relação risco e retorno dos ativos para definição dos limites de investimentos do portfólio do plano. Para tanto, foi utilizado o modelo ARM (Asset Risk Management) para realizar a macroalocação dos ativos. Para a consecução de seu objetivo, a Viva de Previdência levou em consideração as características das obrigações do plano, buscando garantir o pagamento do fluxo de despesas ao longo do tempo.

Índice de Referência		
Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
2023 a 2027	IPCA	3,40% a.a.

Retorno Esperado para o ano 2023		
Segmento	Benchmarks	Retorno Esperado
Renda Fixa	IPCA + taxa	10,58%
Renda Variável	% IBOV	18,46%
Estruturados	% IHFA	13,25%
Imobiliário	% IFIX	13,58%
Operações com Participantes	Índice de Referência + spread (taxa mínima)	17,49%
Exterior	% MSCI World	19,72%

Fonte e elaboração: i9Advisory Consultoria Financeira

Alocação de Recursos				
Segmento	Limite legal	Alvo	Mínimo	Máximo
Renda Fixa	100%	93%	35%	100%
Renda Variável	70%	0%	0%	20%
Estruturados	20%	1%	0%	15%
Imobiliário	20%	0%	0%	10%
Operações com Participantes	15%	5%	0%	10%
Exterior	10%	1%	0%	10%

Fonte e elaboração: i9Advisory Consultoria Financeira

Alocação por Emissor				
Art.	Inciso	Emissor	Limite Legal	Limite PI
27	I	Tesouro Nacional	100%	100%
	II	Instituição Financeira bancária autorizada a funcionar pelo Bacen	20%	20%
	III	Demais emissores	10%	10%



Concentração por Emissor					
Art.	Inciso	Alínea	Limites de concentração por emissor	Limite legal	Limite PI
28	I	a	% Instituição financeira (bancária, não bancárias e cooperativas de crédito autorizada pelo BACEN)	25%	25%
		b	% do FIDC e FIC-FIDC <sup>1</sup>	25%	25%
		c	% ETF, negociado em bolsa, referenciado em índices de Renda Fixa ou Renda Variável	25%	25%
		d	% FI classificado no segmento estruturado, FICFI classificado no segmento estruturado e FIP <sup>2</sup>	25%	25%
		e	% FII e FIC-FII <sup>3</sup>	25%	25%
		f	% FI constituídos no Brasil de que tratam os incisos II, IV e VI do art. 26 e FIC-FI constituídos no Brasil de que tratam os incisos II, IV e VI do art. 26 <sup>3</sup>	25%	25%
	II	-	% Patrimônio separado constituído nas emissões de certificado de recebíveis com a adoção de regime fiduciário <sup>3</sup>	25%	25%
	III	a	Fundo de investimento constituído no exterior de que trata o inciso III do art. 26	15%	15%
		b	Do emissor listado na alínea "d" do inciso III do art. 21	15%	15%
		§ 1º	De uma mesma classe ou série de títulos ou valores mobiliários de renda fixa.	25%	25%
		§ 2º	Mesma classe e de cotas de FIDC	25%	25%
		§ 3º	Da quantidade de ações que representam o capital total e o capital votante, incluindo os bônus de subscrição e os recibos de subscrição, de uma mesma sociedade por ações de capital aberto admitida ou não à negociação em bolsa de valores	25%	25%

<sup>1</sup> Em relação ao limite estabelecido nas alíneas "b", "d", "e" e "f" do inciso I, não se aplica o limite de 25% nos FIC-FI se as suas aplicações observarem os limites do art. 28.

<sup>2</sup> Não se aplica o limite de 25% nos FIP que invistam pelo menos 90% do PL em cotas de outros FIP, desde que suas aplicações observem os limites do art. 28.

<sup>3</sup> Emissões de certificados de recebíveis com a adoção de regime fiduciário, consideram-se como emissor cada patrimônio separado constituído com a adoção do referido regime.

## CONTROLE DE RISCO

**Risco de Mercado** – Para fins de gerenciamento do risco mercado, a Viva Previdência empregará as seguintes ferramentas estatísticas, em linha com a Norma Institucional nº 05/2021 – Controle dos Investimentos – Gestão de Risco de Investimentos, aprovada pelo Conselho Deliberativo, conforme Resolução nº 208/2021, de 2 de setembro de 2021 e a Norma Gerencial nº 06/2021 – Controle dos Investimentos, aprovada pela Diretoria Executiva, conforme Ata 21/2021, de 27 de setembro de 2021: 1. Value at Risk (VaR) – estima, com base em um intervalo de confiança e em dados históricos de volatilidade dos ativos presentes na carteira analisada, qual a perda máxima esperada (ou perda relativa) nas condições atuais de mercado. A utilização de cada modelo dependerá do tipo de mandato e de seus objetivos. Os parâmetros utilizados são: modelo paramétrico, intervalo de confiança de 95%, cenário B3 e horizonte de 21 dias úteis; EWMA de 0,94. O limite estabelecido para o Plano foi o VaR de 1,35%; e 2. Stress Test – avalia, considerando um cenário em que há forte depreciação dos ativos e valores mobiliários (sendo respeitadas as correlações entre os ativos), qual seria a extensão das perdas na hipótese de ocorrência desse cenário. A partir do ano de 2023 será implementada a métrica do Limite Prudencial de VaR, que consiste em definir um limite em que o gestor de recursos deverá ser avisado de que o risco de mercado do portfólio encontra-se próximo do patamar máximo de VaR permitido pela Política de



Investimentos de cada Plano e do PGA, estabelecendo assim controle mais apurado no monitoramento do risco das operações financeiras. Para tanto, o limite estabelecido foi de 70% do limite definido para o VaR, para cada Plano e PGA.

**Risco de Crédito** – O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuado junto ao Plano. A aplicação no segmento de renda fixa, notadamente quanto à exposição ao risco de crédito privado, deverá ser avaliada, dentre outros instrumentos, por meio de rating de títulos de emissões bancárias ou corporativas, sem prejuízos de outros critérios de análise, quando necessário a análise da estrutura do ativo.

Nas aplicações realizadas pelos Planos através de gestores terceirizados, estes, devem monitorar continuamente o risco de crédito dos ativos em suas carteiras, estando aptos a informar à Viva Previdência de forma tempestiva, qualquer alteração no grau de risco de crédito dos ativos. A aplicação no segmento de renda fixa, poderá ter alocação em ativos de risco de crédito privado por meio da carteira terceirizada (fundos de investimentos), tendo por base classificação efetuada por agência de rating habilitada e regulada pela CVM. A classificação de rating mínima aceita para quaisquer ativos de crédito privado será a de baixo risco de crédito, emitida pelas seguintes agências: (i) Fitch Ratings Brasil, (ii) Standard & Poor's Ratings do Brasil e (iii) Moody's Local BR Agência de Classificação de Risco. Exclusivamente para os Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) também serão aceitos scores (nota de rating) de baixo risco de crédito emitidos pelas seguintes agências: (i) Fitch Ratings Brasil, (ii) Standard & Poor's Ratings do Brasil e (iii) Moody's Local BR Agência de Classificação de Risco. (iv) Austin Rating Serviços Financeiros, (v) Liberuim Ratings Serviços Financeiros, e (vi) SR Rating Prestação de Serviços. Cabe ressaltar que se o ativo de crédito privado (título ou fundo) tiver mais de uma classificação de risco por duas ou mais agências de rating, deverá ser considerada a pior classificação para critério de elegibilidade do ativo. O enquadramento dos ativos ou emissores será feito com base na classificação de risco vigente na data da verificação da aderência das aplicações às Políticas de Investimento. Por fim, o investimento em FIDCs, caso ocorra, será destinado exclusivamente para a categoria de cotas seniores, desde que estas sejam classificadas com rating mínimo de "A", levando em consideração não apenas os ratings emitidos pelas agências classificadoras de risco de crédito, como também, a avaliação dos gestores dos fundos de investimentos exclusivos da Viva Previdência.

**Risco de Liquidez** – O risco de liquidez envolve a avaliação de potenciais perdas financeiras decorrentes da realização de ativos a preços abaixo daqueles praticados no mercado, efetuados para cumprir obrigações de pagamentos de benefícios aos participantes. Para fins de mensuração e análise deste risco, serão utilizados os indicadores com objetivo de evidenciar a capacidade do plano para honrar as obrigações com os participantes no curto e médio prazo, considerando ativos de maior e menor liquidez e a posição em determinados ativos que estejam sujeitos a variações abruptas de preço por liquidez baixa ou inexistente. Assim, e de extrema relevância que as carteiras de investimentos dos Planos e do



PGA espelhem a necessidade de liquidez do passivo, de acordo com a expectativa de pagamento das obrigações previdenciárias de cada plano. Com o objetivo de analisar a liquidez dos planos de benefícios administrados pela Viva Previdência foi desenvolvido uma metodologia, com base no estudo realizado pela Previc e apresentado no Relatório de Estabilidade da Previdência Complementar (REP), de junho de 2021, para identificar o nível de liquidez mínima para cada Plano de Benefício, a partir das premissas e especificidades destes. Para o Plano Viva Futuro foi definido o limite mínimo de 3% do patrimônio do plano.

**Risco Legal** – O risco legal está relacionado a não conformidade com normativos internos e externos, podendo gerar perdas financeiras procedentes de autuações, processos judiciais ou eventuais questionamentos. O controle dos riscos dessa natureza, que incidem sobre atividades de investimentos, será feito por meio de: 1. Monitoramento do nível de compliance, através de relatórios que permitam verificar a aderência dos investimentos às diretrizes da legislação em vigor e às políticas de investimentos, realizados e analisados pelo Conselho Fiscal; 2. Contratação de serviços para o monitoramento do risco jurídico da carteira de investimentos.

**Risco Operacional** – O risco operacional caracteriza-se como “a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos”. A gestão será decorrente de ações que garantam a adoção de normas e procedimentos de controles internos, alinhados com a legislação aplicável. Dentre os procedimentos de controle podem ser destacados: a) Conhecimento e mapeamento dos procedimentos operacionais; b) Avaliação dos pontos sujeitos a falhas de qualquer tipo; c) Avaliação dos impactos das possíveis falhas; d) Avaliação da criticidade de cada processo, em termos dos erros observados e dos impactos causados; e) Definição de rotinas de acompanhamento e análise dos relatórios de monitoramento dos riscos descritos nos tópicos anteriores; f) Estabelecimento de procedimentos formais para tomada de decisão de investimentos; g) Acompanhamento da formação, desenvolvimento e certificação dos participantes do processo decisório de investimento; e h) Formalização e acompanhamento das atribuições e responsabilidade de todos os envolvidos no processo de planejamento, execução e controle de investimento. As atividades críticas são revistas de forma prioritária, e as demais são revistas conforme a necessidade. Esse processo é realizado rotineiramente, de forma a prover a segurança necessária.

**Risco Sistêmico** – O monitoramento do risco sistêmico é realizado através de relatórios periódicos acerca de dados e indicadores da economia nacional e global, visando a identificação de fatores que possam resultar em quebra da estabilidade do sistema financeiro. Além deste, utiliza-se o monitoramento da volatilidade do mercado calculado, o VaR e Stress Test da carteira consolidada conforme parâmetros já estabelecidos anteriormente. Como mecanismo para se tentar reduzir a suscetibilidade dos investimentos a esse risco, bem como para tentar suavizar a intensidade de seus efeitos, a alocação dos recursos é realizada sob o princípio da diversificação. Como mecanismo adicional, a Viva Previdência poderá contratar gestores externos de investimento, visando mitigar a possibilidade de inoperância desses prestadores de serviço em um evento de crise.



**Risco de Imagem** – É decorrente de práticas internas, eventos de riscos e fatores externos que possam, potencial ou efetivamente gerar uma percepção negativa da instituição por parte dos participantes, parceiros, prestadores de serviços, entre outros, acarretando impactos indesejáveis na percepção da marca ou perdas financeiras, além de afetar de maneira adversa a capacidade da instituição de manter suas relações. A aquisição de ativos financeiros pode resultar em risco de imagem para a Viva Previdência. Portanto, o Comitê de Investimentos deverá fazer menção ao mesmo, sempre que detectá-lo, quando da elaboração das propostas de investimento e sobre a negociação de um ativo.

**Risco de Frustração de Expectativa de Benefícios – CD** – Trata-se do risco do benefício previdenciário ser muito inferior à renda do participante no período laborativo, podendo gerar uma frustração ao planejamento da renda familiar e afetar o bem-estar no período da aposentadoria. O instrumento de mitigação utilizado é ferramenta de renda monitorada, disponibilizada ao participante no portal da Viva Previdência, permitindo a simulação dos benefícios futuros e orientando-o a fazer um planejamento financeiro e previdenciário que poderá ser definido pelo aumento do prazo ou do percentual de contribuição.

**Risco Cibernético** – É inerente a todo e qualquer processo que dependa de recursos cibernéticos, isto é, sistemas ou elementos de sistemas. Se caracteriza pela possibilidade de perda financeira, interrupção das operações, impacto a partir da falha de tecnologias digitais empregadas para funções informacionais e/ou operacionais por vias eletrônicas a partir de acesso não autorizado, uso, divulgação, interrupção, modificação ou destruição do sistema utilizado.

**Risco Relacionado a Fatores Macroeconômicos e à Política Governamental** – Trata-se do risco tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários, situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e de mudanças legislativas, que poderão resultar em perda de liquidez dos ativos que compõem as carteiras de investimentos dos Planos e a inadimplência dos emissores dos ativos.

**Risco de Gestão Terceirizada** – Este risco é devido a gestão das carteiras de investimentos do plano, que em sua grande maioria, é realizada por meio de Fundos de Investimentos geridos por instituições financeiras (“GESTOR”) contratadas pela Viva Previdência. Assim, as performances destas carteiras de Fundos de Investimentos dependerão em larga escala das habilidades e expertise do grupo de profissionais do GESTOR. A perda de um ou mais executivos do GESTOR poderá ter impacto significativo nos negócios e na performance financeira do(s) Fundo(s) de Investimentos. O GESTOR também pode se tornar dependente dos serviços de consultores externos e suas equipes. Se esses serviços se tornarem indisponíveis, o GESTOR pode precisar recrutar profissionais especializados, sendo que poderá enfrentar dificuldades na contratação de tais profissionais.





## Recursos Garantidores do Plano ANAPARprev

Os recursos garantidores do Plano ANAPARprev são administrados, conforme o que determina a legislação e as normas da previdência complementar, bem como os critérios estabelecidos na Política de Investimento aprovada para o ano de 2022. Importante destacar que a Viva Previdência iniciou a administração deste plano a partir de 30 de abril de 2021.



**ANAPAR**  
**PREV**

Em 31 de dezembro de 2022, os recursos garantidores do ANAPARprev totalizam o valor de R\$ 617.386mil, assim composto:

DESCRIÇÃO	2021 (R\$ mil)	2022 (R\$ mil)
A) Saldo dos Investimentos	593.693	617.385
Fundos de Investimentos	591.311	615.393
Operação com Participantes	2382	1.992
B) Disponível	70	1
C) Exigível Operacional e Contingencial	(183)	-
D) Recursos Garantidores	593.580	617.386



## DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

DESCRIÇÃO	2021 (R\$ mil)	Aloc. %	2022 (R\$ mil)	Aloc. %
<b>A) Carteira Terceirizada</b>	<b>591.311</b>	<b>99,60%</b>	<b>615.393</b>	<b>99,68%</b>
Títulos Públicos Federais	386.770	65,15%	535.555	86,75%
Ativos Financeiros de Crédito Privado	25.642	4,32%	41.252	6,68%
Renda Variável	62.143	10,47%	-	0,00%
Fundos de Investimentos	113.696	19,15%	38.315	6,21%
Derivativos	33	0,01%	187	0,03%
Outros (Caixa, Contas a Receber/Pagar)	3.027	0,51%	84	0,01%
<b>B) Operações com Participantes</b>	<b>2.382</b>	<b>0,40%</b>	<b>1.992</b>	<b>0,32%</b>
<b>C) Saldo dos Investimentos</b>	<b>593.693</b>	<b>100,00%</b>	<b>617.385</b>	<b>100,00%</b>

## META DE RENTABILIDADE

A meta referencial do plano ficou em 8,50% (INPC + 2,42%), conforme parâmetros estabelecidos na Política de Investimentos do plano para 2022.

## RENTABILIDADE:

- **Rentabilidade (consolidada):** De forma sintética, a rentabilidade nominal consolidada do Plano ANAPARprev em 2022 foi de 11,93
- **Rentabilidade (por segmento):** A rentabilidade nominal consolidada é composta pela rentabilidade de cada segmento de aplicação. No quadro abaixo está demonstrada a rentabilidade por segmento com os respectivos indicadores referenciais e, na sequência, comentários sobre a performance.

SEGMENTO	RENTABILIDADE	REFERENCIAL	INDICADOR REFERENCIAL
Renda Fixa	11,55%	12,39%	CDI
Renda Variável	0,29%	4,69%	IBOVESPA
Investimentos Estruturados	16,80%	13,66%	I.H.F.A.
Investimentos no Exterior	-1,92%	-18,70%	MSCI World
<b>Carteira Total</b>	<b>11,93%</b>	<b>8,50%</b>	<b>Meta Atuarial (INPC + 2,42%aa)</b>



- **Renda fixa:** Apesar do desempenho de 11,55% no ano de 2022, a rentabilidade ficou abaixo do CDI, índice referencial do segmento, que acumulou 12,39% no ano. Os ativos do segmento foram impactados negativamente em virtude da maior aversão a risco, devido ao cenário de inflação alta no mundo, que levou ao aumento da taxa de juros pelo Banco Central do Brasil e dos Bancos Centrais das principais economias mundiais. A alta inflação teve origem, dentre outros fatores, da guerra entre a Rússia e a Ucrânia, iniciada em fevereiro de 2022 e das medidas de restrição provocadas pela pandemia da Covid-19 na China. No Brasil, ainda tivemos o evento das eleições presidenciais e às incertezas com relação ao arcabouço fiscal.
- **Renda variável:** A rentabilidade do segmento ficou em 0,29%, enquanto o Ibovespa fechou o ano com variação positiva de 4,69%. A alocação no segmento de renda variável foi reduzida ao longo do ano, sendo zerada a exposição no mês de agosto de 2022.
- **Estruturado:** O desempenho do segmento ficou em 16,88%, acima da performance do *benchmark* de mercado (IHFA), que foi 13,66% no ano. O destaque positivo ficaram para os fundos multimercados, alocados nos fundos exclusivos FIC FIM.
- **Exterior:** A alocação no segmento foi encerrada no mês de agosto e apresentou rentabilidade acumulada de -1,92% no ano, acima do referencial do segmento, o MSCI World, que foi de -18,70%.

## COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

O quadro a seguir demonstra a carteira de investimentos do Plano ANAPARprev, por tipo de aplicação, o respectivo gestor e em qual segmento está alocado o investimento, bem como o percentual de cada aplicação em relação ao total dos recursos garantidores:



SEGMENTO/ APLICAÇÃO	VEÍCULO/GESTOR	2021 (R\$ mil)	Aloc. %	2022 (R\$ mil)	Aloc. %
A) Renda Fixa		29.033	4,89%	159.904	25,90%
Fundos de Investimentos	Malibu Institucional FIRF (Safrá Asset Management)	29.033	4,89%	159.904	25,90%
B) Multimercado		562.278	94,73%	455.489	73,78%
Fundos de Investimentos	Genova Institucional FC FIM (SulAmérica Investimentos)	188.368	31,73%	132.223	21,42%
	NIX Institucional FC FIM (Icatu Vanguarda)	175.258	29,53%	-	0,00%
	Vivaprev Brasília FIM (XP Advisory Gestão de Recursos)	-	0,00%	79.373	12,86%
	Vivaprev Capital FIM (XP Advisory Gestão de Recursos)	-	0,00%	84.818	13,74%
	Biarritz Institucional FC FIM (BNP Paribas Asset)	198.652	33,47%	159.075	25,77%
C) Operação com Participantes		2.382	0,40%	1.992	0,32%
D) Saldo dos Investimentos (A+B+C+D)		593.693	100,02%	617.385	100,00%
E) Disponível		70	0,01%	1	0,00%
F) Exigível Operacional e Contingencial		(183)	-0,03%	-	0,00%
G) Recursos Garantidores (E+F)		593.580	100,00%	617.386	100,00%

## ENQUADRAMENTO DOS INVESTIMENTOS

O Plano ANAPARprev está enquadrado em relação aos limites estabelecidos na Política de Investimento do plano e limites de alocação dos recursos garantidores, estabelecidos na Resolução CMN nº 4.994/2022.

## COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS GARANTIDORES

O demonstrativo abaixo apresenta as alocações dos recursos garantidores do Plano ANAPARprev, por segmento, no final do exercício de 2022.



SEGMENTO/ESPECIFICAÇÃO	2021 (R\$ mil)	Aloc. %	2022 (R\$ mil)	Aloc. %
A) Renda Fixa	29.033	4,89%	159.904	25,90%
Fundos de Investimentos em Renda Fixa (FIRF)	29.033	4,89%	159.904	25,90%
B) Multimercado	562.278	94,70%	455.489	73,78%
Fundos de Investimentos Multimercado	562.278	94,70%	455.489	73,78%
C) Operação com Participantes	2.382	0,40%	1.992	0,32%
D) Saldo dos Investimentos (A+B+C)	593.693	99,99%	615.393	99,68%
E) Disponível	47	0,01%	1	0,00%
F) Recursos Garantidores (D+E)	593.740	100,00%	617.386	100,00%

A estratégia de investimento adotada pela Viva Previdência ao longo do ano de 2022 foi responsável por absorver os impactos negativos dos principais indicadores econômico-financeiros, decorrente do cenário financeiro adverso. Os principais fatores que influenciaram os mercados financeiros e de capitais no ano de 2022 foram: a guerra entre a Rússia e a Ucrânia; a elevação da pressão inflacionária global; o aumento de taxa de juros nos países desenvolvidos; a desaceleração da China e a crise energética na Europa que afetou o crescimento econômico.

No Brasil, além do cenário externo adverso, o processo eleitoral aumentou a volatilidade dos mercados. Com todas as incertezas da conjuntura econômica e geopolítica, o mercado atravessou um período de elevadas oscilações nos preços dos ativos financeiros.

Nesse contexto, a estratégia implementada pela Viva Previdência ao longo do ano foi não assumir riscos, buscando oportunidades mais conservadoras e de proteção do capital investido, privilegiando aplicações no segmento de renda fixa.

Com relação à estrutura de gestão dos investimentos buscou-se avaliar novas estratégias complementares aos fundos de investimentos – FIC FI (Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimentos), de forma a aliar o conceito de “proteção de capital”, via uso de derivativos, ao processo de gestão dos investimentos.

Dessa forma, foi ampliada a estrutura de fundos de investimentos com a constituição de 2 (dois) FIM (Fundos de Investimentos Multimercados), de forma a implementar ainda mais a diversificação dos recursos sob gestão de Fundos Exclusivos da Viva Previdência. 2 (dois) FIM (Fundos de Investimentos Multimercados), de forma a implementar ainda mais a diversificação dos recursos sob gestão de Fundos Exclusivos da Viva Previdência.



## CUSTOS DA GESTÃO TERCEIRIZADA

Os custos com a gestão terceirizada (aplicações efetuadas por meio de fundos de investimentos) estão demonstrados de acordo com o que estabelece o parágrafo único do artigo 17 da Resolução CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004.

DESCRIÇÃO	2021 (R\$ mil)	2022 (R\$ mil)
Despesas de Taxa de Administração e Gestão <sup>1</sup>	112	251
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	66	191
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	30	90
<b>Despesas Totais</b>	<b>208</b>	<b>532</b>

1. A taxa de administração e gestão estão líquidas de outras receitas adicionais, nos valores de R\$ 66 mil em 2021 e R\$ 234 mil em 2022.

## DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas do Plano ANAPARprev são apuradas de acordo com o regulamento e os critérios constantes no Plano de Gestão Administrativa (PGA).

DESCRIÇÃO	2021 (R\$ mil)	2022 (R\$ mil)
Pessoal e Encargos	836	980
Treinamentos, Congressos e Seminários	17	32
Viagens e Estadias	13	47
Serviços de Terceiros	212	271
Despesas Gerais	129	87
Depreciações e Amortizações	21	16
Tributos	20	24
<b>Despesas Totais</b>	<b>1.249</b>	<b>1.457</b>



## POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2023

Resumo – em atendimento à Resolução nº 32, de 4 de dezembro de 2019.

Responsáveis Junto a PREVIC		
Função	Nome	Cargo
AETQ	Marcello Furlanetto Gomes	Diretor de Administração e Finanças
ARGR	Silas Devai Junior	Diretor Presidente
ARPB	Nizam Ghazale	Diretor de Clientes e Inovação

**Objetivo da Gestão:** Administrar os recursos financeiros do Plano Viva Futuro de forma eficiente, a partir da otimização da relação risco e retorno dos ativos para definição dos limites de investimentos do portfólio do plano. Para tanto, foi utilizado o modelo ARM (Asset Risk Management) para realizar a macroalocação dos ativos. Para a consecução de seu objetivo, a Viva de Previdência levou em consideração as características das obrigações do plano, buscando garantir o pagamento do fluxo de despesas ao longo do tempo.

Índice de Referência		
Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
2023 a 2027	IPCA	3,40% a.a.

Retorno Esperado para o ano 2023		
Segmento	Benchmarks	Retorno Esperado
Renda Fixa	IPCA + taxa	10,58%
Renda Variável	% IBOV	18,46%
Estruturados	% IHFA	13,25%
Imobiliário	% IFIX	13,58%
Operações com Participantes	Índice de Referência + spread (taxa mínima)	17,49%
Exterior	% MSCI World	19,72%

Fonte e elaboração: i9Advisory Consultoria Financeira

Alocação de Recursos				
Segmento	Limite legal	Alvo	Mínimo	Máximo
Renda Fixa	100%	93%	35%	100%
Renda Variável	70%	0%	0%	20%
Estruturados	20%	1%	0%	15%
Imobiliário	20%	0%	0%	10%
Operações com Participantes	15%	5%	0%	10%
Exterior	10%	1%	0%	10%

Fonte e elaboração: i9Advisory Consultoria Financeira

Alocação por Emissor				
Art.	Inciso	Emissor	Limite Legal	Limite PI
27	I	Tesouro Nacional	100%	100%
	II	Instituição Financeira bancária autorizada a funcionar pelo Bacen	20%	20%
	III	Demais emissores	10%	10%



Concentração por Emissor					
Art.	Inciso	Alínea	Limites de concentração por emissor	Limite legal	Limite PI
28	I	a	% Instituição financeira (bancária, não bancárias e cooperativas de crédito autorizada pelo BACEN)	25%	25%
		b	% do FIDC e FIC-FIDC <sup>1</sup>	25%	25%
		c	% ETF, negociado em bolsa, referenciado em índices de Renda Fixa ou Renda Variável	25%	25%
		d	% FI classificado no segmento estruturado, FICFI classificado no segmento estruturado e FIP <sup>2</sup>	25%	25%
		e	% FII e FIC-FII <sup>3</sup>	25%	25%
		f	% FI constituídos no Brasil de que tratam os incisos II, IV e VI do art. 26 e FIC-FI constituídos no Brasil de que tratam os incisos II, IV e VI do art. 26*	25%	25%
	II	-	% Patrimônio separado constituído nas emissões de certificado de recebíveis com a adoção de regime fiduciário <sup>3</sup>	25%	25%
	III	a	Fundo de investimento constituído no exterior de que trata o inciso III do art. 26	15%	15%
		b	Do emissor listado na alínea "d" do inciso III do art. 21	15%	15%
		§1º	De uma mesma classe ou série de títulos ou valores mobiliários de renda fixa.	25%	25%
		§2º	Mesma classe de cotas de FIDC	25%	25%
		§6º	Da quantidade de ações que representam o capital total e o capital votante, incluindo os bônus de subscrição e os recibos de subscrição, de uma mesma sociedade por ações de capital aberto admitida ou não à negociação em bolsa de valores	25%	25%

<sup>1</sup> Em relação ao limite estabelecido nas alíneas "b", "d", "e" e "f" do inciso I, não se aplica o limite de 25% nos FIC-FI se as suas aplicações observarem os limites do art. 28.

<sup>2</sup> Não se aplica o limite de 25% nos FIP que invistam pelo menos 90% do PL em cotas de outros FIP, desde que suas aplicações observem os limites do art. 28.

<sup>3</sup> Emissões de certificados de recebíveis com a adoção de regime fiduciário, considera-se como emissor cada patrimônio separado constituído com a adoção do referido regime.

## CONTROLE DE RISCO

**Risco de Mercado** – Para fins de gerenciamento do risco mercado, a Viva Previdência empregará as seguintes ferramentas estatísticas, em linha com a Norma Institucional nº 05/2021 – Controle dos Investimentos – Gestão de Risco de Investimentos, aprovada pelo Conselho Deliberativo, conforme Resolução nº 208/2021, de 2 de setembro de 2021 e a Norma Gerencial nº 06/2021 – Controle dos Investimentos, aprovada pela Diretoria Executiva, conforme Ata 21/2021, de 27 de setembro de 2021: 1. *Value at Risk (VaR)* – estima, com base em um intervalo de confiança e em dados históricos de volatilidade dos ativos presentes na carteira analisada, qual a perda máxima esperada (ou perda relativa) nas condições atuais de mercado. A utilização de cada modelo dependerá do tipo de mandato e de seus objetivos. Os parâmetros utilizados são: modelo paramétrico, intervalo de confiança de 95%, cenário B3 e horizonte de 21 dias úteis; EWMA de 0,94. O limite estabelecido para o Plano foi o VaR de 1,75%; e 2. *Stress Test* – avalia, considerando um cenário em que há forte depreciação dos ativos e valores mobiliários (sendo respeitadas as correlações entre os ativos), qual seria a extensão das perdas na hipótese de ocorrência desse cenário. A partir do ano de 2023





será implementada a métrica do Limite Prudencial de VaR, que consiste em definir um limite em que o gestor de recursos deverá ser avisado de que o risco de mercado do portfólio encontra-se próximo do patamar máximo de VaR permitido pela Política de Investimentos de cada Plano e do PGA, estabelecendo assim controle mais apurado no monitoramento do risco das operações financeiras. Para tanto, o limite estabelecido foi de 70% do limite definido para o VaR, para cada Plano e PGA.

**Risco de Crédito** – O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuado junto ao Plano. A aplicação no segmento de renda fixa, notadamente quanto à exposição ao risco de crédito privado, deverá ser avaliada, dentre outros instrumentos, por meio de rating de títulos de emissões bancárias ou corporativas, sem prejuízos de outros critérios de análise, quando necessário a análise da estrutura do ativo.

Nas aplicações realizadas pelos Planos através de gestores terceirizados, estes, devem monitorar continuamente o risco de crédito dos ativos em suas carteiras, estando aptos a informar à Viva Previdência de forma tempestiva, qualquer alteração no grau de risco de crédito dos ativos. A aplicação no segmento de renda fixa, poderá ter alocação em ativos de risco de crédito privado por meio da carteira terceirizada (fundos de investimentos), tendo por base classificação efetuada por agência de rating habilitada e regulada pela CVM. A classificação de rating mínima aceita para quaisquer ativos de crédito privado será a de baixo risco de crédito, emitida pelas seguintes agências: (i) Fitch Ratings Brasil, (ii) Standard & Poor's Ratings do Brasil e (iii) Moody's Local BR Agência de Classificação de Risco. Exclusivamente para os Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) também serão aceitos scores (nota de rating) de baixo risco de crédito emitidos pelas seguintes agências: (i) Fitch Ratings Brasil, (ii) Standard & Poor's Ratings do Brasil e (iii) Moody's Local BR Agência de Classificação de Risco. (iv) Austin Rating Serviços Financeiros, (v) Liberuim Ratings Serviços Financeiros, e (vi) SR Rating Prestação de Serviços. Cabe ressaltar que se o ativo de crédito privado (título ou fundo) tiver mais de uma classificação de risco por duas ou mais agências de rating, deverá ser considerada a pior classificação para critério de elegibilidade do ativo. O enquadramento dos ativos ou emissores será feito com base na classificação de risco vigente na data da verificação da aderência das aplicações às Políticas de Investimento. Por fim, o investimento em FIDCs, caso ocorra, será destinado exclusivamente para a categoria de cotas seniores, desde que estas sejam classificadas com rating mínimo de "A", levando em consideração não apenas os ratings emitidos pelas agências classificadoras de risco de crédito, como também, a avaliação dos gestores dos fundos de investimentos exclusivos da Viva Previdência.



**Risco de Liquidez**—O risco de liquidez envolve a avaliação de potenciais perdas financeiras decorrentes da realização de ativos a preços abaixo daqueles praticados no mercado, efetuados para cumprir obrigações de pagamentos de benefícios aos participantes. Para fins de mensuração e análise deste risco, serão utilizados os indicadores com objetivo de evidência da capacidade do plano para honrar as obrigações com os participantes no curto e médio prazo, considerando ativos de maior e menor liquidez e a posição em determinados ativos que estejam sujeitos a variações abruptas de preço por liquidez baixa ou inexistente. Assim, e de extrema relevância que as carteiras de investimentos dos Planos e do PGA espelhem a necessidade de liquidez do passivo, de acordo com a expectativa de pagamento das obrigações previdenciárias de cada plano. Com o objetivo de analisar a liquidez dos planos de benefícios administrados pela Viva Previdência foi desenvolvido uma metodologia, com base no estudo realizado pela Previc e apresentado no Relatório de Estabilidade da Previdência Complementar (REP), de junho de 2021, para identificar o nível de liquidez mínima para cada Plano de Benefício, a partir das premissas e especificidades destes. Para o Plano Anaparprev, o patamar mínimo de liquidez corresponde a 3 vezes o valor da média mensal das saídas de recursos dos últimos 12 meses do plano.

**Risco Legal** – O risco legal está relacionado a não conformidade com normativos internos e externos, podendo gerar perdas financeiras procedentes de autuações, processos judiciais ou eventuais questionamentos. O controle dos riscos dessa natureza, que incidem sobre atividades de investimentos, será feito por meio de: 1. Monitoramento do nível de compliance, através de relatórios que permitam verificar a aderência dos investimentos às diretrizes da legislação em vigor e às políticas de investimentos, realizados e analisados pelo Conselho Fiscal; 2. Contratação de serviços para o monitoramento do risco jurídico da carteira de investimentos.

**Risco Operacional** – O risco operacional caracteriza-se como “a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos”. A gestão será decorrente de ações que garantam a adoção de normas e procedimentos de controles internos, alinhados com a legislação aplicável. Dentre os procedimentos de controle podem ser destacados: a) Conhecimento e mapeamento dos procedimentos operacionais; b) Avaliação dos pontos sujeitos a falhas de qualquer tipo; c) Avaliação dos impactos das possíveis falhas; d) Avaliação da criticidade de cada processo, em termos dos erros observados e dos impactos causados; e) Definição de rotinas de acompanhamento e análise dos relatórios de monitoramento dos riscos descritos nos tópicos anteriores; f) Estabelecimento de procedimentos formais para tomada de decisão de investimentos; g) Acompanhamento da formação, desenvolvimento e certificação dos participantes do processo decisório de investimento; e h) Formalização e acompanhamento das



atribuições e responsabilidade de todos os envolvidos no processo de planejamento, execução e controle de investimento. As atividades críticas são revistas de forma prioritária, e as demais são revistas conforme a necessidade. Esse processo é realizado rotineiramente, de forma a prover a segurança necessária.

**Risco Sistêmico** – O monitoramento do risco sistêmico é realizado através de relatórios periódicos acerca de dados e indicadores da economia nacional e global, visando a identificação de fatores que possam resultar em quebra da estabilidade do sistema financeiro. Além deste, utiliza-se o monitoramento da volatilidade do mercado calculado, o *VaR* e *Stress Test* da carteira consolidada conforme parâmetros já estabelecidos anteriormente. Como mecanismo para se tentar reduzir a suscetibilidade dos investimentos a esse risco, bem como para tentar suavizar a intensidade de seus efeitos, a alocação dos recursos é realizada sob o princípio da diversificação. Como mecanismo adicional, a Viva Previdência poderá contratar gestores externos de investimento, visando mitigar a possibilidade de inoperância desses prestadores de serviço em um evento de crise.

**Risco de Imagem** – É decorrente de práticas internas, eventos de riscos e fatores externos que possam, potencial ou efetivamente gerar uma percepção negativa da instituição por parte dos participantes, parceiros, prestadores de serviços, entre outros, acarretando impactos indesejáveis na percepção da marca ou perdas financeiras, além de afetar de maneira adversa a capacidade da instituição de manter suas relações. A aquisição de ativos financeiros pode resultar em risco de imagem para a Viva Previdência. Portanto, o Comitê de Investimentos deverá fazer menção ao mesmo, sempre que detectá-lo, quando da elaboração das propostas de investimento e sobre a negociação de um ativo.

**Risco de Frustração de Expectativa de Benefícios – CD** – Trata-se do risco de o benefício previdenciário ser muito inferior à renda do participante no período laborativo, podendo gerar uma frustração ao planejamento da renda familiar e afetar o bem-estar no período da aposentadoria. O instrumento de mitigação utilizado é ferramenta de renda monitorada, disponibilizada ao participante no portal da Viva Previdência, permitindo a simulação dos benefícios futuros e orientando-o a fazer um planejamento financeiro e previdenciário que poderá ser definido pelo aumento do prazo ou do percentual de contribuição.

**Risco Cibernético** – É inerente a todo e qualquer processo que dependa de recursos cibernéticos, isto é, sistemas ou elementos de sistemas. Se caracteriza pela possibilidade de perda financeira, interrupção das operações, impacto a partir da falha de tecnologias digitais empregadas para funções informacionais e/ou operacionais por vias eletrônicas a partir de acesso não autorizado, uso, divulgação, interrupção, modificação ou destruição do sistema utilizado.



**Risco Relacionado a Fatores Macroeconômicos e à Política Governamental** – Trata-se do risco tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários, situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e de mudanças legislativas, que poderão resultar em perda de liquidez dos ativos que compõem as carteiras de investimentos dos planos e a inadimplência dos emissores dos ativos.

**Risco de Gestão Terceirizada** – Este risco é devido a gestão das carteiras de investimentos do plano, que em sua grande maioria, é realizada por meio de Fundos de Investimentos geridos por instituições financeiras (“GESTOR”) contratadas pela Viva Previdência. Assim, as performances destas carteiras de Fundos de Investimentos dependerão em larga escala das habilidades e expertise do grupo de profissionais do GESTOR. A perda de um ou mais executivos do GESTOR poderá ter impacto significativo nos negócios e na performance financeira do(s) Fundo(s) de Investimentos. O GESTOR também pode se tornar dependente dos serviços de consultores externos e suas equipes. Se esses serviços se tornarem indisponíveis, o GESTOR pode precisar recrutar profissionais especializados, sendo que poderá enfrentar dificuldades na contratação de tais profissionais.



## Recursos Garantidores do Plano IBAPrev

Os recursos garantidores do Plano IBAPrev são administrados, conforme o que determina a legislação e as normas da previdência complementar, bem como os critérios estabelecidos na Política de Investimento aprovada para o ano de 2022. Importante destacar que a Viva Previdência iniciou a administração deste plano a partir de 31 de julho de 2022.

Em 31 de dezembro de 2022, os recursos garantidores do IBAPrev totalizam o valor de 22.235mil, assim composto:

DESCRIÇÃO	2022 (R\$ mil)
A) Saldo dos Investimentos	22.223
Fundos de Investimentos	22.223
B) Disponível	12
C) Recursos Garantidores	22.235

## DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

DESCRIÇÃO	2022 (R\$ mil)
A) Carteira Terceirizada	22.223
Títulos Públicos Federais	22.193
Ativos Financeiros de Crédito Privado	28
Fundos de Investimentos	3
Outros (Caixa, Contas a Receber/Pagar)	(1)
<b>B) Saldo dos Investimentos</b>	<b>22.223</b>



IBAPREV

## META DE RENTABILIDADE

A meta referencial do plano ficou em 2,46% (INPC + 3,72%), conforme parâmetros estabelecidos na Política de Investimentos do plano para 2022.

## RENTABILIDADE:

- **Rentabilidade (consolidada):** De forma sintética, a rentabilidade nominal consolidada do Plano IBAprev em 2022 foi de 5,55%
- **Rentabilidade (por segmento):** A rentabilidade nominal consolidada é composta pela rentabilidade de cada segmento de aplicação. No quadro abaixo está demonstrada a rentabilidade por segmento com os respectivos indicadores referenciais e, na sequência, comentários sobre a performance.

SEGMENTO	RENTABILIDADE	REFERENCIAL	INDICADOR REFERENCIAL
Renda Fixa	5,55%	5,52%	CDI
Renda Variável		4,69%	IBOVESPA
Investimentos Estruturados		13,66%	I.H.F.A.
Investimentos no Exterior		-18,70%	MSCI World
Carteira Total			Meta Atuarial (INPC + 3,06%aa)

- **Renda fixa:** O plano teve a transferência de gerenciamento da Petros para a Viva Previdência efetivada em 31/07/2022. Desta forma, a rentabilidade de agosto até dezembro foi de 5,55%, acima do CDI, índice referencial do segmento, que no mesmo período acumulou 5,52% no ano. Os recursos foram integralmente alocados no segmento de renda fixa, dado o cenário volátil que se apresentava no segundo semestre de 2022, diante das eleições presidenciais brasileiras.
- **Renda variável:** Não houve alocação.
- **Estruturado:** Não houve alocação.
- **Exterior:** Não houve alocação.



## COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

O quadro a seguir demonstra a carteira de investimentos do Plano IBAprev, por tipo de aplicação, o respectivo gestor e em qual segmento está alocado o investimento, bem como o percentual de cada aplicação em relação ao total dos recursos garantidores:

SEGMENTO/APLICAÇÃO	VEÍCULO/GESTOR	2022 (R\$ mil)	Aloc. %
A) Renda Fixa		21.437	96,41%
Fundos de Investimentos	Malibu Institucional FIRF (Safra Asset Management)	21.437	96,41%
B) Multimercado		786	3,53%
Fundos de Investimentos	Vivaprev Capital FIM ( XP Advisory Gestão de Recursos )	786	3,53%
C) Saldo dos Investimentos (A+B+C)		22.223	99,95%
D) Disponível		12	0,05%
E) Recursos Garantidores (C+D)		22.235	100,00%

## ENQUADRAMENTO DOS INVESTIMENTOS

O Plano IBAprev está enquadrado em relação aos limites estabelecidos na Política de Investimento do plano e limites de alocação dos recursos garantidores, estabelecidos na Resolução CMN nº 4.994/2022.

## COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS GARANTIDORES

O demonstrativo abaixo apresenta as alocações dos recursos garantidores do Plano IBAprev, por segmento, no final do exercício de 2022.

SEGMENTO/ESPECIFICAÇÃO	2022 (R\$ mil)	Aloc. %
A) Renda Fixa	21.437	96,44%
Fundos de Investimentos em Renda Fixa (FIRF)	21.437	96,44%
B) Multimercado	786	3,54%
Fundos de Investimentos Multimercado	786	3,54%
C) Saldo dos Investimentos (A+B)	22.223	99,97%
D) Disponível	12	0,05%
E) Exigível Operacional e Contingencial	(6)	-0,03%
F) Recursos Garantidores (D+E)	22.229	100,00%



## CUSTOS DA GESTÃO TERCEIRIZADA

Os custos com a gestão terceirizada (aplicações efetuadas por meio de fundos de investimentos) estão demonstrados de acordo com o que estabelece o parágrafo único do artigo 17 da Resolução CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004.

DESCRIÇÃO	2022 (R\$ mil)
Taxa de Administração/Gestão	4
Custódia	1
<b>Despesas Totais 1</b>	<b>5</b>

1. O plano Ibaprev foi migrado em agosto/2022, desta forma, as despesas do exercício 2022 referem-se ao acumulado de agosto/22 a dezembro/22

## POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2023

Resumo – em atendimento à Resolução nº 32, de 4 de dezembro de 2019.

Responsáveis Junto a PREMC		
Função	Nome	Cargo
AETQ	Marcello Furlanetto Gomes	Diretor de Administração e Finanças
ARGR	Silas Devai Junior	Diretor Presidente
ARPB	Nizam Ghazale	Diretor de Clientes e Inovação

**Objetivo da Gestão:** Administrar os recursos financeiros do Plano IBAprev de forma eficiente, a partir da otimização da relação risco e retorno dos ativos para definição dos limites de investimentos do portfólio do plano. Para tanto, foi utilizado o modelo ALM (Asset Liability Management) para realizar a macroalocação dos ativos. Para a consecução de seu objetivo, a Viva de Previdência levou em consideração as características das obrigações do plano, buscando garantir o pagamento do fluxo de despesas ao longo do tempo.

Índice de Referência		
Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
2023 a 2027	IPCA	3,60% a.a.

Retorno Esperado para o ano 2023		
Segmento	Benchmarks	Retorno Esperado
Renda Fixa	IPCA + taxa	10,32%
Renda Variável	% IBOV	18,46%
Estruturados	% IHFA	13,25%
Imobiliário	% IFIX	13,58%
Operações com Participantes	Índice de Referência + spread (taxa mínima)	17,49%
Exterior	% MSCI World	19,72%

Fonte e elaboração: i9Advisory Consultoria Financeira





## Alocação de Recursos

Segmento	Limite legal	Alvo	Mínimo	Máximo
Renda Fixa	100%	88%	50%	100%
Renda Variável	70%	0%	0%	15%
Estruturados	20%	6%	0%	15%
Imobiliário	20%	0%	0%	5%
Operações com Participantes	15%	5%	0%	10%
Exterior	10%	1%	0%	5%

Fonte e elaboração: i9Advisory Consultoria Financeira

## Alocação por Emissor

Art.	Inciso	Emissor	Limite Legal	Limite PI
27	I	Tesouro Nacional	100%	100%
	II	Instituição Financeira bancária autorizada a funcionar pelo Bacen	20%	20%
	III	Demais emissores	10%	10%

## Concentração por Emissor

Art.	Inciso	Alínea	Limites de concentração por emissor	Limite legal	Limite PI
28	I	a	% Instituição financeira (bancária, não bancárias e cooperativas de crédito autorizada pelo BACEN)	25%	25%
		b	% do FIDC e FIC-FIDC <sup>1</sup>	25%	25%
		c	% ETF, negociado em bolsa, referenciado em índices de Renda Fixa ou Renda Variável	25%	25%
		d	% FI classificado no segmento estruturado, FICFI classificado no segmento estruturado e FIP <sup>2</sup>	25%	25%
		e	% FII e FIC-FII <sup>3</sup>	25%	25%
		f	% FI constituídos no Brasil de que tratam os incisos II, IV e VI do art. 26 e FIC-FI constituídos no Brasil de que tratam os incisos II, IV e VI do art. 26*	25%	25%
	II	-	% Patrimônio separado constituído nas emissões de certificado de recebíveis com a adoção de regime fiduciário <sup>3</sup>	25%	25%
		III	a	Fundo de investimento constituído no exterior de que trata o inciso III do art. 26	15%
	b		Do emissor listado na alínea "d" do inciso III do art. 21	15%	15%
	§1º		De uma mesma classe ou série de títulos ou valores mobiliários de renda fixa.	25%	25%
	§2º		Mesma classe de cotas de FIDC	25%	25%
	§6º		Da quantidade de ações que representam o capital total e o capital votante, incluindo os bônus de subscrição e os recibos de subscrição, de uma mesma sociedade por ações de capital aberto admitida ou não à negociação em bolsa de valores	25%	25%

<sup>1</sup> Em relação ao limite estabelecido nas alíneas "b", "d", "e" e "f" do inciso I, não se aplica o limite de 25% nos FIC-FI se as suas aplicações observarem os limites do art. 28.

<sup>2</sup> Não se aplica o limite de 25% nos FIP que invistam pelo menos 90% do PL em cotas de outros FIP, desde que suas aplicações observem os limites do art. 28.

<sup>3</sup> Emissões de certificados de recebíveis com a adoção de regime fiduciário, considera-se como emissor cada patrimônio separado constituído com a adoção do referido regime.

## CONTROLE DE RISCO

**Risco de Mercado** – Para fins de gerenciamento do risco mercado, a Viva Previdência empregará as seguintes ferramentas estatísticas, em linha com a Norma Institucional



nº 05/2021 – Controle dos Investimentos – Gestão de Risco de Investimentos, aprovada pelo Conselho Deliberativo, conforme Resolução nº 208/2021, de 2 de setembro de 2021 e a Norma Gerencial nº 06/2021 – Controle dos Investimentos, aprovada pela Diretoria Executiva, conforme Ata 21/2021, de 27 de setembro de 2021: 1. Value at Risk (VaR) – estima, com base em um intervalo de confiança e em dados históricos de volatilidade dos ativos presentes na carteira analisada, qual a perda máxima esperada (ou perda relativa) nas condições atuais de mercado. A utilização de cada modelo dependerá do tipo de mandato e de seus objetivos. Os parâmetros utilizados são: modelo paramétrico, intervalo de confiança de 95%, cenário B3 e horizonte de 21 dias úteis; EWMA de 0,94. O limite estabelecido para o Plano foi o VaR de 1,50%; e 2. Stress Test – avalia, considerando um cenário em que há forte depreciação dos ativos e valores mobiliários (sendo respeitadas as correlações entre os ativos), qual seria a extensão das perdas na hipótese de ocorrência desse cenário. A partir do ano de 2023 será implementada a métrica do Limite Prudencial de VaR, que consiste em definir um limite em que o gestor de recursos deverá ser avisado de que o risco de mercado do portfólio encontra-se próximo do patamar máximo de VaR permitido pela Política de Investimentos de cada Plano e do PGA, estabelecendo assim controle mais apurado no monitoramento do risco das operações financeiras. Para tanto, o limite estabelecido foi de 70% do limite definido para o VaR, para cada Plano e PGA.

**Risco de Crédito** – O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuado junto ao Plano. A aplicação no segmento de renda fixa, notadamente quanto à exposição ao risco de crédito privado, deverá ser avaliada, dentre outros instrumentos, por meio de rating de títulos de emissões bancárias ou corporativas, sem prejuízos de outros critérios de análise, quando necessário a análise da estrutura do ativo.

Nas aplicações realizadas pelos Planos através de gestores terceirizados, estes, devem monitorar continuamente o risco de crédito dos ativos em suas carteiras, estando aptos a informar à Viva Previdência de forma tempestiva, qualquer alteração no grau de risco de crédito dos ativos. A aplicação no segmento de renda fixa, poderá ter alocação em ativos de risco de crédito privado por meio da carteira terceirizada (fundos de investimentos), tendo por base classificação efetuada por agência de rating habilitada e regulada pela CVM. A classificação de rating mínima aceita para quaisquer ativos de crédito privado será a de baixo risco de crédito, emitida pelas seguintes agências: (i) Fitch Ratings Brasil, (ii) Standard & Poor's Ratings do Brasil e (iii) Moody's Local BR Agência de Classificação de Risco. Exclusivamente para os Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) também serão aceitos scores (nota de rating) de baixo risco de crédito emitidos pelas seguintes agências: (i) Fitch Ratings Brasil, (ii) Standard & Poor's



Ratings do Brasil e (iii) Moody's Local BR Agência de Classificação de Risco. (iv) Austin Rating Serviços Financeiros, (v) Liberium Ratings Serviços Financeiros, e (vi) SR Rating Prestação de Serviços. Cabe ressaltar que se o ativo de crédito privado (título ou fundo) tiver mais de uma classificação de risco por duas ou mais agências de rating, deverá ser considerada a pior classificação para critério de elegibilidade do ativo. O enquadramento dos ativos ou emissores será feito com base na classificação de risco vigente na data da verificação da aderência das aplicações às Políticas de Investimento. Por fim, o investimento em FIDCs, caso ocorra, será destinado exclusivamente para a categoria de cotas seniores, desde que estas sejam classificadas com rating mínimo de "A", levando em consideração não apenas os ratings emitidos pelas agências classificadoras de risco de crédito, como também, a avaliação dos gestores dos fundos de investimentos exclusivos da Viva Previdência.

**Risco de Liquidez** – O risco de liquidez envolve a avaliação de potenciais perdas financeiras decorrentes da realização de ativos a preços abaixo daqueles praticados no mercado, efetuados para cumprir obrigações de pagamentos de benefícios aos participantes. Para fins de mensuração e análise deste risco, serão utilizados os indicadores com objetivo de evidenciar a capacidade do plano para honrar as obrigações com os participantes no curto e médio prazo, considerando ativos de maior e menor liquidez e a posição em determinados ativos que estejam sujeitos a variações abruptas de preço por liquidez baixa ou inexistente. Assim, e de extrema relevância que as carteiras de investimentos dos Planos e do PGA espelhem a necessidade de liquidez do passivo, de acordo com a expectativa de pagamento das obrigações previdenciárias de cada plano. Com o objetivo de analisar a liquidez dos planos de benefícios administrados pela Viva Previdência foi desenvolvido uma metodologia, com base no estudo realizado pela Previc e apresentado no Relatório de Estabilidade da Previdência Complementar (REP), de junho de 2021, para identificar o nível de liquidez mínima para cada Plano de Benefício, a partir das premissas e especificidades destes. Para o Plano Ibaprev, que não detém histórico mínimo de 12 (doze) meses será adotado o parâmetro com base nos planos com características similares.

**Risco Legal** – O risco legal está relacionado a não conformidade com normativos internos e externos, podendo gerar perdas financeiras procedentes de autuações, processos judiciais ou eventuais questionamentos. O controle dos riscos dessa natureza, que incidem sobre atividades de investimentos, será feito por meio de: 1. Monitoramento do nível de compliance, através de relatórios que permitam verificar a aderência dos investimentos às diretrizes da legislação em vigor e às políticas de investimentos, realizados e analisados pelo Conselho Fiscal; 2. Contratação de serviços para o monitoramento do risco jurídico da carteira de investimentos.

**Risco Operacional** – O risco operacional caracteriza-se como "a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos



internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos”. A gestão será decorrente de ações que garantam a adoção de normas e procedimentos de controles internos, alinhados com a legislação aplicável. Dentre os procedimentos de controle podem ser destacados: a) Conhecimento e mapeamento dos procedimentos operacionais; b) Avaliação dos pontos sujeitos a falhas de qualquer tipo; c) Avaliação dos impactos das possíveis falhas; d) Avaliação da criticidade de cada processo, em termos dos erros observados e dos impactos causados; e) Definição de rotinas de acompanhamento e análise dos relatórios de monitoramento dos riscos descritos nos tópicos anteriores; f) Estabelecimento de procedimentos formais para tomada de decisão de investimentos; g) Acompanhamento da formação, desenvolvimento e certificação dos participantes do processo decisório de investimento; e h) Formalização e acompanhamento das atribuições e responsabilidade de todos os envolvidos no processo de planejamento, execução e controle de investimento. As atividades críticas são revistas de forma prioritária, e as demais são revistas conforme a necessidade. Esse processo é realizado rotineiramente, de forma a prover a segurança necessária.

**Risco Sistêmico** – O monitoramento do risco sistêmico é realizado através de relatórios periódicos acerca de dados e indicadores da economia nacional e global, visando a identificação de fatores que possam resultar em quebra da estabilidade do sistema financeiro. Além deste, utiliza-se o monitoramento da volatilidade do mercado calculado, o VaR e Stress Test da carteira consolidada conforme parâmetros já estabelecidos anteriormente. Como mecanismo para se tentar reduzir a suscetibilidade dos investimentos a esse risco, bem como para tentar suavizar a intensidade de seus efeitos, a alocação dos recursos é realizada sob o princípio da diversificação. Como mecanismo adicional, a Viva Previdência poderá contratar gestores externos de investimento, visando mitigar a possibilidade de inoperância desses prestadores de serviço em um evento de crise.

**Risco de Imagem** – É decorrente de práticas internas, eventos de riscos e fatores externos que possam, potencial ou efetivamente gerar uma percepção negativa da instituição por parte dos participantes, parceiros, prestadores de serviços, entre outros, acarretando impactos indesejáveis na percepção da marca ou perdas financeiras, além de afetar de maneira adversa a capacidade da instituição de manter suas relações. A aquisição de ativos financeiros pode resultar em risco de imagem para a Viva Previdência. Portanto, o Comitê de Investimentos deverá fazer menção ao mesmo, sempre que detectá-lo, quando da elaboração das propostas de investimento e sobre a negociação de um ativo.

**Risco de Frustração de Expectativa de Benefícios – CD** – Trata-se do risco de o benefício previdenciário ser muito inferior à renda do participante no período laborativo, podendo



gerar uma frustração ao planejamento da renda familiar e afetar o bem-estar no período da aposentadoria. O instrumento de mitigação utilizado é ferramenta de renda monitorada, disponibilizada ao participante no portal da Viva Previdência, permitindo a simulação dos benefícios futuros e orientando-o a fazer um planejamento financeiro e previdenciário que poderá ser definido pelo aumento do prazo ou do percentual de contribuição.

**Risco Cibernético** – É inerente a todo e qualquer processo que dependa de recursos cibernéticos, isto é, sistemas ou elementos de sistemas. Se caracteriza pela possibilidade de perda financeira, interrupção das operações, impacto a partir da falha de tecnologias digitais empregadas para funções informacionais e/ou operacionais por vias eletrônicas a partir de acesso não autorizado, uso, divulgação, interrupção, modificação ou destruição do sistema utilizado.

**Risco Relacionado a Fatores Macroeconômicos e à Política Governamental** – Trata-se do risco tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários, situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e de mudanças legislativas, que poderão resultar em perda de liquidez dos ativos que compõem as carteiras de investimentos dos planos e a inadimplência dos emissores dos ativos.

**Risco de Gestão Terceirizada** – Este risco é devido a gestão das carteiras de investimentos do plano, que em sua grande maioria, é realizada por meio de Fundos de Investimentos geridos por instituições financeiras (“GESTOR”) contratadas pela Viva Previdência. Assim, as performances destas carteiras de Fundos de Investimentos dependerão em larga escala das habilidades e expertise do grupo de profissionais do GESTOR. A perda de um ou mais executivos do GESTOR poderá ter impacto significativo nos negócios e na performance financeira do(s) Fundo(s) de Investimentos. O GESTOR também pode se tornar dependente dos serviços de consultores externos e suas equipes. Se esses serviços se tornarem indisponíveis, o GESTOR pode precisar recrutar profissionais especializados, sendo que poderá enfrentar dificuldades na contratação de tais profissionais.



## Recursos Garantidores do Plano Viva Federativo

Os recursos garantidores do Plano Viva Federativo são administrados, conforme o que determina a legislação e as normas da previdência complementar, bem como os critérios estabelecidos na Política de Investimento aprovada para o ano de 2022. Importante destacar que o plano foi constituído em setembro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2022, os recursos garantidores do Viva Federativo totalizam o valor de R\$ 286 mil, assim composto:



DESCRIÇÃO	2022 (R\$ mil)
A) Saldo dos Investimentos	234
Fundos de Investimentos	234
B) Disponível	52
C) Recursos Garantidores	286

### DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

DESCRIÇÃO	2022 (R\$ mil)
A) Carteira Terceirizada	234
Títulos Públicos Federais	234
B) Saldo dos Investimentos	234



## META DE RENTABILIDADE

A meta referencial do plano ficou em 2,14(IPCA + 2,42%), conforme parâmetros estabelecidos na Política de Investimentos do plano para 2022.

## RENTABILIDADE:

- **Rentabilidade (consolidada):** De forma sintética, a rentabilidade nominal consolidada do Plano Viva Federativo em 2022 foi de 3,29%
- **Rentabilidade (por segmento):** A rentabilidade nominal consolidada é composta pela rentabilidade de cada segmento de aplicação. No quadro abaixo está demonstrada a rentabilidade por segmento com os respectivos indicadores referenciais e, na sequência, comentários sobre a performance.

SEGMENTO	RENTABILIDADE	REFERENCIAL	INDICADOR REFERENCIAL
Renda Fixa	10,27%	12,39%	CDI
Renda Variável		4,69%	IBOVESPA
Investimentos Estruturados		13,66%	I.H.F.A.
Investimentos no Exterior		-18,70%	MSCI World
Carteira Total			Meta Atuarial (INPC + 3,06%aa)

- **Renda fixa:** O plano foi constituído em setembro de 2022. Desta forma, a rentabilidade de setembro até dezembro foi de 3,18%, ligeiramente abaixo do CDI, índice referencial do segmento, que no mesmo período acumulou 3,20% no ano. Os recursos foram integralmente alocados no segmento de renda fixa, dado o cenário volátil que se apresentava no segundo semestre de 2022, diante das eleições presidenciais brasileiras.
- **Renda variável:** Não houve alocação.
- **Estruturado:** Não houve alocação.
- **Exterior:** Não houve alocação.



## COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

O quadro a seguir demonstra a carteira de investimentos do Plano Viva Federativo, por tipo de aplicação, o respectivo gestor e em qual segmento está alocado o investimento, bem como o percentual de cada aplicação em relação ao total dos recursos garantidores:

SEGMENTO/APLICAÇÃO	VEÍCULO/GESTOR	2022 (R\$ mil)	Aloc. %
A) Renda Fixa		234	81,82%
Fundos de Investimentos	Malibu Institucional FIRF (Safra Asset Management)	234	81,82%
B) Saldo dos Investimentos (A)		234	81,82%
C) Disponível		52	18,18%
D) Recursos Garantidores (B+C)		286	100,00%

## ENQUADRAMENTO DOS INVESTIMENTOS

O Plano Viva Federativo está enquadrado em relação aos limites estabelecidos na Política de Investimento do plano e limites de alocação dos recursos garantidores, estabelecidos na Resolução CMN nº 4.994/2022.

## COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS GARANTIDORES

O demonstrativo abaixo apresenta as alocações dos recursos garantidores do Plano Viva Federativo, por segmento, no final do exercício de 2022.

SEGMENTO/ESPECIFICAÇÃO	2022 (R\$ mil)	Aloc. %
A) Renda Fixa	234	81,82%
Fundos de Investimentos	234	81,82%
B) Saldo dos Investimentos (A)	234	81,82%
C) Disponível	52	18,18%
D) Recursos Garantidores (B+C)	286	100,00%

## CUSTOS DA GESTÃO TERCEIRIZADA

Os custos com a gestão terceirizada (aplicações efetuadas por meio de fundos de investimentos) estão demonstrados de acordo com o que estabelece o parágrafo único do artigo 17 da Resolução CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004.





O plano Viva Federativo iniciou suas operações em agosto/2022, desta forma, as despesas do exercício 2022 referem-se ao acumulado de agosto/22 a dezembro/22, porém, não são apresentados porque o total destas despesas não atingiu mil reais e representam 0,00% sobre os recursos garantidores do plano.

## POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2023

Resumo – em atendimento à Resolução nº 32, de 4 de dezembro de 2019.

Responsáveis Junto a PREVIC		
Função	Nome	Cargo
AETQ	Marcello Furlanetto Gomes	Diretor de Administração e Finanças
ARGR	Silas Devai Junior	Diretor Presidente
ARPB	Nizam Ghazale	Diretor de Clientes e Inovação

**Objetivo da Gestão:** Administrar os recursos financeiros do Plano Viva Federativo de forma eficiente, a partir da otimização da relação risco e retorno dos ativos para definição dos limites de investimentos do portfólio do plano. Para tanto, foi utilizado o modelo ARM (Asset Risk Management) para realizar a macroalocação dos ativos. Para a consecução de seu objetivo, a Viva de Previdência levou em consideração as características das obrigações do plano, buscando garantir o pagamento do fluxo de despesas ao longo do tempo.

Índice de Referência		
Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
2023 a 2027	IPCA	3,40% a.a.

Retorno Esperado para o ano 2023		
Segmento	Benchmarks	Retorno Esperado
Renda Fixa	IPCA + taxa	10,58%
Renda Variável	% IBOV	18,46%
Estruturados	% IHFA	13,25%
Imobiliário	% IFIX	13,58%
Operações com Participantes	Índice de Referência + spread (taxa mínima)	17,49%
Exterior	% MSCI World	19,72%

Fonte e elaboração: i9Advisory Consultoria Financeira

Alocação de Recursos				
Segmento	Limite legal	Alvo	Mínimo	Máximo
Renda Fixa	100%	93%	35%	100%
Renda Variável	70%	0%	0%	20%
Estruturados	20%	1%	0%	15%
Imobiliário	20%	0%	0%	10%
Operações com Participantes	15%	5%	0%	10%
Exterior	10%	1%	0%	10%

Fonte e elaboração: i9Advisory Consultoria Financeira



## CONTROLE DE RISCO

**Risco de Mercado** – Para fins de gerenciamento do risco mercado, a Viva Previdência empregará as seguintes ferramentas estatísticas, em linha com a Norma Institucional nº 05/2021 – Controle dos Investimentos – Gestão de Risco de Investimentos, aprovada pelo Conselho Deliberativo, conforme Resolução nº 208/2021, de 2 de setembro de 2021 e a Norma Gerencial nº 06/2021 – Controle dos Investimentos, aprovada pela Diretoria Executiva, conforme Ata 21/2021, de 27 de setembro de 2021: 1. *Value at Risk (VaR)* – estima, com base em um intervalo de confiança e em dados históricos de volatilidade dos ativos presentes na carteira analisada, qual a perda máxima esperada (ou perda relativa) nas condições atuais de mercado. A utilização de cada modelo dependerá do tipo de mandato e de seus objetivos. Os parâmetros utilizados são: modelo paramétrico, intervalo de confiança de 95%, cenário B3 e horizonte de 21 dias úteis; EWMA de 0,94. O limite estabelecido para o Plano foi o *VaR* de 1,00%; e 2. *Stress Test* – avalia, considerando um cenário em que há forte depreciação dos ativos e valores mobiliários (sendo respeitadas as correlações entre os ativos), qual seria a extensão das perdas na hipótese de ocorrência desse cenário. A partir do ano de 2023 será implementada a métrica do Limite Prudencial de *VaR*, que consiste em definir um limite em que o gestor de recursos deverá ser avisado de que o risco de mercado do portfólio encontra-se próximo do patamar máximo de *VaR* permitido pela Política de Investimentos de cada Plano e do PGA, estabelecendo assim controle mais apurado no monitoramento do risco das operações financeiras. Para tanto, o limite estabelecido foi de 70% do limite definido para o *VaR*, para cada Plano e PGA.

**Risco de Crédito** – O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuado junto ao Plano. A aplicação no segmento de renda fixa, notadamente quanto à exposição ao risco de crédito privado, deverá ser avaliada, dentre outros instrumentos, por meio de rating de títulos de emissões bancárias ou corporativas, sem prejuízos de outros critérios de análise, quando necessário a análise da estrutura do ativo.

Nas aplicações realizadas pelos Planos através de gestores terceirizados, estes, devem monitorar continuamente o risco de crédito dos ativos em suas carteiras, estando aptos a informar à Viva Previdência de forma tempestiva, qualquer alteração no grau de risco de crédito dos ativos. A aplicação no segmento de renda fixa, poderá ter alocação em ativos de risco de crédito privado por meio da carteira terceirizada (fundos de investimentos), tendo por base classificação efetuada por agência de rating habilitada e regulada pela CVM. A classificação de rating mínima aceita para quaisquer ativos de crédito privado será a de baixo risco de crédito, emitida pelas seguintes agências: (i)



Fitch Ratings Brasil, (ii) Standard & Poor's Ratings do Brasil e (iii) Moody's Local BR Agência de Classificação de Risco. Exclusivamente para os Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) também serão aceitos scores (nota de rating) de baixo risco de crédito emitidos pelas seguintes agências: (i) Fitch Ratings Brasil, (ii) Standard & Poor's Ratings do Brasil e (iii) Moody's Local BR Agência de Classificação de Risco. (iv) Austin Rating Serviços Financeiros, (v) Liberuim Ratings Serviços Financeiros, e (vi) SR Rating Prestação de Serviços. Cabe ressaltar que se o ativo de crédito privado (título ou fundo) tiver mais de uma classificação de risco por duas ou mais agências de rating, deverá ser considerada a pior classificação para critério de elegibilidade do ativo. O enquadramento dos ativos ou emissores será feito com base na classificação de risco vigente na data da verificação da aderência das aplicações às Políticas de Investimento. Por fim, o investimento em FIDCs, caso ocorra, será destinado exclusivamente para a categoria de cotas seniores, desde que estas sejam classificadas com rating mínimo de "A", levando em consideração não apenas os ratings emitidos pelas agências classificadoras de risco de crédito, como também, a avaliação dos gestores dos fundos de investimentos exclusivos da Viva Previdência.

**Risco de Liquidez** – O risco de liquidez envolve a avaliação de potenciais perdas financeiras decorrentes da realização de ativos a preços abaixo daqueles praticados no mercado, efetuados para cumprir obrigações de pagamentos de benefícios aos participantes. Para fins de mensuração e análise deste risco, serão utilizados os indicadores com objetivo de evidenciação da capacidade do plano para honrar as obrigações com os participantes no curto e médio prazo, considerando ativos de maior e menor liquidez e a posição em determinados ativos que estejam sujeitos a variações abruptas de preço por liquidez baixa ou inexistente. Assim, e de extrema relevância que as carteiras de investimentos dos Planos e do PGA espelhem a necessidade de liquidez do passivo, de acordo com a expectativa de pagamento das obrigações previdenciárias de cada plano. Com o objetivo de analisar a liquidez dos planos de benefícios administrados pela Viva Previdência foi desenvolvido uma metodologia, com base no estudo realizado pela Previc e apresentado no Relatório de Estabilidade da Previdência Complementar (REP), de junho de 2021, para identificar o nível de liquidez mínima para cada Plano de Benefício, a partir das premissas e especificidades destes. Para o Plano Viva Federativo, que não detém histórico mínimo de 12 (doze) meses será adotado o parâmetro com base nos planos com características similares.

**Risco Legal** – O risco legal está relacionado a não conformidade com normativos internos e externos, podendo gerar perdas financeiras procedentes de autuações, processos judiciais ou eventuais questionamentos. O controle dos riscos dessa natureza, que incidem sobre atividades de investimentos, será feito por meio de: 1. Monitoramento do nível de compliance, através de relatórios que permitam verificar



a aderência dos investimentos às diretrizes da legislação em vigor e às políticas de investimentos, realizados e analisados pelo Conselho Fiscal; 2. Contratação de serviços para o monitoramento do risco jurídico da carteira de investimentos.

**Risco Operacional** – O risco operacional caracteriza-se como “a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos”. A gestão será decorrente de ações que garantam a adoção de normas e procedimentos de controles internos, alinhados com a legislação aplicável. Dentre os procedimentos de controle podem ser destacados: a) Conhecimento e mapeamento dos procedimentos operacionais; b) Avaliação dos pontos sujeitos a falhas de qualquer tipo; c) Avaliação dos impactos das possíveis falhas; d) Avaliação da criticidade de cada processo, em termos dos erros observados e dos impactos causados; e) Definição de rotinas de acompanhamento e análise dos relatórios de monitoramento dos riscos descritos nos tópicos anteriores; f) Estabelecimento de procedimentos formais para tomada de decisão de investimentos; g) Acompanhamento da formação, desenvolvimento e certificação dos participantes do processo decisório de investimento; e h) Formalização e acompanhamento das atribuições e responsabilidade de todos os envolvidos no processo de planejamento, execução e controle de investimento. As atividades críticas são revistas de forma prioritária, e as demais são revistas conforme a necessidade. Esse processo é realizado rotineiramente, de forma a prover a segurança necessária.

**Risco Sistêmico** – O monitoramento do risco sistêmico é realizado através de relatórios periódicos acerca de dados e indicadores da economia nacional e global, visando a identificação de fatores que possam resultar em quebra da estabilidade do sistema financeiro. Além deste, utiliza-se o monitoramento da volatilidade do mercado calculado, o VaR e Stress Test da carteira consolidada conforme parâmetros já estabelecidos anteriormente. Como mecanismo para se tentar reduzir a suscetibilidade dos investimentos a esse risco, bem como para tentar suavizar a intensidade de seus efeitos, a alocação dos recursos é realizada sob o princípio da diversificação. Como mecanismo adicional, a Viva Previdência poderá contratar gestores externos de investimento, visando mitigar a possibilidade de inoperância desses prestadores de serviço em um evento de crise.

**Risco de Imagem** – É decorrente de práticas internas, eventos de riscos e fatores externos que possam, potencial ou efetivamente gerar uma percepção negativa da instituição por parte dos participantes, parceiros, prestadores de serviços, entre outros, acarretando impactos indesejáveis na percepção da marca ou perdas financeiras, além de afetar de maneira adversa a capacidade da instituição de manter suas relações. A aquisição de ativos financeiros pode resultar em risco de imagem para a Viva Previdência. Portanto,



o Comitê de Investimentos deverá fazer menção ao mesmo, sempre que detectá-lo, quando da elaboração das propostas de investimento e sobre a negociação de um ativo.

**Risco de Frustração de Expectativa de Benefícios – CD** – Trata-se do risco de o benefício previdenciário ser muito inferior à renda do participante no período laborativo, podendo gerar uma frustração ao planejamento da renda familiar e afetar o bem-estar no período da aposentadoria. O instrumento de mitigação utilizado é ferramenta de renda monitorada, disponibilizada ao participante no portal da Viva Previdência, permitindo a simulação dos benefícios futuros e orientando-o a fazer um planejamento financeiro e previdenciário que poderá ser definido pelo aumento do prazo ou do percentual de contribuição.

**Risco Cibernético** – É inerente a todo e qualquer processo que dependa de recursos cibernéticos, isto é, sistemas ou elementos de sistemas. Se caracteriza pela possibilidade de perda financeira, interrupção das operações, impacto a partir da falha de tecnologias digitais empregadas para funções informacionais e/ou operacionais por vias eletrônicas a partir de acesso não autorizado, uso, divulgação, interrupção, modificação ou destruição do sistema utilizado.

**Risco Relacionado a Fatores Macroeconômicos e à Política Governamental** – Trata-se do risco tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários, situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e de mudanças legislativas, que poderão resultar em perda de liquidez dos ativos que compõem as carteiras de investimentos dos planos e a inadimplência dos emissores dos ativos.

**Risco de Gestão Terceirizada** – Este risco é devido a gestão das carteiras de investimentos do plano, que em sua grande maioria, é realizada por meio de Fundos de Investimentos geridos por instituições financeiras (“GESTOR”) contratadas pela Viva Previdência. Assim, as performances destas carteiras de Fundos de Investimentos dependerão em larga escala das habilidades e expertise do grupo de profissionais do GESTOR. A perda de um ou mais executivos do GESTOR poderá ter impacto significativo nos negócios e na performance financeira do(s) Fundo(s) de Investimentos. O GESTOR também pode se tornar dependente dos serviços de consultores externos e suas equipes. Se esses serviços se tornarem indisponíveis, o GESTOR pode precisar recrutar profissionais especializados, sendo que poderá enfrentar dificuldades na contratação de tais profissionais.



# PGA – Plano de Gestão Administrativa

## Recursos Garantidores do PGA

Os recursos garantidores do Plano PGA são administrados, conforme o que determina a legislação e as normas da previdência complementar, bem como os critérios estabelecidos na Política de Investimento aprovada para o ano de 2022.

Em 31 de dezembro de 2022, os recursos garantidores do PGA totalizam o valor de R\$11.560 mil, assim composto:

DESCRIÇÃO	2021 (R\$ mil)	2022 (R\$ mil)
A) Saldo dos Investimentos	12.980	11.556
Fundos de Investimentos	12.980	11.556
B) Disponível	1	4
<b>C) Recursos Garantidores</b>	<b>12.981</b>	<b>11.560</b>

## DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

DESCRIÇÃO	2021 (R\$ mil)	2022 (R\$ mil)
A) Carteira Terceirizada	12.980	11.556
Títulos Públicos Federais	12.978	11.556
Outros (Caixa, Contas a Receber/Pagar)	2	-
<b>B) Saldo dos Investimentos</b>	<b>12.980</b>	<b>11.556</b>

## META DE RENTABILIDADE

- Com relação à meta de rentabilidade, a taxa estabelecida para 2022 foi o 97% do CDI.

## RENTABILIDADE

- Rentabilidade (consolidada):** De forma sintética, a rentabilidade nominal consolidada do PGA em 2022 foi de 12,24%



- **Rentabilidade (por segmento):** rentabilidade nominal consolidada é composta pela rentabilidade de cada segmento de aplicação. No quadro abaixo está demonstrada a rentabilidade por segmento com os respectivos indicadores referenciais e, na sequência, comentários sobre a performance.

SEGMENTO	RENTABILIDADE	REFERENCIAL	INDICADOR REFERENCIAL
Renda Fixa	3,42%	4,42%	CDI
Carteira Total	3,42%	4,42%	CDI

- **Renda fixa:** Rentabilidade de 12,24%, ficando ligeiramente abaixo do CDI, referencial do segmento, que acumulou 12,39% no ano.
- **Renda variável:** Não houve alocação.
- **Estruturado:** Não houve alocação.
- **Exterior:** Não houve alocação.

## COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

O quadro a seguir demonstra a carteira de investimentos do PGA, por tipo de aplicação, o respectivo gestor e em qual segmento está alocado o investimento, bem como o percentual de cada aplicação em relação ao total dos recursos garantidores:

SEGMENTO/ APLICAÇÃO	VEÍCULO/GESTOR	2021 (R\$ mil)	2021 Aloc. %	2022 (R\$ mil)	2022 Aloc. %
A) Renda Fixa		12.980	99,99%	11.556	99,97%
Fundos de Investimentos	Malibu Institucional FIRE/ Safrá Asset Management	12.980	99,99%	11.556	99,97%
C) Disponível		1	0,01%	4	0,03%
D) Recursos Garantidores (A+B)		12.981	100,00%	11.560	100,00%

## ENQUADRAMENTO DOS INVESTIMENTOS

O PGA está enquadrado em relação aos limites estabelecidos na Política de Investimento do plano e limites de alocação dos recursos garantidores, estabelecidos na Resolução CMN nº 4.994/2022.



## COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS GARANTIDORES (2020 E 2021)

O demonstrativo abaixo apresenta as alocações dos recursos garantidores do Plano PGA, por segmento, no final dos exercícios de 2021 e 2022.

SEGMENTO/ESPECIFICAÇÃO	2021 (R\$ mil)	Aloc. %	2022 (R\$ mil)	Aloc. %
A) Renda Fixa	12.980	99,99%	11.556	99,97%
Fundos de Investimentos em Renda Fixa (FIRF)	12.980	99,99%	11.556	99,97%
C) Saldo dos Investimentos (A)	12.980	99,99%	11.556	99,97%
D) Disponível	1	0,01%	4	0,03%
E) Recursos Garantidores (B+C)	12.981	100,00%	11.560	100,00%

## CUSTOS DA GESTÃO TERCEIRIZADA

Os custos com a gestão terceirizada (aplicações efetuadas por meio de fundos de investimentos) estão demonstrados de acordo com o que estabelece o parágrafo único do artigo 17 da Resolução CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004.

SEGMENTO/ESPECIFICAÇÃO	2021 (R\$ mil)	2022 (R\$ mil)
Taxa de Administração	9	2
Custódia	1	1
Taxa de Fiscalização CVM	3	1
SELIC, CETIP e ANBIMA	3	3
Despesas Totais	16	7
Despesas Totais sobre Recursos Garantidores	0,12%	0,06%

## DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas consolidadas são registradas no PGA e apuradas de acordo com o regulamento e os critérios constantes no Plano de Gestão Administrativa (PGA).





SEGMENTO/ESPECIFICAÇÃO	2021 (R\$ mil)	%	2022 (R\$ mil)	%
Pessoal e Encargos	11.750	66,94%	13.160	67,23%
Treinamento, Congressos e Seminários	244	1,39%	426	2,18%
Viagens e Estádias	180	1,03%	630	3,22%
Serviços de Terceiros	2.983	17,00%	3.645	18,62%
Despesas Gerais	1.819	10,36%	1.177	6,01%
Depreciações e Amortizações	294	1,68%	214	1,09%
Tributos	283	1,61%	324	1,66%
<b>Despesas Totais (a)</b>	<b>17.552</b>	<b>100,00%</b>	<b>19.575</b>	<b>100,00%</b>
Quantidade de Participantes (b)	50.073		42.588	
<b>Despesas Administrativas Per Capita em Reais (a/b)</b>	<b>350,53</b>		<b>459,64</b>	

Houve redução das despesas administrativas totais entre 2020 e 2021, no montante de R\$ 793 mil, ou seja, queda de 6,69%. Ainda, a despesa administrativa per capita em 2021 foi R\$ 350,53 (redução de 5,22%).

De acordo com o estudo PREVIC sobre as despesas administrativas de 2020, a mediana per capita para as entidades com patrimônio acima de R\$ 2 bilhões, exceto ESI (Entidades Sistemáticamente Importantes), para as despesas administrativas, foi R\$ 1.135,00, superior ao valor de R\$ 350,53 registrados em 2021 pela VIVA Previdência.

## POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2022

Resumo – em atendimento à Resolução nº 32, de 4 de dezembro de 2019.

Responsáveis Junto a PREVIC		
Função	Nome	Cargo
AETQ	Marcello Furlanetto Gomes	Diretor de Administração e Finanças
ARGR	Silas Devai Junior	Diretor Presidente
ARPB	Nizam Ghazale	Diretor de Clientes e Inovação

**Objetivo da Gestão:** Administrar os recursos financeiros do Plano PGA de forma eficiente, a partir da otimização da relação risco e retorno dos ativos para definição dos limites de investimentos do portfólio do plano. Para a consecução de seu objetivo, a Viva de Previdência levou em consideração as características das obrigações do plano, buscando garantir o pagamento do fluxo de despesas ao longo do tempo.



Índice de Referência		
Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
2023 a 2027	CDI	97% CDI

Retorno Esperado para o ano 2023		
Segmento	Benchmarks	Retorno Esperado
Renda Fixa	% CDI	10,91%

Fonte e elaboração: i9Advisory Consultoria Financeira

Alocação de Recursos				
Segmento	Limite legal	Alvo	Mínimo	Máximo
Renda Fixa	100%	100%	100%	100%

Fonte e elaboração: i9Advisory Consultoria Financeira

Alocação por Emissor				
Art.	Inciso	Emissor	Limite Legal	Limite PI
27	I	Tesouro Nacional	100%	100%
	II	Instituição Financeira bancária autorizada a funcionar pelo Bacen	20%	20%
	III	Demais emissores	10%	10%

Concentração por Emissor					
Art.	Inciso	Alínea	Limites de concentração por emissor	Limite legal	Limite PI
28	I	a	% Instituição financeira (bancária, não bancárias e cooperativas de crédito autorizada pelo BACEN)	25%	25%
		b	% do FIDC e FIC-FIDC <sup>1</sup>	25%	25%
		c	% ETF, negociado em bolsa, referenciado em índices de Renda Fixa ou Renda Variável	25%	25%
		d	% FI classificado no segmento estruturado, FICFI classificado no segmento estruturado e FIP <sup>2</sup>	25%	25%
		e	% FII e FIC-FII <sup>3</sup>	25%	25%
		f	% FI constituídos no Brasil de que tratam os incisos II, IV e VI do art. 26 e FIC-FI constituídos no Brasil de que tratam os incisos II, IV e VI do art. 26*	25%	25%
	II	-	% Patrimônio separado constituído nas emissões de certificado de recebíveis com a adoção de regime fiduciário <sup>3</sup>	25%	25%
	III	a	Fundo de investimento constituído no exterior de que trata o inciso III do art. 26	15%	15%
		b	Do emissor listado na alínea "d" do inciso III do art. 21	15%	15%
		§1º	De uma mesma classe ou série de títulos ou valores mobiliários de renda fixa.	25%	25%
		§2º	Mesma classe de cotas de FIDC	25%	25%
		§6º	Da quantidade de ações que representam o capital total e o capital votante, incluindo os bônus de subscrição e os recibos de subscrição, de uma mesma sociedade por ações de capital aberto admitida ou não à negociação em bolsa de valores	25%	25%

<sup>1</sup> Em relação ao limite estabelecido nas alíneas "b", "d", "e" e "f" do inciso I, não se aplica o limite de 25% nos FIC-FI se as suas aplicações observarem os limites do art. 28.

<sup>2</sup> Não se aplica o limite de 25% nos FIP que invistam pelo menos 90% do PL em cotas de outros FIP, desde que suas aplicações observem os limites do art. 28.

<sup>3</sup> Emissões de certificados de recebíveis com a adoção de regime fiduciário, considera-se como emissor cada patrimônio separado constituído com a adoção do referido regime.



## CONTROLE DE RISCO

**Risco de Mercado** – Para fins de gerenciamento do risco mercado, a Viva Previdência empregará as seguintes ferramentas estatísticas, em linha com a Norma Institucional nº 05/2021 – Controle dos Investimentos – Gestão de Risco de Investimentos, aprovada pelo Conselho Deliberativo, conforme Resolução nº 208/2021, de 2 de setembro de 2021 e a Norma Gerencial nº 06/2021 – Controle dos Investimentos, aprovada pela Diretoria Executiva, conforme Ata 21/2021, de 27 de setembro de 2021: 1. *Value at Risk (VaR)* – estima, com base em um intervalo de confiança e em dados históricos de volatilidade dos ativos presentes na carteira analisada, qual a perda máxima esperada (ou perda relativa) nas condições atuais de mercado. A utilização de cada modelo dependerá do tipo de mandato e de seus objetivos. Os parâmetros utilizados são: modelo paramétrico, intervalo de confiança de 95%, cenário B3 e horizonte de 21 dias úteis; EWMA de 0,94. O limite estabelecido para o Plano foi o VaR de 1,00%; e 2. *Stress Test* – avalia, considerando um cenário em que há forte depreciação dos ativos e valores mobiliários (sendo respeitadas as correlações entre os ativos), qual seria a extensão das perdas na hipótese de ocorrência desse cenário. A partir do ano de 2023 será implementada a métrica do Limite Prudencial de VaR, que consiste em definir um limite em que o gestor de recursos deverá ser avisado de que o risco de mercado do portfólio encontra-se próximo do patamar máximo de VaR permitido pela Política de Investimentos de cada Plano e do PGA, estabelecendo assim controle mais apurado no monitoramento do risco das operações financeiras. Para tanto, o limite estabelecido foi de 70% do limite definido para o VaR, para cada Plano e PGA.

**Risco de Crédito** – O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuado junto ao Plano. A aplicação no segmento de renda fixa, notadamente quanto à exposição ao risco de crédito privado, deverá ser avaliada, dentre outros instrumentos, por meio de rating de títulos de emissões bancárias ou corporativas, sem prejuízos de outros critérios de análise, quando necessário a análise da estrutura do ativo.

Nas aplicações realizadas pelos Planos através de gestores terceirizados, estes, devem monitorar continuamente o risco de crédito dos ativos em suas carteiras, estando aptos a informar à Viva Previdência de forma tempestiva, qualquer alteração no grau de risco de crédito dos ativos. A aplicação no segmento de renda fixa, poderá ter alocação em ativos de risco de crédito privado por meio da carteira terceirizada (fundos de investimentos), tendo por base classificação efetuada por agência de rating habilitada e regulada pela CVM. A classificação de rating mínima aceita para quaisquer ativos de crédito privado será a de baixo risco de crédito, emitida pelas seguintes agências: (i)



Fitch Ratings Brasil, (ii) Standard & Poor's Ratings do Brasil e (iii) Moody's Local BR Agência de Classificação de Risco. Exclusivamente para os Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) também serão aceitos scores (nota de rating) de baixo risco de crédito emitidos pelas seguintes agências: (i) Fitch Ratings Brasil, (ii) Standard & Poor's Ratings do Brasil e (iii) Moody's Local BR Agência de Classificação de Risco. (iv) Austin Rating Serviços Financeiros, (v) Liberium Ratings Serviços Financeiros, e (vi) SR Rating Prestação de Serviços. Cabe ressaltar que se o ativo de crédito privado (título ou fundo) tiver mais de uma classificação de risco por duas ou mais agências de rating, deverá ser considerada a pior classificação para critério de elegibilidade do ativo. O enquadramento dos ativos ou emissores será feito com base na classificação de risco vigente na data da verificação da aderência das aplicações às Políticas de Investimento. Por fim, o investimento em FIDCs, caso ocorra, será destinado exclusivamente para a categoria de cotas seniores, desde que estas sejam classificadas com rating mínimo de "A", levando em consideração não apenas os ratings emitidos pelas agências classificadoras de risco de crédito, como também, a avaliação dos gestores dos fundos de investimentos exclusivos da Viva Previdência.

**Risco de Liquidez** – O risco de liquidez envolve a avaliação de potenciais perdas financeiras decorrentes da realização de ativos a preços abaixo daqueles praticados no mercado, efetuados para cumprir obrigações de pagamentos de benefícios aos participantes. Para fins de mensuração e análise deste risco, serão utilizados os indicadores com objetivo de evidenciar a capacidade do plano para honrar as obrigações com os participantes no curto e médio prazo, considerando ativos de maior e menor liquidez e a posição em determinados ativos que estejam sujeitos a variações abruptas de preço por liquidez baixa ou inexistente. Assim, e de extrema relevância que as carteiras de investimentos dos Planos e do PGA espelhem a necessidade de liquidez do passivo, de acordo com a expectativa de pagamento das obrigações previdenciárias de cada plano. Com o objetivo de analisar a liquidez dos planos de benefícios administrados pela Viva Previdência foi desenvolvido uma metodologia, com base no estudo realizado pela Previc e apresentado no Relatório de Estabilidade da Previdência Complementar (REP), de junho de 2021, para identificar o nível de liquidez mínima para cada Plano de Benefício, a partir das premissas e especificidades destes.

**Risco Legal** – O risco legal está relacionado a não conformidade com normativos internos e externos, podendo gerar perdas financeiras procedentes de autuações, processos judiciais ou eventuais questionamentos. O controle dos riscos dessa natureza, que incidem sobre atividades de investimentos, será feito por meio de: 1. Monitoramento do nível de compliance, através de relatórios que permitam verificar a aderência dos investimentos às diretrizes da legislação em vigor e às políticas de investimentos, realizados e analisados pelo Conselho Fiscal; 2. Contratação de serviços para o monitoramento do risco jurídico da carteira de investimentos.



**Risco Operacional** – O risco operacional caracteriza-se como “a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos”. A gestão será decorrente de ações que garantam a adoção de normas e procedimentos de controles internos, alinhados com a legislação aplicável. Dentre os procedimentos de controle podem ser destacados: a) Conhecimento e mapeamento dos procedimentos operacionais; b) Avaliação dos pontos sujeitos a falhas de qualquer tipo; c) Avaliação dos impactos das possíveis falhas; d) Avaliação da criticidade de cada processo, em termos dos erros observados e dos impactos causados; e) Definição de rotinas de acompanhamento e análise dos relatórios de monitoramento dos riscos descritos nos tópicos anteriores; f) Estabelecimento de procedimentos formais para tomada de decisão de investimentos; g) Acompanhamento da formação, desenvolvimento e certificação dos participantes do processo decisório de investimento; e h) Formalização e acompanhamento das atribuições e responsabilidade de todos os envolvidos no processo de planejamento, execução e controle de investimento. As atividades críticas são revistas de forma prioritária, e as demais são revistas conforme a necessidade. Esse processo é realizado rotineiramente, de forma a prover a segurança necessária.

**Risco Sistêmico** – O monitoramento do risco sistêmico é realizado através de relatórios periódicos acerca de dados e indicadores da economia nacional e global, visando a identificação de fatores que possam resultar em quebra da estabilidade do sistema financeiro. Além deste, utiliza-se o monitoramento da volatilidade do mercado calculado, o VaR e Stress Test da carteira consolidada conforme parâmetros já estabelecidos anteriormente. Como mecanismo para se tentar reduzir a suscetibilidade dos investimentos a esse risco, bem como para tentar suavizar a intensidade de seus efeitos, a alocação dos recursos é realizada sob o princípio da diversificação. Como mecanismo adicional, a Viva Previdência poderá contratar gestores externos de investimento, visando mitigar a possibilidade de inoperância desses prestadores de serviço em um evento de crise.

**Risco de Imagem** – É decorrente de práticas internas, eventos de riscos e fatores externos que possam, potencial ou efetivamente gerar uma percepção negativa da instituição por parte dos participantes, parceiros, prestadores de serviços, entre outros, acarretando impactos indesejáveis na percepção da marca ou perdas financeiras, além de afetar de maneira adversa a capacidade da instituição de manter suas relações. A aquisição de ativos financeiros pode resultar em risco de imagem para a Viva Previdência. Portanto, o Comitê de Investimentos deverá fazer menção ao mesmo, sempre que detectá-lo, quando da elaboração das propostas de investimento e sobre a negociação de um ativo.

**Risco de Frustração de Expectativa de Benefícios – CD** – Trata-se do risco de o benefício previdenciário ser muito inferior à renda do participante no período laborativo, podendo



gerar uma frustração ao planejamento da renda familiar e afetar o bem-estar no período da aposentadoria. O instrumento de mitigação utilizado é ferramenta de renda monitorada, disponibilizada ao participante no portal da Viva Previdência, permitindo a simulação dos benefícios futuros e orientando-o a fazer um planejamento financeiro e previdenciário que poderá ser definido pelo aumento do prazo ou do percentual de contribuição.

**Risco Cibernético** – É inerente a todo e qualquer processo que dependa de recursos cibernéticos, isto é, sistemas ou elementos de sistemas. Se caracteriza pela possibilidade de perda financeira, interrupção das operações, impacto a partir da falha de tecnologias digitais empregadas para funções informacionais e/ou operacionais por vias eletrônicas a partir de acesso não autorizado, uso, divulgação, interrupção, modificação ou destruição do sistema utilizado.

**Risco Relacionado a Fatores Macroeconômicos e à Política Governamental** – Trata-se do risco tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários, situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e de mudanças legislativas, que poderão resultar em perda de liquidez dos ativos que compõem as carteiras de investimentos dos planos e a inadimplência dos emissores dos ativos.

**Risco de Gestão Terceirizada** – Este risco é devido a gestão das carteiras de investimentos do plano, que em sua grande maioria, é realizada por meio de Fundos de Investimentos geridos por instituições financeiras (“GESTOR”) contratadas pela Viva Previdência. Assim, as performances destas carteiras de Fundos de Investimentos dependerão em larga escala das habilidades e expertise do grupo de profissionais do GESTOR. A perda de um ou mais executivos do GESTOR poderá ter impacto significativo nos negócios e na performance financeira do(s) Fundo(s) de Investimentos. O GESTOR também pode se tornar dependente dos serviços de consultores externos e suas equipes. Se esses serviços se tornarem indisponíveis, o GESTOR pode precisar recrutar profissionais especializados, sendo que poderá enfrentar dificuldades na contratação de tais profissionais.



## ANEXOS

Demonstrações contábeis 2022

Parecer Atuarial – ANAPARprev

Parecer Atuarial – IBAPrev

Parecer Atuarial – Viva Empresarial

Parecer Atuarial – Viva Federativo

Parecer Atuarial – Viva Futuro

Parecer Atuarial – Viva Pecúlio

Relatório de Auditoria Independente – RAI





# VIVA

PREVIDÊNCIA



[@vivaprevidencia](#)

[www.vivaprev.com.br](http://www.vivaprev.com.br)